RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2008

Armental - Codal - 3730-132 Vale de Cambra - Tel. 256 426 300 - Fax 256 426 499
Contribuinte nº PT 507541693 - Sociedade por Quotas - Capital Social € 100.000.000 - Matrícula nº 507541693 Cons. Reg. Com. de Vale de Cambra

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente
Maria Gabriela da Costa Leite

Secretário
Manuel Augusto Carvalho Soares Pinto

Conselho de Administração

Presidente
Álvaro Pinho da Costa Leite

Vogal
Maria Augusta Resende da Costa Leite

Fiscal Único Efectivo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada pelo Senhor Dr. António Manuel Dantas Amorim

Fiscal Único Suplente

Dr. João Carlos Miguel Alves

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por António Manuel Dantas Amorim

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. Introdução

Exmos. Senhores Accionistas:

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos à consideração de V. Exas. o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2008.

2. Conjuntura Económica

O ano de 2008 foi marcado pela manutenção e agravamento da crise financeira e seus efeitos de contágio à economia real a nível global, resultando num acentuado abrandamento do crescimento económico e na antecâmara da recessão mundial de 2009.

Projecções sobre a economia mundial (taxas de variação, em %)

	2007	2008e	2009p
PIB Mundial	5,2	3,4	0,5
Economias Avançadas	2,7	1,0	-2,0
Área Euro	2,6	1,0	-2,0
EUA*	2,0	1,1	-1,6
Países Emergentes e em Desenvolvimento	8,3	6,3	3,3
China	13,0	9,0	6,7
Volume do Comércio	7,2	4,1	-2,8
Importações			
Economias Avançadas	4,5	1,5	-3,1
Países Emergentes e em Desenvolvimento	14,5	10,4	-2,2
Exportações			
Economias Avançadas	5,9	3,1	-3,7
Países Emergentes e em Desenvolvimento	9,6	5,6	-0,8
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	2,1	3,5	0,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	6,4	9,2	5,8

Fontes: FMI, World Economic Outlook, actualização de Janeiro de 2009 e; * Departamento do Comércio dos EUA, para 2008

O agravamento da crise financeira, em simultâneo com a inversão do ciclo de construção em alguns dos países de referência, trouxe como consequência a aceleração do ritmo de deterioração da actividade económica. A maioria dos países avançados fechou o ano em recessão técnica (ou em vias de entrar em recessão) e deverá manter uma dinâmica recessiva, pelo menos, no primeiro semestre de 2009, num contexto de contracção da produção industrial e de redução do comércio internacional.

A persistência de condições financeiras restritivas e de elevados níveis de incerteza estão a corroer a confiança dos agentes económicos, a condicionar o investimento privado, tanto ao nível das famílias como das empresas, e a contribuir para uma rápida deterioração das condições do mercado de trabalho, mesmo em economias aparentemente dinâmicas até ao terceiro trimestre do ano, como é o caso da Alemanha. Nos EUA, por exemplo, foram destruídos mais de 1,5 milhões de empregos no último trimestre do ano, o que representa a mais grave perda de emprego em quaisquer três meses consecutivos desde a reconversão da economia de guerra, em 1945.

Neste contexto, os Governos ficaram na contingência de conjurar medidas de incentivo à actividade económica, seja ao nível da descida de impostos ou da realização de importantes obras públicas, as quais vão resultar no aumento dos gastos do Estado e, consequentemente, das necessidades de financiamento da economia. Deste modo, espera-se a subida dos défices orçamentais da generalidade dos países avançados em 2009, com os EUA a encabeçarem a lista com estimativas que vão até aos 11% do produto interno bruto (PIB), enquanto na zona euro diversos países, Portugal incluído, vão ultrapassar a fasquia dos 3% no biénio de 2009/2010.

Nos EUA, a actividade económica manteve a tendência de abrandamento iniciada em 2007, com a taxa de crescimento do PIB a descer de 2,0%, para 1,3%. O padrão de crescimento intra-anual mostra a recuperação da actividade económica no primeiro semestre, seguida de um processo de progressiva deterioração das condições económicas na segunda metade do ano.

A economia da zona euro manteve a tendência de abrandamento iniciada no final de 2007, com o ritmo de deterioração das condições económicas a aumentar ao longo do ano e a resultar na desaceleração da taxa de crescimento do PIB de 2,7% em 2007 para 0,9% em 2008. No segundo e terceiro trimestres o PIB diminui 0,2%, o que significa que a zona euro entrou em recessão técnica pela primeira vez desde que foi criada a moeda única.

Em anos recentes, as economias irlandesa e espanhola foram apontadas como exemplos de sucesso no âmbito da convergência real no seio da União Europeia, conseguindo manter sistematicamente taxas de crescimento do PIB superiores à da média comunitária. No caso Espanhol, a construção provou ser o sector fulcral da convergência, garantindo em simultâneo abundância de empregos e ganhos no produto, os quais se estenderam às zonas fronteiriças de Portugal, onde trabalhadores e empresas atravessaram a fronteira em busca de novas oportunidades. No entanto, esta realidade mudou.

O ritmo de crescimento da actividade económica desacelerou acentuadamente em 2008, com a taxa de crescimento do PIB a cair de 3,7% para 1,2%, condicionado por uma queda do investimento produtivo, em particular do investimento residencial, num contexto de abrandamento dos níveis de consumo privado, de aceleração dos gastos públicos e de contribuição líquida positiva da procura externa. Tal como muitos outros países, a Espanha entrou em recessão técnica no último trimestre do ano, o que não acontecia desde 1993.

Em 2008, a economia portuguesa interrompeu o processo de recuperação da actividade económica observado nos dois anos anteriores, reflectindo os elevados desafios proporcionados pela crise financeira internacional e seus efeitos de contágio na economia real, nomeadamente ao nível da diminuição da actividade industrial e do comércio internacional. A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) recuou de 1,9% para 0,2%, reflectindo essencialmente a acentuada deterioração das componentes mais susceptíveis à evolução das condições financeiras e da procura externa, designadamente o investimento e as exportações.

Projecções económicas para Portugal

	2007	2008e	2009p
Consumo Privado	1,6	1,4	-0,2
Consumo Público	0,0	0,1	0,3
FBCF	3,2	-0,8	-5,5
Exportações	7,5	0,3	-3,8
Importações	5,6	2,3	-2,8
PIB	1,9	0,2	-1,6
Saldo Orçamental (em % do PIB)	-2,6	-2,2	-4,6
Dívida Pública (em % do PIB)	63,6	64,6	68,2
IHPC	2,4	2,7	1,0

Notas: e - estimado ; p - previsto
Fonte: Comissão Europeia, Previsões Intercalares de Janeiro 2009

A economia nacional apresentou um padrão de crescimento distinto ao longo do ano, com o maior dinamismo do primeiro semestre a contrastar com a recessão da segunda metade do ano.
A procura interna voltou a assumir-se como o motor do crescimento, impulsionada pela manutenção de níveis do consumo privado próximos da tendência de longo prazo, por oposição a novo retraimento da formação bruta de capital fixo.

O consumo privado foi a componente mais dinâmica da procura interna, pese embora prosseguindo a trajectória de desaceleração característica do passado recente. Globalmente, o consumo privado apresentou um comportamento relativamente estável ao longo do ano, em particular no que concerne ao consumo de bens não duradouros, o que contrasta com a instabilidade de outras componentes da procura e com o comportamento do mesmo agregado noutras economias de referência. Esta maior estabilidade terá sido conseguida em parte pelo recurso ao endividamento, situação que é insustentável a prazo, em especial numa altura de tanta incerteza e aversão ao risco.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) terá caído 0,8% em 2008, voltando a contribuir negativamente para o PIB após ter contabilizado o crescimento mais elevado da década em 2007 - ainda assim valores bastante distintos do observado em idênticas posições cíclicas, como seja o crescimento médio de 13% em 1997/1998. A queda da FBCF traduz a evolução desfavorável de todas as suas componentes, em especial ao nível da construção e material de transporte. A FBCF em máquinas e equipamento foi a componente mais dinâmica do investimento, pese embora desacelerando da taxa de crescimento de 8,2% em 2007 para 3,7% no ano em análise.

No seu cômputo, a procura interna, incluindo variação de existências, terá contribuído com 1 ponto percentual para a taxa de crescimento do PIB, abrandando da contribuição de 1,8 pontos percentuais do ano anterior.

A procura externa teve uma contribuição negativa para a taxa de crescimento do PIB, em consequência do superior abrandamento da taxa de crescimento das exportações face às importações. As exportações acentuaram a trajectória de desaceleração iniciada em 2007, devendo mesmo apresentar uma variação homóloga negativa no último trimestre do ano, reflectindo o menor dinamismo da economia global e o retraimento do comércio internacional. A taxa de crescimento das importações caiu para cerca de metade, mas a sua queda foi limitada pela manutenção de algum dinamismo da procura interna, em especial ao nível do consumo privado. Esta evolução proporcionou o incremento da taxa de penetração das importações.

Na economia global, a manutenção de perturbações no sistema financeiro condicionou a actuação das autoridades monetárias, em 2008, exigindo medidas para estabilizar o sistema financeiro e promover a confiança dos agentes económicos. Na primeira metade do ano estas preocupações coexistiram com os riscos à estabilidade de preços, associados essencialmente às pressões inflacionistas decorrentes do aumento do preço dos combustíveis, pelo que a descida de taxas de intervenção foi limitada a alguns países. A conjuntura começou a mudar no Verão, primeiro com a inversão da tendência ascendente do preço do petróleo, o que aliviou as pressões inflacionistas e forneceu maior margem de manobra às autoridades monetárias e, finalmente, com a intensificação da crise financeira, em Setembro. Na Zona Euro, o BCE fechou o ano com três descidas de taxas de intervenção, num total acumulado de 1,75 pontos percentuais, colocando a principal taxa de refinanciamento do Eurosistema nos 2,5%.

3. Actividade Desenvolvida

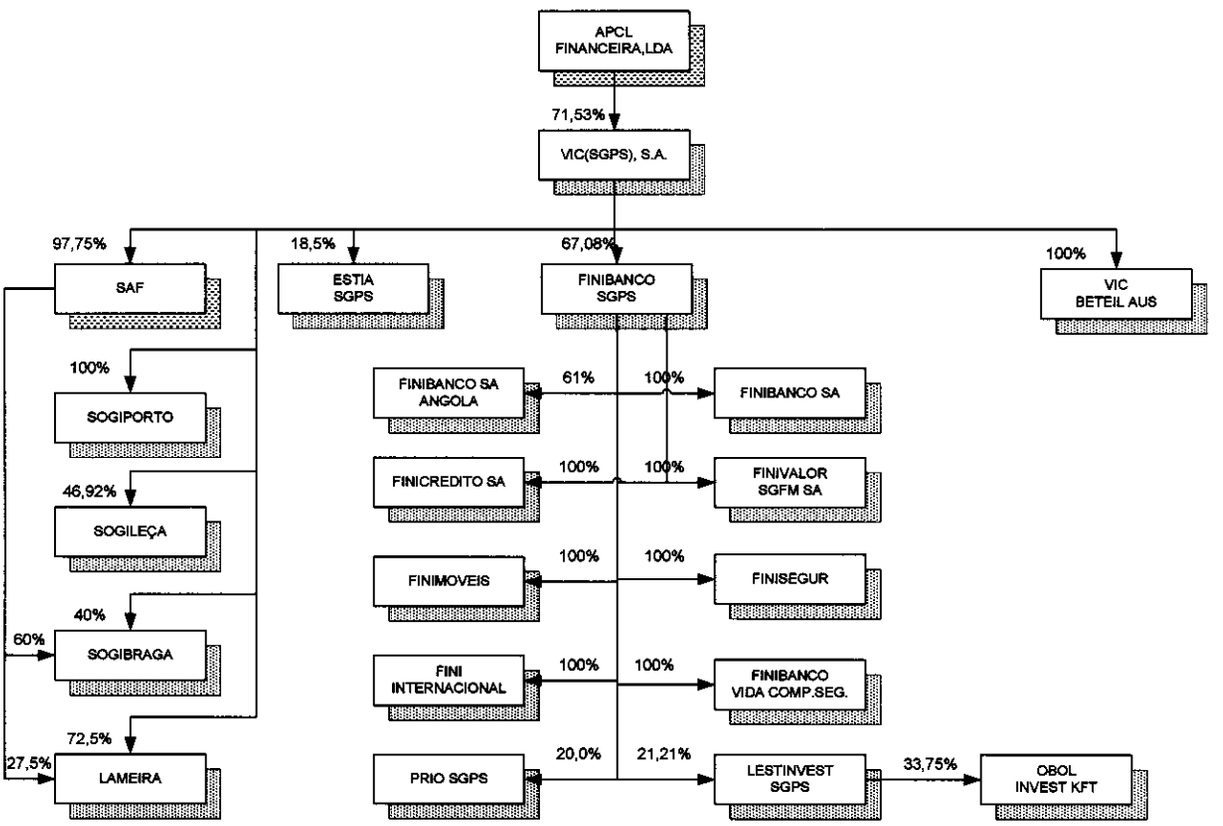
3.1. Actividade directa

A APCL Financeira – S.G.P.S., Lda. nasceu em 2006, tendo sido o seu activo quase exclusivo a essa data – uma participação de 77,5% no capital da VIC (SGPS) S.A. – obtido por transmissão das acções dessa sociedade anteriormente detidas em nome pessoal pelos seus sócios.

Em 2008, a APCL alienou uma parcela de cerca de 6% da VIC (SGPS), tendo reinvestido o valor de realização em suprimentos a empresas do Grupo por si dominado.

Apesar de a sua actividade directa ser muito reduzida, o cumprimento da regulamentação bancária e do mercado de capitais transforma a APCL Financeira na sociedade dominante do Grupo Finibanco, devendo apresentar as suas contas de acordo com as NCA (Normas de Contabilidade Adaptadas) e calcular a nível consolidado os rácios de solvabilidade do Grupo Finibanco.

O actual organigrama do Grupo dominado pela APCL Financeira é o seguinte:



Por sua vez, a VIC SGPS detém as seguintes participações:

- Cerca de 67% do Finibanco Holding SGPS, empresa mãe do Finibanco e das restantes empresas do grupo financeiro;
- Directa e indirectamente, a totalidade das empresas imobiliárias Lameira - Imobiliária, Lda., Sogiporto - Gestão Imobiliária, S.A., Saf – Imobiliária, S.A. e Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda..
- Cerca de 47% do capital da Sogileça - Gestão Imobiliária, Lda..
- A VIC Beteiligungsverwaltungs GmbH, com sede na Áustria, a qual detém participações em sociedades imobiliárias na Europa de Leste.

3.2. Actividade das participadas

3.2.1. Área imobiliária

A Lameira - Imobiliária, Lda. é proprietária de terrenos para construção na zona de influência do Plano de Pormenor das Antas, na cidade do Porto. A área de construção é de cerca de 52.000 m2 acima do solo, destinada a comércio, serviços e habitação. Decorreram contactos durante o exercício com vista ao estabelecimento de associações com promotores especializados, estando a concretização dos projectos em análise pendente de melhoria das condições do mercado imobiliário.

A Sogiporto - Gestão Imobiliária, S.A. é proprietária de um terreno na Portela de Sacavém, no concelho de Loures com uma área de construção prevista de cerca de 30.000 m2. A empresa continua a proceder à desocupação do terreno, ilegalmente ocupado desde 1974, e simultaneamente à preparação de um projecto de urbanização do local. Foi já contratado o financiamento para proceder à construção de um Edifício, onde serão realojados os actuais ocupantes.

A Saf – Imobiliária, S.A, detém um conjunto de terrenos na junção dos concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra com a área de cerca de 500.000 m2. Estes terrenos têm uma aptidão maioritariamente industrial, tendo-se procedido no exercício à terraplanagem de uma parte dos mesmos.

A Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda. possui um terreno, maioritariamente florestal com cerca de 400.000 m2, no concelho de Braga. A parcela com aptidão para construção de armazéns será desenvolvida de acordo com as oportunidades do mercado.

A Sogileça - Gestão Imobiliária, Lda., que em 2007 procedeu à venda de um terreno no concelho de Matosinhos, contíguo à grande superfície comercial do IKEA, com a área de 128.000 m2, distribuiu em 2008 dividendos, sendo o valor atribuído à nossa participada VIC SGPS cerca de € 11,1 milhões.

3.2.2. Área Financeira

No exercício de 2008 e no cumprimento dos respectivos objectos sociais, o Finibanco-Holding e as suas Participadas desenvolveram iniciativas e concretizaram acções, as mais relevantes das quais se referem no presente Relatório.

Como referido em relatórios anteriores, o Grupo Finibanco desenvolve a sua acção em três áreas de negócio fundamentais:

- A actividade bancária de retalho, através das suas Participadas Finibanco, Finibanco Angola e Finicrédito;
- A actividade de gestão de activos, ainda através do Finibanco e também da Finivalor, que gere Fundos de Investimento, Mobiliários e Imobiliários, e presta serviços de gestão de carteiras;
- A actividade de seguros, com as Participadas Finibanco Vida e Finisegur.

A sua actividade de retalho é apoiada na rede de 172 Balcões do Finibanco, agora com mais 22 do que em 31 de Dezembro de 2007, e 5 Delegações da Finicrédito, na rede de Promotores de Negócio, agora revitalizada, na Banca Telefónica e na Internet Banking e tem como alvo preferencial o segmento de Particulares e de Pequenas e Médias Empresas.

Essa actividade traduz-se essencialmente na intermediação financeira, captando recursos através de depósitos de clientes, emissão de obrigações, pontualmente, securitização de créditos, e na concessão de crédito a pequenas e médias empresas, a empresários em nome individual e a particulares.

Paralelamente, disponibiliza aos seus clientes serviços de corretagem e todos os outros serviços típicos da Banca de retalho.

Desenvolveu ainda a actividade de "trading", através da carteira própria.

Pontualmente, o Grupo tem tomado algumas posições accionistas em empresas às quais reconhece condições para atingir boa performance a médio prazo e tomou também posições minoritárias, com pareceres bem referenciados, em projectos situados em segmentos emergentes e noutros com elevado potencial.

No decurso do exercício importa referir, entre outros, os seguintes factos:

Antes de mais, o início da actividade do Finibanco Angola, na cidade de Luanda, no dia 9 de Junho de 2008, precisamente a data em que o Grupo nasceu há 15 anos atrás, actividade que se tem revelado de muito interesse, a avaliar pela evolução verificada no curto período de seis meses que decorreu até ao final do ano;

Depois o trabalho desenvolvido por uma empresa de consultoria, que visou clarificar o posicionamento competitivo do Grupo com vista a uma melhor abordagem do mercado. Deste trabalho resultou o lançamento do Programa CRESCERE que se consubstancia num conjunto de projectos em desenvolvimento com o objectivo de proporcionar bases sólidas de Crescimento, aumento de Eficiência e melhoria da Rentabilidade.

Prevendo atempadamente o agravamento da situação de liquidez sentida no mercado, com maior acuidade no quarto trimestre do exercício, o Finibanco concretizou uma operação de titularização de créditos à habitação, Aqua Mortgage, no montante de 233 milhões de euros, operação que se revelou de grande oportunidade tendo em conta a crise vivida com uma amplitude inédita nas últimas décadas, que contribuiu para uma melhor gestão de tesouraria e reforçou a capacidade de superação das dificuldade decorrentes da escassez de fundos.

A rede que suporta a actividade do Grupo, dispõe de 172 Balcões, mais 22 do que em 31 de Dezembro de 2007, da rede tradicional do Finibanco, e de apenas 5 Delegações da Finicrédito, reduzidas em razão de medidas tendentes à contenção de custos e para ajustar a dimensão da estrutura à evolução dos negócios.

O Finibanco Angola, que iniciou a sua actividade no final do primeiro semestre, dispõe apenas do Balcão da sede, em Luanda, mas tem já programada a expansão da sua rede de Balcões, tão célere quanto possível, tendo em conta a evolução muito favorável da sua actividade.

O negócio do Grupo continua também apoiado no Homebanking, que vem beneficiando da permanente melhoria das suas funcionalidades e que tem merecido acolhimento muito favorável por parte dos nossos clientes, de entre os quais vêm manifestado assinalável destaque os clientes Empresas.

No que respeita à actividade comercial, os negócios evoluíram favoravelmente até meados do exercício, não obstante os constrangimentos que já se faziam notar desde o final de 2007.

Assim, no primeiro semestre registaram-se acréscimos de 22,7% na carteira de crédito bruta e de 16,7% nos recursos de clientes, situação que se alterou na segunda metade do exercício por força do agravamento da crise instalada, mais notória no quarto trimestre.

No final do ano, o ritmo de crescimento abrandou substancialmente, fixando-se em cerca de metade, 11,4%, o crédito bruto e em um quarto, 4,0%, o dos recursos de clientes.

Estratégia e Objectivos

O Finibanco-Holding, SGPS S.A. tem por objectivo a prestação de um serviço de qualidade e a disponibilização de uma vasta gama de produtos e serviços financeiros, apoiando a sua actuação nas respectivas actividades das suas Participadas.

No desenvolvimento da sua acção procura nas abordagens que faz ao mercado, nos segmentos Negócios de Particulares e Pequenas e Médias Empresas, formular propostas de valor diferenciadas, adequando-as às

características de cada cliente, capazes de dar resposta às questões apresentadas e às suas necessidades próprias.

Por outro lado, procede à análise frequente da evolução do mercado e, em função do conhecimento obtido da situação presente nos diferentes segmentos, desenvolve a sua oferta de produtos e serviços adequados às necessidades identificadas.

No início do exercício de 2008 e em matéria de estratégia comercial, definiram-se linhas de actuação visando:

- A internacionalização da actividade do Grupo, concretizada através do arranque da Participada Finibanco Angola e da Delegação da Finicrédito na Roménia, esta desactivada no final do exercício, por força da crise que se instalou no mercado financeiro, que veio pôr em causa o modelo de financiamento previsto;

- O desenvolvimento de alguns negócios característicos da Banca de Investimentos, certamente não concretizados na medida do desejável, por força dos efeitos da referida crise;

- O reforço do número de Balcões da rede tradicional, que passou de 150 para 172;

- A criação de novas funcionalidades do Net-Banking;

- A melhoria da competitividade na relação com o cliente e também da qualidade dos serviços, através:

  - Da focalização da estrutura no cliente;

  - Da aposta forte na formação dos efectivos;
  - Da criação de produtos e serviços ajustados a uma maior segmentação;

  - Da utilização de melhores tecnologias;

  - Da melhor transparência nos preços estabelecidos;

- A promoção da desintermediação financeira, a que era atribuída a máxima prioridade.

Análise Económica e Financeira

Balanço Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2008, o activo líquido consolidado do Grupo Finibanco situou-se em 3.082 milhões de euros, registando um crescimento de 6,4%, face a 2007.

Este aumento resulta essencialmente do crescimento da actividade creditícia (+11,4%), para o que contribuiu a expansão da rede de Balcões ocorrida nos três últimos exercícios.

A carteira de títulos de negociação e disponíveis para venda registou um decréscimo de 120,6 milhões de euros (-52,0%), passando a representar 3,6% do activo total (8% em 2007). Esta redução está relacionada com a forte desvalorização da carteira de acções, ocorrida com particular incidência no quarto trimestre de 2008, em consequência da turbulência vivida nos mercados financeiros em geral e no de capitais em particular, e ainda com as vendas realizadas.

Activos financeiros	31-12-2008	31-12-2007	Mil € Δ% Dez08/Dez07
1. Detidos para negociação	**9.463**	**80.406**	**(88,2)**
...Obrigações de emissores públicos	1.396	1.347	3,7
...Outras obrigações	2.021	803	151,8
...Acções	454	28.902	(98,4)
...Unidades de participação	892	45.318	(98,0)
...Instrumentos de derivados com justo valor positivo	4.698	4.036	16,4
2. Disponíveis para venda	**101.686**	**151.373**	**(32,8)**
...Obrigações de emissores públicos	44.034	27.716	58,9
...Outras obrigações	14.276	1.908	648,1
...Acções	42.371	107.908	(60,7)
...Outros	0	8.750	(100,0)
...Unidades de participação	1.005	5.090	(80,3)
Total	**111.149**	**231.779**	**(52,0)**

Os activos financeiros detidos para negociação eram de montante reduzido (9,4 milhões de euros, face a 80,4 milhões de euros em 2007) e a exposição a títulos de rendimento variável situava-se em 1,3 milhões de euros.

A carteira de acções, que integra os Activos disponíveis para venda, representa 38,1% do total da rubrica e refere-se a investimentos de médio prazo em títulos cotados em bolsas, sendo que na sua maioria integram os principais índices, garantindo assim um elevado nível de liquidez.

As obrigações de emissores públicos registaram um crescimento 56,3% e passaram a representar 40,9% do total dos Activos financeiros de negociação e disponíveis para venda.

Em 2008 foram realizados investimentos em filiais e empresas associadas, excluídas do perímetro de consolidação, no montante de 23,1 milhões de euros sobre a forma de prestações suplementares a uma participada já existente em 2007.

A rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados incorpora o investimento numa empresa no estrangeiro no montante de 37 milhões de euros.

Na sequência da expansão da rede de Balcões e do início da actividade do Finibanco Angola, o investimento em Activos tangíveis e Intangíveis registou um aumento de 14,8 milhões de euros (11,5%) o qual em termos líquidos cresceu 9%. O investimento realizado pelo Finibanco Angola atingiu 2,3 milhões de euros.

Activos Intangíveis e outros activos tangíveis	31-12-2008	31-12-2007	Mil € Δ% Dez08/Dez07
1. Outros activos tangíveis	**63.201**	**58.304**	**8,4**
...Imóveis	66.969	60.501	10,7
...Equipamento informático	22.760	21.105	7,8
...Outros equipamentos	26.675	24.089	10,7
...Em curso	1.181	1.534	(23,0)
...Outros activos tangíveis	3.656	3.006	21,6
...Amortizações acumuladas	(58.040)	(51.931)	11,8
2. Intangíveis	**4.313**	**3.642**	**18,4**
....Sistemas de tratamento automático de dados	16.066	14.227	12,9
...Outros activos intangíveis	1.849	1.555	18,9
...Amortizações acumuladas	(13.602)	(12.141)	12,0
Total	**67.515**	**61.945**	**9,0**

As componentes que mais contribuíram para o aumento desta rubrica foram os imóveis, que incluem as benfeitorias realizadas e os equipamentos. Os investimentos em aplicações informáticas cresceram 12,9%.

Os Outros activos registaram uma diminuição de 7,7 milhões de euros, em parte justificados pela reclassificação das prestações suplementares para a rubrica de investimentos em filiais e empresas associadas. Esta rubrica inclui os imóveis recebidos em dação de créditos, num total de 50,8 milhões de euros.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito bruta registou um acréscimo de 256,9 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 11,4%. Este crescimento da carteira de crédito foi suportado pelo alargamento da rede de Balcões ocorrida nos últimos três anos (+69 Balcões), e conferiu ainda um potencial de crescimento no crédito de retalho.

Mil €

Crédito a clientes	31-12-2008	31-12-2007	Δ% Dez08/Dez07
1. Particulares	**979.540**	**899.296**	**8,9**
...Habitação	275.395	241.311	14,1
...Outros créditos	704.144	657.985	7,0
2. Empresas	**1.534.008**	**1.357.304**	**13,0**
Total	**2.513.548**	**2.256.600**	**11,4**

O crédito à habitação registou um crescimento de 14,1%, representando cerca de 11% da carteira, enquanto o crédito a particulares para outras finalidades cresceu 7%. O crédito a empresas sofreu um incremento de 13% e situou-se acima do crescimento médio da carteira total de crédito.

A actividade do Finibanco Angola teve um contributo ainda reduzido para o total da carteira (0,3%), com 7,5 milhões de euros.

Consequência da degradação da conjuntura económica, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias (deduzido de créditos totalmente provisionados) passou a representar 2,1% do crédito total (era 1,5% em 2007).

O prémio de risco, líquido de recuperações, passou de 135 para 124 pontos base.

O crédito provisionado a 100% situava-se em 15 milhões de euros e o crédito vencido há mais de 90 dias (deduzido dos provisionados a 100%) tinha uma cobertura por provisões de 124,2% (167,6% em 2007).

Recursos de Clientes

Os depósitos de clientes aumentaram 183 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 9,1% face ao exercício anterior. Os depósitos do Finibanco Angola atingiram 19,6 milhões de euros, perspectivando-se um forte incremento no próximo ano, na medida em que a sua actividade teve início apenas no segundo semestre do ano e dispunha somente de um Balcão.

O total dos recursos de clientes (incluindo a desintermediação) registou um crescimento de 4% (+107,5 milhões de euros).

Mil €

Recursos totais de clientes	31-12-2008	31-12-2007	Δ% Dez08/Dez07
...Depósitos	2.197.273	2.014.307	9,1
...Obrigações colocadas em clientes	173.306	188.311	(8,0)
...Seguros de capitalização e PPR	35.779	14.523	146,4
Recursos de clientes no balanço [1]	2.406.358	2.217.142	8,5
Desintermediação [2]	408.710	490.434	(16,7)
Total	**2.815.068**	**2.707.576**	**4,0**

[1] Não considerando juros e outros ajustamentos

[2] Inclui fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros)

O montante das obrigações colocadas nos clientes patenteia uma diminuição de 8%.

Os seguros de capitalização e PPR tiveram um forte incremento no exercício, tendo crescido 146,4%. A seguradora do Grupo (Finibanco Vida) iniciou a sua actividade em 2007, e tem por isso um largo potencial de crescimento neste segmento de negócio.

Em consequência da crise que se instalou nos mercados financeiros a desintermediação teve uma diminuição de 81,7 milhões de euros, tendo parte dos fundos sido transferidos para recursos de balanço. Neste, o crescimento dos recursos de clientes foi de 8,5%.

O Finibanco detinha no final do exercício um rácio de crédito / recursos de clientes, de 104%. Com o desenvolvimento da actividade em Angola, será expectável a melhoria deste rácio, dada a vocação deste mercado para a captação de recursos.

Outros Recursos

Os Recursos de instituições de crédito situavam-se em 122,1 milhões de euros (-7,3% face a 2007), correspondentes a 4% do financiamento de Activo líquido. Esta rubrica integra 10 milhões de euros do mercado monetário interbancário, 109,5 milhões de euros de depósitos e 2,6 milhões de euros de recursos de IC's no estrangeiro.

Para fazer face à crise internacional de liquidez, o Grupo Finibanco realizou em Dezembro uma operação de titularização de créditos à habitação, no montante de 233 milhões de euros, que lhe permite financiar-se no Eurosistema, facto que contribuiu para uma melhor gestão de tesouraria e reforçou as suas capacidades para superar as dificuldades decorrentes da escassez de fundos. Em 31 de Dezembro de 2008 a utilização desta linha era de 60 milhões de euros.

O Grupo Finibanco dispõe ainda de um financiamento de médio prazo de 250 milhões de euros, associado à operação de titularização de créditos a PME's, realizado em Junho de 2007.

Estas três fontes de financiamento representavam 14% do activo líquido.

Capitais Próprios

Os Capitais próprios (incluindo o resultado negativo de 2008) eram de 146 milhões de euros, registando uma diminuição de 47 milhões de euros, face ao final do exercício de 2007, situação explicável sobretudo pelas imparidades registada nas posições accionistas detidas com carácter de permanência, de montantes significativos, todas elas avaliadas às cotações de 31 de Dezembro e reconhecido o respectivo prejuízo potencial na conta de Resultados.

Mil €

Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	Finibanco-Holding, SGPS SA (consolidado)			Finibanco , SA		
	31-12-2008 (Basileia II)	31-12-2007 (Basileia I)	Δ (%)	31-12-2008 (Basileia II)	31-12-2007 (Basileia I)	Δ (%)
Fundos Próprios Elegíveis	**176.777**	**257.631**	**-31,4**	**192.947**	**189.009**	**2,1**
...De base	127.778	169.677	-24,7	133.798	119.129	12,3
...Complementares	63.889	101.224	-36,9	66.900	74.649	-10,4
...Deduções	(14.890)	(13.271)	12,2	(7.751)	(4.770)	62,5
Requisitos de fundos próprios	**193.238**	**207.086**	**-6,7**	**156.502**	**187.017**	**-16,3**
Core Tier I	5,3%	6,6%	-1,26 pp	6,8%	5,1%	1,74 pp
Tier II	2,0%	3,4%	-1,37 pp	3,0%	3,0%	0,03 pp
Racio de solvabilidade	**7,3%**	**10,0%**	**-2,63 pp**	**9,9%**	**8,1%**	**1,78 pp**

Na Assembleia Geral de Accionistas marcada para o dia 4 de Maio de 2009 será analisada e votada a proposta do Conselho de Administração de 20 de Março de 2009 para o aumento do capital social até 200 milhões de euros e os accionistas da APCL Financeira, SGPS, S.A. assumiram formalmente o compromisso de proporcionar à sua subsidiária VIC SGPS, SA (principal accionista do Finibanco-Holding, SGPS S.A.) os meios adequados à participação no próximo aumento de capital.

Conta de Resultados

Produto Bancário

O Produto bancário teve um decréscimo de 21,2% face a 2007, justificado pela diminuição dos Resultados em operações financeiras, em 60 milhões de euros.

Mil €

Demonstração de Resultados	31-12-2008 Sem Mercados	31-12-2008	31-12-2007	Δ Valor	Δ %
Margem financeira	92.567	92.567	82.494	10.073	12,2
Outros resultados correntes	62.698	47.131	94.695	(47.564)	(50,2)
Comissões líquidas e Outros proveitos líquidos	57.231	57.231	44.746	12.485	27,9
Resultados em operações financeiras	5.467	(10.100)	49.949	(60.049)	(120,2)
Produto bancário	**155.265**	**139.698**	**177.189**	**(37.491)**	**(21,2)**
Provisões e Imparidades líquidas	28.624	82.368	36.867	45.501	123,4
Crédito	29.991	29.991	27.679	2.312	8,4
Títulos	(2)	53.742	1	53.741	5374100,0
Outros	(1.365)	(1.365)	9.187	(10.552)	(114,9)
Encargos de estrutura	114.685	114.685	100.900	13.785	13,7
Gastos administrativos	105.190	105.190	92.592	12.598	13,6
Amortizações	9.495	9.495	8.308	1.187	14,3
Resultados por equivalência patrimonial	(207)	(207)	(2.000)	1.793	-
Resultados antes de impostos	**11.749**	**(57.562)**	**37.422**	**(94.984)**	**(253,8)**
Impostos sobre os lucros	4.065	980	11.814	(10.834)	(91,7)
Interesses minoritários	(997)	(997)	0		
Lucro consolidado do período	**8.681**	**(57.545)**	**25.608**	**(83.153)**	**(324,7)**
Cash-flow antes de impostos	**49.868**	**34.301**	**82.597**	**(48.296)**	**(58,5)**

A Margem financeira registou um aumento de 12,2%, incluindo 4 milhões de euros relativos a rendimento de instrumentos de capital, comportamento aceitável tendo em conta o contexto económico vivido.

A Margem financeira relativa caiu, sobretudo no quarto trimestre, influenciada pela crise financeira internacional, que se traduziu na escassez de recursos e implicou um aumento do custo dos depósitos de clientes, enquanto as aplicações, maioritariamente indexadas às taxas de mercado (Euribor), sofreram o efeito da quebra brusca destas.

Mil €

Rubricas	31-12-2008			31-12-2007		
	Saldos médios	Taxa	Proveitos / Custos	Saldos médios	Taxa	Proveitos / Custos
Activos Financeiros Remunerados	**2.663.109**	**7,75%**	**206.273**	**2.336.152**	**7,20%**	**168.230**
...Crédito	2.438.242	8,22%	200.516	2.084.856	7,87%	164.144
...Outras aplicações	131.001	4,39%	5.757	90.627	4,51%	4.086
...Diferencial	93.867			160.670		
Passivos Financeiros Remunerados	**2.663.109**	**4,51%**	**120.156**	**2.336.152**	**3,77%**	**88.151**
...Depósitos	2.111.895	4,27%	90.239	1.805.289	3,40%	61.396
...Outros recursos	551.214	5,43%	29.917	530.864	5,04%	26.755
Resultado / Margem		**3,23%**	86.117		**3,43%**	80.079

As comissões líquidas associadas ao custo amortizado, incluídas na margem financeira, ascendem a 1,8 milhões de euros, registando uma diminuição de 0,9 milhões de euros face a 2007.

Os Resultados em operações financeiras diminuíram 120,2% (-60 milhões de euros) em consequência da referida instabilidade dos mercados financeiros em geral e do mercado de capitais em particular. Esta rubrica incorpora um resultado negativo de 15 milhões de euros de menos valias realizadas na venda de parte da

carteira de títulos. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante referente às acções incluídas na carteira de negociação é reduzido, situando-se em 0,5 milhões de euros.

As Comissões líquidas e os Outros proveitos líquidos registaram uma evolução positiva de 27,9%, traduzindo-se num aumento de 12,5 milhões de euros.

O comissionamento associado aos serviços bancários e a créditos aumentou 10,2 milhões de euros, para o que contribuiu essencialmente o aumento da actividade. Esta componente registou um crescimento de 39,2% face a 2007 e passou a representar 63% do total das comissões e outros proveitos (era 58% em 2007).

O comissionamento associado a cartões registou um bom desempenho com um crescimento de 21,2%.

O comportamento muito desfavorável do mercado de capitais motivou a diminuição das comissões de corretagem, em 0,8 milhões de euros (-55,1%), e das comissões associadas aos fundos de investimento e à gestão de patrimónios, em 6,7%.

Em 2007, o Grupo Finibanco passou a operar na actividade seguradora, registando no ano de 2008 um contributo líquido positivo para o total das Comissões líquidas e Outros Proveitos líquidos, de 1,6 milhões de euros.

A área de retalho foi responsável por 87,2% do total das comissões e a banca de investimento por 12,8%.

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 82,4 milhões de euros, havendo crescido 45,5 milhões de euros face ao exercício anterior.

A crise económica afectou de forma inesperada os activos cotados em Bolsa e as actividades conexas com os mercados de capitais, tendo originado menos valias potenciais na carteira de títulos que o Grupo detém, numa perspectiva de médio prazo (disponíveis para venda). Essas posições foram valorizadas às cotações de 31 de Dezembro de 2008 e as respectivas imparidades (cerca de 85% na Galp e Sonae), no montante de 53,7 milhões de euros, foram assumidas integralmente como custo do exercício, na sequência de uma mais correcta aplicação dos critérios de imparidade vigentes no Grupo. O valor desta carteira após o ajustamento, situou-se em 44,7 milhões de euros e representa 1,45% do activo total.

O agravamento da actividade económica trouxe dificuldades aos clientes no cumprimento das responsabilidades assumidas e consequentemente às Instituições no nível de provisionamento exigido, que registou um crescimento de 8,4% face a 2007.

Contudo, as recuperações de créditos abatidos ao activo, patenteiam um aumento de 2,8 milhões de euros, e situam-se em 10 milhões de euros (+39,7% face a 2007).
Os Encargos de estrutura subiram 13,8 milhões de euros (+13,7%), para o que contribuiu o aumento de 14,7% do número de Balcões e o arranque de actividade do Finibanco Angola. Em 2008 iniciou-se um conjunto de programas de racionalização de custos que já tiveram alguns efeitos neste exercício, mas cujo impacto se espera ver reflectido essencialmente em 2009.

Os Custos com o pessoal registaram um crescimento de 4,7 milhões de euros (+8,2%), sendo de realçar que apesar do acréscimo de 22 Balcões em Portugal e de 1 em Angola o quadro de pessoal teve uma diminuição líquida de 20 colaboradores (em Portugal a redução foi de 45). Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo Finibanco tinha 1.500 colaboradores, correspondendo a 8,7 colaboradores por balcão (10,1 em Dezembro de 2007). Esta rubrica cresceu abaixo dos custos de estrutura, por força da implementação dos referidos programas de racionalização de custos.

Os custos com o pessoal dos Balcões abertos em 2008 e do Finibanco Angola contribuíram com 3,8 milhões de euros para o total da rubrica e correspondem a 80,9% do seu acréscimo anual. O restante crescimento é justificado pela actualização da tabela salarial.

Os Outros Gastos Administrativos, no montante de 43,3 milhões de euros, aumentaram 22,3% (+7,9 milhões de euros).

Os custos de consultoria estratégica desenvolvida em 2008, associada ao programa de racionalização de custos, contribuíram em 1 milhão de euros para o aumento da rubrica de serviços especializados, a qual registou um acréscimo de 31,3%.

Em consonância com o alargamento da rede de Balcões, as "rendas e alugueres" e "comunicações", aumentaram, 28,7% e 32,1%, respectivamente.

Por força do investimento feito na rede de Balcões, as Amortizações aumentaram 14,3%, tendo a componente "equipamento" registado o maior crescimento.

O "Cost to Income" (com mercados) registou um agravamento de 24,6 pontos percentuais, passando de 57,6% para 82,6%. Este rácio, sem a actividade de mercados, registou uma redução de 2,7 pontos percentuais relativamente a 2007, situando-se em 76,6%.

Mil €

Encargos de estrutura	31-12-2008	31-12-2007	Variação (%)
Custos com o pessoal	61.892	57.183	8,2
Gastos Administrativos	43.298	35.409	22,3
Amortizações	9.495	8.308	14,3
Total dos custos de estrutura	**114.685**	**100.900**	**13,7**
Produto bancário	**139.699**	**177.189**	**(21,2)**
Resultados por equivalência patrimonial	(208)	(2.000)	(89,6)
Cost to Income (com mercados)	**82,2%**	**57,6%**	**24,6 pp**
Cost to Income (sem mercados)	**76,6%**	**56,9%**	**19,6 pp**

A quebra do Resultado consolidado explica-se:

- Pela forte instabilidade dos mercados financeiros, que afectou com maior incidência os resultados do Finibanco-Holding, SGPS, onde foram registadas imparidades, no montante de 48,4 milhões de euros, e ainda pela diminuição de 60 milhões de euros verificado nos resultados de operações financeiras;

- Pela contribuição dos 69 Balcões abertos em 2006, 2007 e 2008, que em conjunto representam 40,1% da rede actual e afectaram negativamente o resultado do período em 12,7 milhões de euros;

- Pelo recente lançamento do Finibanco Vida e Finibanco Angola, que correspondeu a um resultado negativo de 1 milhão de euros.

O Resultado consolidado, descontado do impacto da actividade de mercados, foi positivo em 8,7 milhões de euros.

A actividade de retalho do Grupo teve um desempenho muito aceitável, face às condições adversas de mercado e ao crescimento orgânico referido. Dela se esperam efeitos muito positivos, sobretudo no Finibanco, SA que passou a dispor de mais 22 Balcões, com menos recursos humanos, e com alguns dos mais recentes a atingir a maturidade.

Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro abaixo integra indicadores de referência, de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL	31-12-2008	31-12-2007
1. Solvabilidade		
Racio de adequação de fundos próprios		
Finibanco Holding, SGPS, SA (consolidado)	7,3%	10,0%
Finibanco, SA	9,8%	8,1%
Racio de adequação de fundos próprios de base		
Finibanco Holding, SGPS, SA (consolidado)	5,3%	6,6%
Finibanco, SA	6,8%	5,1%
2. Qualidade do Crédito		
Crédito com incumprimento [a] / Crédito total	3,3%	2,9%
Crédito com incumprimento, líquido [b] / Crédito total, liquido [b]	1,2%	0,8%
3. Rentabilidade		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	-1,9%	1,5%
Produto bancário [c] / Activo líquido médio	4,6%	6,8%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	-29,9%	21,7%
4. Eficiência		
Custos de funcionamento [c] + amortizações / Produto bancário [c]	82,2%	57,6%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário [c]	44,4%	32,6%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal

(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)

Como referido, na Assembleia Geral marcada para o dia 4 de Maio de 2009 será analisada e votada a proposta do Conselho de Administração para o aumento do capital social até 200 milhões de euros, por uma ou mais vezes, permitindo assim recolocar o rácio de solvabilidade acima do limite regulamentado.

Impactos do Período de Turbulência Financeira

A crise sem precedentes que afectou o sistema financeiro mundial e o seu alastramento à denominada economia real motivaram a recessão que se instalou no mercado, apesar das diversas medidas que os vários governos foram tomando com o objectivo de reanimar a economia.

Não obstante a evidente dificuldade em segregar os efeitos da turbulência financeira dos demais, passamos a sintetizar as implicações da crise nos seguintes aspectos da gestão:

Liquidez

Numa conjuntura muito adversa o Grupo Finibanco conseguiu reforçar os recursos de clientes no Balanço (+8,5% face a 2007), embora com custos acrescidos. De facto o custo médio dos recursos aumentou, em 2008, 74 pontos base.
Pese embora as dificuldades sentidas no mercado, a estrutura de financiamento do Grupo, e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez permitiram ultrapassar a fase mais crítica sem sobressaltos de relevo.

Por forma a diversificar as fontes de financiamento procedeu-se à monetarização de activos ilíquidos de Balanço, através de uma operação de titularização de créditos à habitação no montante de 233 milhões de euros, passando assim a ter a possibilidade de recorrer ao financiamento do Eurosistema, a partir do final do ano.

Fundo de Pensões

A rentabilidade dos Activos do Fundo de Pensões foi fortemente afectada pela desvalorização dos activos financeiros que os compõem. Assim os activos do Fundo de Pensões do Grupo Finibanco tiveram uma desvalorização de 11,99%, equivalente a 8,3 milhões de euros, face a um rendimento positivo esperado de 3,8 milhões de euros.

Em consequência, o desvio actuarial nos pressupostos financeiros, no montante de 12,1 milhões de euros, acresceu aos desvios actuarias nas responsabilidades, que foram apenas de 74 mil euros, perfazendo um total de 12,2 milhões de euros. As contribuições efectuadas, num total de 8,1 milhões de euros, permitiram que no final do exercício a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo ascendesse a 97,3%. No final de Fevereiro de 2009 essa cobertura passou a 100%, em consequência da contribuição efectuada de 1,9 milhões de euros.

Os desvios actuariais registados em Balanço passaram de 3 milhões de euros para 15,2 milhões de euros, dos quais 8,3 fora do corredor. De acordo com a IAS 19 este montante, que excede o limite do corredor, será objecto de amortização por um período de 25 anos.

Resultados

O Grupo Finibanco não dispõe de exposições face ao denominado mercado de crédito imobiliário "US subprime" ou seguradoras do tipo monoline.

O Grupo não registou quaisquer perdas em resultado directo da falência do Lehman Brothers Holdings Inc. e do escândalo Madoff.

A actividade de trading da carteira própria em derivados tem uma expressão muito reduzida, quer em termos de exposição ao risco, quer em termos de afectação de resultados.

A exposição a SPE (Special Purpose Entities) circunscreve-se apenas às associadas a operações de securitização de créditos próprios. Estas operações têm sido efectuadas como instrumento de gestão da liquidez e financiamento da actividade do Grupo, e ainda parcialmente com o objectivo de libertação de capital.

A crise de liquidez repercutiu-se ao nível da margem financeira, pelo agravamento do custo médio dos recursos em 74 pontos base. A descida abrupta da Euribor associada à dificuldade de a repercutir no "pricing" dos passivos e à indexação dos activos àquele referencial provocaram um efeito negativo na Margem Financeira de 4,5 milhões de euros que foi compensado pelo aumento do negócio.

A desvalorização dos preços de mercado provocou o registo de perdas

- Realizadas na venda de títulos, onde se incluem os Equity Swaps, no montante de 14,5 milhões de euros e ainda o ajustamento à cotação da actual carteira de negociação em 0,9 milhões de euros;

- Por imparidade na carteira de acções disponíveis para venda no total de 53,7 milhões de euros, sendo que 48,4 milhões de euros se referem à carteira detida pelo Finibanco Holding SGPS (GALP: 29 milhões de euros; SONAE: 16 milhões de euros).

Capitais Próprios

Os Capitais próprios foram directamente afectados pela crise financeira com reflexos nas reservas de justo valor, líquidas de impostos diferidos e imparidade, reduzindo-as em 18,9 milhões de euros face a 2007.

Perspectivas Futuras

Para o exercício de 2009 o Finibanco-Holding elegeu um conjunto de objectivos orientadores da acção das suas Participadas, certamente exigentes, tendo em conta as dificuldades que se nos deparam, mas também por isso motivadoras, de que se destacam as seguintes:

- A optimização da gestão da base de capital, reforçando o Tier 1, salvaguardando o adequado rácio de solvabilidade. Para o efeito foi decidido em Assembleia Geral de 26 de Novembro de 2008 um aumento de capital até 50 milhões de euros. Contudo, o modo como evoluiu o mercado não foi de molde a possibilitar a concretização deste aumento nas condições aprovadas, pelo que o modelo será objecto de apreciação e revisão em Assembleia Geral, já convocada para o efeito, para o dia 4 de Maio de 2009, propondo-se de igual modo que o aumento de capital seja decidido até 200 milhões de euros;

- O reforço da liquidez, dando prioridade à captação de recursos domésticos na rede de Balcões e à estruturação de operações de activos para colaterizar financiamentos junto do BCE ou outras Instituições. Refira-se a propósito que o Finibanco está abrangido pela Portaria n.° 1219/2008 de 23 de Outubro, que regulamenta a Lei n.° 60-A/2008 de 20 de Outubro, a qual estabelece a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, visando o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros. O Finibanco não recorreu a essa possibilidade, embora se admita que possa vir a fazê-lo, em caso de necessidade;

- O "pricing" das operações de crédito devem assumir uma rentabilidade objectivo para os Fundos Próprios de 17,5%;

- O reforço da rede de Promotores de Negócios, elevando-a para 800 Promotores activos, e a introdução de novas funcionalidades na rede Net-Banking;

- O enfoque da actividade nos sectores mais dinâmicos, de forma a posicionar o Finibanco como uma Instituição de relação, moderna e inovadora, acessível e dotada de excelência;

- O incremento do produto bancário e o controlo dos custos, através, designadamente, da dinamização de produtos âncora, da inovação em produtos e "packaging" da diferenciação de ofertas por fase de ciclo de vida ou sector, do desenvolvimento de "bundles", do aumento da prestação de serviços, do aproveitamento das oportunidade de desintermediação que se nos deparem, do controlo sistemático dos custos e da reorganização da estrutura;

- A gestão de riscos, assumindo uma postura tendencialmente mais conservadora; obtendo a homologação dos modelos de quantificação de riscos, no âmbito de Basileia II e operacionalizando a sua utilização diária, impondo maior rigor nas fases do processo de gestão do risco de crédito: selectividade na originação, rigor na avaliação do risco, das garantias e do "pricing", alinhamento da decisão com os objectivos, as políticas e as estratégias, melhor acompanhamento da carteira e maior agressividade na recuperação; adoptando sistemas de financiamento e de "pricing" orientados para a qualidade e discriminantes na alocação de fundos próprios, alinhados pelo normativo de Basileia II, e na transferência de fundos alheios em função do risco;

- O aperfeiçoamento dos modelos de governance e de controlo interno;

- A assunção de uma postura socialmente responsável a todos os níveis, nas empresas do Grupo, baseada em atitudes ética e deontologicamente correctas na condução dos negócios e na adopção de

procedimentos coerentes com os objectivos sociais da comunidade, actuando dentro do quadro legal e regulamentar, prevenindo tentativas de lavagem e branqueamento de capitais e usando a função creditícia com base na qualidade dos projectos, aferidos pelos grandes desígnios comunitários.

4. Análise às contas Consolidadas

Nas contas consolidadas da APCL Financeira – S.G.P.S., S.A. atinge natural relevância o conjunto das operações das empresas financeiras.

A conjuntura extraordinária vivida nos mercados financeiros influenciou decisivamente os resultados das nossas participadas.

O crédito concedido representa dois terços do total do activo, aproximadamente o mesmo que os recursos de clientes.

O capital próprio atinge 227,2 milhões de euros, sendo 81,6 milhões atribuídos a interesses minoritários.

Quanto à demonstração de resultados, a margem financeira atingiu 90,5 milhões de euros e o produto bancário – prejudicado pelos resultados de activos e passivos avaliados através de resultados - foi de 138,1 milhões de euros.

Os custos do exercício foram de 114,7 milhões de euros.

O Resultado Global foi negativo em 60,8 milhões de euros. Após o registo de impostos e interesses minoritários, o resultado consolidado atingiu 29,2 milhões de euros (negativos).

5. Perspectivas Futuras

A APCL Financeira continuará a gerir activamente as suas participações, tendo em vista a libertação de meios financeiros na actividade imobiliária e a progressiva concentração na actividade financeira.

6. Menções Obrigatórias

A APCL Financeira não apresenta dívidas vencidas à Segurança Social nem pagamentos em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não foram adquiridas nem alienadas quotas próprias.

7. Agradecimentos

Gostaríamos, finalmente, de deixar expresso o nosso reconhecimento:

- Aos clientes das várias empresas, pela preferência concedida;
- Ao Banco de Portugal e à CMVM - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo connosco mantido;
- Aos Revisores Oficiais de Contas e Auditores, pelo apoio prestado;
- Aos Colaboradores do Grupo, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções.

Vale de Cambra, 08 de Abril de 2009

O Conselho de Administração

Álvaro Pinho da Costa Leite

Maria Augusta Resende da Costa Leite

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA

Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2008-12-31 Valor antes de imparidade e amortizações	2008-12-31 Imparidade e amortizações	2008-12-31 Valor líquido	2007-12-31	Reexpresso 31-12-2007
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	124.705	0	**124.705**	86.625	86.625
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	66.925	0	**66.925**	56.339	56.339
Activos financeiros detidos para negociação	5	9.463	0	**9.463**	80.406	80.406
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6	37.048	0	**37.048**	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	7	101.755	0	**101.755**	151.629	151.629
Aplicações em instituições de crédito	8	25.570	0	**25.570**	77.615	77.615
Crédito a clientes	9	2.503.951	78.530	**2.425.421**	2.197.571	2.197.571
Investimentos detidos até à maturidade	10	5.158	0	**5.158**	0	0
Activos não correntes detidos para venda	11	28.934	0	**28.934**	46.161	46.161
Propriedades de investimento	12	39.000	0	**39.000**	37.691	37.691
Outros activos tangíveis	13	121.241	58.040	**63.201**	58.303	58.304
Activos intangíveis	14	96.512	16.607	**79.905**	105.634	85.555
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	15	27.839	341	**27.498**	11.904	15.357
Activos por impostos correntes	16	2.765	0	**2.765**	118	118
Activos por impostos diferidos	17	10.176	0	**10.176**	2.076	2.076
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	99	0	**99**	0	0
Outros activos	19	180.358	900	**179.458**	188.092	188.092
Devedores por seguro directo e resseguro		232	0	**232**	131	131
Outros activos		180.126	900	**179.226**	187.961	187.961
Total de Activo		**3.381.499**	**154.418**	**3.227.081**	3.100.164	3.083.539

Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2008-12-31	2007-12-31	Reexpresso 31-12-2007
Recursos de bancos centrais	20	**60.008**	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	21	**29.975**	31.232	31.232
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	22	**150.813**	163.522	163.522
Recursos de outras instituições de crédito	23	**169.545**	179.727	179.727
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	**2.218.928**	2.030.744	2.030.744
Responsabilidades representadas por títulos	25	**25.898**	10.796	10.796
Passivos financeiros associados a activos transferidos	26	**237.736**	248.802	248.802
Provisões	27	**1.480**	1.969	1.969
Provisões técnicas	28	**25.544**	14.529	14.529
Passivos por impostos correntes	29	**260**	8.698	8.698
Passivos por impostos diferidos	30	**6.824**	5.998	5.998
Outros passivos subordinados	31	**26.058**	654	654
Outros passivos	32	**46.833**	65.291	65.293
Credores por seguro directo e resseguro		**145**	121	121
Outros passivos		**46.688**	65.170	65.172
Capital	33	**100.000**	100.000	100.000
Outros instrumentos de capital		**64.190**	99.848	99.848
Reservas de reavaliação		**-1.521**	8.178	8.178
Outras reservas e resultrados transitados		**12.140**	-17.156	-2.014
Resultado do exercício		**-29.196**	12.366	12.430
Interesses minoritários	34	**81.566**	134.966	103.133
Total de Passivo + Capital		**3.227.081**	3.100.164	3.083.539

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,

A ADMINISTRAÇÃO

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA.

Demonstração Consolidada de Resultados a 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2008-12-31	2007-12-31	Reexpresso 31-12-2007
Juros e rendimentos similares		232.823	196.478	196.478
Juros e encargos similares		148.804	116.548	116.548
Rendimentos de instrumentos de capital		6.450	2.417	2.417
Rendimentos de serviços e comissões	36	27.339	28.098	28.098
Encargos com serviços e comissões	36	6.076	6.895	6.895
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	(25.844)	30.439	30.439
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	9.298	21.934	21.934
Resultados de reavaliação cambial		6.446	(2.937)	(2.937)
Resultados de alienação de outros activos	39	14.361	76	76
Prémios líquidos de resseguro	40	14.199	15.502	15.502
Custos com sinistros líquidos de resseguro	41	1.708	127	127
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	42	10.719	14.523	14.523
Outros resultados de exploração	43	20.345	21.587	21.587
Custos com pessoal	44	61.892	57.183	57.183
Gastos gerais administrativos	45	43.355	35.447	35.447
Amortizações do exercício		9.495	8.308	8.308
Provisões líquidas de reposições e anulações		(446)	1.760	1.760
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	46	29.755	27.680	27.680
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	46	53.751	9	9
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	46	(919)	12.364	12.364
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)*		(766)	2.262	3.530
Impostos		1.285	11.814	11.814
Correntes	47	2.526	12.917	12.917
Diferidos		(1.241)	(1.103)	(1.103)
Interesses minoritários		(31.628)	10.832	12.036
Resultados por acção básicos (em Euros)		-0,29	0,12	0,12
Resultados por acção diluídos (em Euros)		-0,29	0,12	0,12

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração Consolidada de Resultados em 31 de Dezembro de 2008

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,

A ADMINISTRAÇÃO,

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções próprias	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Interesses Minoritários	Total
Saldos em 31.12.2007 (em IFRS)	100.000	0	99.848	8.178	(2.014)	0	12.430	103.133	321.575
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas	0	0	0	0	12.430	0	-12.430	0	0
Distribuição de dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda -									0
Ganhos e perdas não realizados no período	0	0	0	(9.699)	0	0	0	0	-9.699
Variações cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas por impostos diferidos									0
Reforços no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de reservas de reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impacto da adopção dos IFRS/IAS em 1 de Janeiro de 2005	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	(29.196)	0	-29.196
Outras variações em capital próprio	0	0	(35.658)	0	1.724	0	0	(21.567)	-55.501
Saldos em 31.12.2008 (em IFRS)	**100.000**	**0**	**64.190**	**(1.521)**	**12.140**	**0**	**(29.196)**	**81.566**	**227.179**

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,

A ADMINISTRAÇÃO,

APCL FINANCEIRA SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O ANO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Juros e comissões recebidos		259.674	224.576
Juros e comissões pagos		(145.493)	(123.443)
Impostos pagos		(19.644)	1.470
Recuperação de crédito e juros vencidos		10.003	7.160
Fluxo das operações financeiras		(3.650)	51.853
Pagamentos ao pessoal		(61.892)	(57.183)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(5.306)	(13.784)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		33.692	90.649
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Aplicações em instituições de crédito		52.485	(33.573)
Créditos a Clientes		(267.562)	(440.003)
Activos financeiros detidos para negociação		70.943	(21.328)
Activos financeiros disponíveis para venda		(13.578)	(81.400)
Activos não correntes detidos para venda		18.146	(28.820)
Outros activos		4.723	(40.765)
Fluxo líquido dos activos operacionais		(134.843)	(645.889)
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de bancos centrais		60.008	-
Recursos de outras instituições de crédito		(10.004)	24.977
Recursos de clientes e outros empréstimos		185.322	351.132
Passivos financeiros detidos para negociação		(1.257)	3.872
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		(12.304)	(38.351)
Passivos financeiros associados a activos transferidos		(11.066)	251.175
Outros passivos		18.852	(6.545)
Fluxo líquido dos passivos operacionais		229.551	586.260
Fluxos das actividades operacionais (1)		**128.400**	**31.020**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		(11.182)	187
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		(5.158)	-
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		-	-
Diminuições (aumentos) Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		(37.048)	-
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(12.914)	(10.725)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		4.172	(2.195)
Fluxos das actividades de investimento (2)		**(62.130)**	**(12.733)**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissões de dívida titulada e subordinada		100.361	113.027
Amortizações de dívida titulada		(100.766)	(119.703)
Juros de dívida titulada		8.399	-
Aumentos (diminuições) Outros instrumentos capital		(35.658)	-
Interesses minoritários		10.060	14.431
Fluxos das actividades de financiamento (3)		**(17.604)**	**7.755**
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		48.666	26.042
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		142.964	116.922
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		191.630	142.964

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa consolidados do exercício de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,

A ADMINISTRAÇÃO,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados
7. Activos financeiros disponíveis para venda
8. Aplicações em instituições de crédito
9. Crédito a clientes
10. Investimentos detidos até à maturidade
11. Activos não correntes detidos para venda
12. Propriedades de investimento
13. Outros activos tangíveis
14. Activos intangíveis
15. Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação
16. Activos por impostos correntes
17. Activos por impostos diferidos
18. Provisões técnicas de resseguro cedido
19. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO
20. Recursos de bancos centrais
21. Passivos financeiros detidos para negociação
22. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
23. Recursos de outras instituições de crédito
24. Recursos de clientes e outros empréstimos
25. Responsabilidades representadas por títulos
26. Passivos financeiros associados a activos transferidos
27. Provisões
28. Provisões técnicas
29. Passivos por impostos correntes
30. Passivos por impostos diferidos
31. Outros passivos subordinados
32. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL
33. Capital
34. Interesses minoritários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
35. Margem financeira
36. Rendimentos e encargos de e com comissões
37. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
38. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
39. Resultados de alienação de outros activos
40. Prémios líquidos de resseguro
41. Custos com sinistros líquidos de resseguro
42. Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro
43. Outros resultados de exploração
44. Custos com o pessoal
45. Gastos gerais administrativos
46. Imparidade
47. Impostos correntes
48. Resumo da composição do lucro consolidado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
49. Rubricas extrapatrimoniais
50. Activos e passivos expressos em moeda estrangeira
51. Relato por segmento

52. Justo valor de instrumentos financeiros
53. Gestão do risco
54. Operações de titularização
55. Benefícios pós emprego
56. Partes relacionadas
57. Eventos subsequentes
58. Normas e interpretações recentemente emitidas que ainda não estão em vigor

1. INFORMAÇÃO GERAL

A APCL Financeira é uma sociedade constituída por escritura pública em 17 de Abril de 2006, sob a forma jurídica de sociedade por quotas, sendo transformada em sociedade anónima por deliberação da Assembleia Geral de 21 de Outubro de 2008 e registada na Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra em 11 de Novembro, com sede em Vale de Cambra e que tem por objecto principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

No âmbito do previsto na regulamentação do Banco de Portugal, a APCL Financeira SGPS, SA apresentou pela primeira vez as suas contas consolidadas com referencia a 1 de Janeiro de 2007.

A estrutura do Grupo APCL a nível de empresas filiais, detidas directa e indirectamente, em 31 de Dezembro de 2008 pode ser resumida da seguinte forma:

Nome da Sociedade	Detentor de Capital	Actividade	% Participação Directa	% Participação Efectiva
VIC (SGPS), S.A.	APCL Financeira SGPS, Lda.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	71,53	71,53
Lameira - Imobiliária, Lda.	VIC (SGPS), S.A. SAF - Imobiliária, S.A.	Imobiliária	72,50 27,50	71,087
VIC BETEILIGUNGS (Austria)	VIC (SGPS), S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	100,00	71,53
Sogibraga - Gestão Imobiliária,	VIC (SGPS), S.A. SAF - Imobiliária, S.A.	Imobiliária	40,00 60,00	70,564
Sogiporto - Gestão Imobiliária, Lda.	VIC (SGPS), S.A.	Imobiliária	100,00	71,53
SAF - Imobiliária, S.A.	VIC (SGPS), S.A.	Imobiliária	97,75	69,92
Finibanco Holding SGPS, S.A.	VIC (SGPS), S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	67,08	47,98
Finibanco, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Instituição de Crédito	100,00	47,98
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários	100,00	47,98
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Servicos Auxiliares, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Imobiliária	100,00	47,98
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Financeira	100,00	47,98
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Mediadora de Seguros	100,00	47,98
Fini International Luxembourg	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	100,00	47,98
Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Companhia de Seguros	100,00	47,98
Finibanco Angola, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Instituição de Crédito	61,00	29,27
Lestinvest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	21,2104	10,1772

No primeiro semestre de 2008 a estrutura do grupo sofreu as seguintes alterações:

Compra em Junho de mais 1% do capital do Finibanco Angola, elevando-se a percentagem de detenção de 60% para 61%.

Em 17.06.2008 foi constituída a sociedade Lestinvest, com um capital de 4.200 m.Euros, tendo sido subscrito na totalidade pelo Finibanco Holding. Em 25.06.2008 a Lestinvest procedeu a um aumento de capital de 4.200 m.Euros para 20.000 m.Euros no qual o Finibanco Holding subscreveu e realizou 42 m.Euros, passando a percentagem de detenção naquela sociedade para 21,21%.

A APCL vendeu 5,99% do capital da VIC SGPS, situando-se, actualmente, a percentagem de detenção naquela sociedade em 71,53%.

As empresas incluídas nas contas consolidadas da APCL Financeira SGPS, SA, bem como os seus principais indicadores em 31 de Dezembro de 2008 ajustados para IFRS, são os seguintes:

Empresa	Percentagem de particpação efectiva %	Total de activo líquido	Capitais próprios (a)	Resultado líquido de 2008-12-31
VIC (SGPS), S.A. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	71,53	183.371	79.339	11.400
Lameira - Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	71,087	23.009	16.895	512
VIC BETEILIGUNGS (Austria) Gonzagagasse 17 1010 Wien	71,53	26	27	(7)
Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	70,564	917	821	7
Sogiporto - Gestão Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	71,53	11.576	5.420	(821)
SAF - Imobiliária, S.A. Nabais - Escariz 4540-312 Arouca	69,92	12.388	3.787	(129)
Finibanco Holding SGPS, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	47,98	271.020	155.920	(53.239)
FINIBANCO, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	47,98	2.983.052	140.202	871
FINVALOR-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A. Av. de Berna, 10 1000 Lisboa	47,98	7.000	3.156	2.977
FINICRÉDITO-Instituição Financeira de Crédito, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	47,98	331.250	33.405	815
FINMÓVEIS-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	47,98	8.685	1.486	(139)
FINI INTERNATIONAL LUXEMBOURG Luxembourg	47,98	4.533	4.257	11
FINSEGUR-Mediadora de Seguros, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	47,98	783	273	256
FINIBANCO VIDA - Companhia de Seguros Rua Júlio Dinis, 166 4050-318 Porto	47,98	43.650	7.319	(181)
FINIBANCO ANGOLA Travessa Engrácia Fragoso nº 24 R/C Município de Ingombotas Luanda - Angola	29,27	27.232	7.074	(1.352)
LESTINVEST - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	10,1772	49.155	20.000	(596)

(a) Não inclui o resultado do exercício de 2008

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Adopção de novas ou revistas normas internacionais de relato financeiro

Em 2008 as normas que se seguem entraram em vigor:

IAS 39 Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração

O Grupo adoptou as alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Estas emendas permitiriam, face às circunstâncias excepcionais de mercado, reclassificar certos instrumentos financeiros das categorias de Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros Disponíveis para Venda para Activos Financeiros Detidos até à Maturidade ou Empréstimos e Valores a Receber (Nota 5).

IFRIC 11 – Transacções com acções próprias

O Grupo adoptou a IFRIC 11 na medida em que se aplique a demonstrações financeiras consolidadas. Esta interpretação requer que os acordos em que são atribuídos direitos sobre as acções da entidade a empregados sejam contabilizados como esquemas de liquidação em acções, mesmo que a entidade compre os instrumentos a uma parte independente, ou os accionistas entreguem os instrumentos de capital necessários. À data de 31 de Dezembro de 2008, o Grupo não tinha acordos desta natureza.

IFRIC 12 – Acordos de concessão

Esta interpretação, ainda não adoptada pela União Europeia, aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão. Nenhum membro do Grupo é um operador de concessões e consequentemente esta interpretação não tem impacto no Grupo.

Na Nota 58 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O Grupo não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

2.2. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia em 31 de Dezembro de 2008, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e Passivos financeiros detidos para negociação, incluindo derivados, Activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento que foram mensurados ao justo valor.

As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo estão descritas nos pontos seguintes.

2.3 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a agregação das demonstrações financeiras separadas da APCL Financeira e das demonstrações financeiras individuais das entidades que sejam directa ou indirectamente por si controladas (subsidiárias) e de entidades de finalidade especial em relação às quais o Grupo detenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade ou interesses residuais. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos ao nível da consolidação de forma a corrigir a aplicação dos princípios e critérios previstos nas IFRS e de forma a assegurar a sua uniformidade. As demonstrações financeiras de todas as subsidiárias e entidades de finalidade especial referem-se ao mesmo período de reporte da empresa mãe, a APCL Financeira.

Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com o objectivo de obter benefícios das suas actividades.

As transacções e os saldos entre as subsidiárias e entidades de finalidade especial cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das subsidiárias na data de aquisição foram totalmente amortizados em anos anteriores por contrapartida de reservas.

O prejuízo consolidado do exercício resulta de agregação dos resultados líquidos da APCL Financeira e das subsidiárias e entidades de finalidade especial, após se efectuarem ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como aqueles que uniformizam a aplicação dos princípios de contabilidade do Grupo.

Os interesses minoritários, quando existentes, representam a proporção nos resultados e nos activos líquidos dos passivos que não são detidos pelo Grupo directa ou indirectamente e são apresentados separadamente, respectivamente, na demonstração de resultados e no balanço na rubrica de "interesses minoritários", incluída no capital próprio.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a Sociedade tinha optado por utilizar a técnica de consolidação directa, ou seja todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação foram integradas directamente na sociedade mãe APCL Financeira, SGPS, S.A., não atendendo assim à existência de subgrupos. Em 2008, a Sociedade entendeu passar a utilizar a técnica de consolidação em cascata, que atendendo à organização do Grupo se apresenta com maior aderência à sua realidade. Assim, cada sociedade foi consolidada na sociedade que participa directamente, realizando-se a consolidação por degraus (da base para o topo), sendo cada sociedade ou subgrupo integrado no degrau imediatamente superior.

Para efeitos comparativos é apresentada nas demonstrações financeiras a coluna "Reexpresso 31-12-2007" que traduz a consolidação no ano anterior utilizando a técnica de consolidação em cascata. Os impactos desta alteração foram de redução dos interesses minoritários em 31.833 m.Euros, aumento dos capitais próprios em 15.142 m.Euros, redução dos activos intangíveis em 20.079 m.Euros e aumento dos investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação em 3.453 m.Euros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Grupo tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market)* nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model)*. O dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos similares determinam perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares.

Imparidade em instrumentos de capital

Os Instrumentos de capital classificados em activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Imparidade em instrumentos de dívida

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é elaborada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado. Os juros deverão ser especializados à taxa efectiva original na parte reduzida do valor do activo e registada na rubrica de " juros e proveitos equiparados". Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder estar objectivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade deve ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida nos resultados.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na (Nota 55) são apresentados os pressupostos utilizados.

Responsabilidades com contratos de seguro do ramo vida

Os passivos por contratos de seguro do ramo vida reflectem a melhor estimativa de responsabilidades perante os tomadores de seguro considerando as condições contratuais e pressupostos considerados mais adequados à data sobre mortalidade e taxas de retorno dos investimentos, entre outros.

Operações de titularização

Como parte da sua actividade operacional o Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo, operações de aluguer de longa duração e crédito concedido a pequenas e médias empresas, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Grupo através da detenção de títulos de natureza residual. Consequentemente, os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização cujos títulos de natureza residual sejam detidos pelo Grupo são incluídos nas contas consolidadas.

2.5 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na

data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

b) Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também, quando existentes, vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 *(fair value option)*, desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Em aplicação do parágrafo 1 da IAS 31, o Grupo classificou no exercício na rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados a participação detida pela Lestinvest numa entidade estrangeira conjuntamente controlada que se encontra a desenvolver um empreendimento imobiliário (Nota 6).

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

A valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados tem em conta o risco de crédito do emitente como sendo o spread de cada dívida emitida.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra

como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda". Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital". Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os contratos "forwards" representam compromissos para comprar ou vender um determinado activo (nomeadamente instrumentos do mercado monetário ou divisas) numa data futura a um preço previamente acordado. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os "swaps" de moeda correspondem geralmente a uma troca de fluxos financeiros em duas diferentes divisas e respectivas taxas de referência cujo capital é trocado no início e novamente trocado no sentido inverso no termo do contrato, a taxas previamente especificadas. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os "swaps" de taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura quer a operações de negociação relativas a uma troca de juros na mesma moeda onde não se verifica troca de capitais, os quais estão sujeitos a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como ao justo valor através de resultados (*fair value option)*.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O recurso a derivados pelo Grupo para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência
  O Grupo emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;

- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes
  O Grupo contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;

- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Grupo.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

Determinação do justo valor

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;

- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade em instrumentos financeiros

O Grupo avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

Créditos a clientes

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidencia objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

Os activos e imparidade associada são abatidos do activo quando existem baixas probabilidades de recuperação.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

Activos disponíveis para venda

Os instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio no justo valor dos activos, abaixo do preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.
No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é abordada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado.

c) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

d) Reclassificação de activos e passivos financeiros

Um activo financeiro que não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, pode ser retirado da categoria de justo valor através dos lucros e prejuízos. Este tem de ser reclassificado ao justo valor na data de reclassificação. Os ganhos e as perdas já reconhecidos nos lucros ou prejuízos não deverão ser revertidos. O justo valor do activo financeiro à data de reclassificação tornar-se-á o seu novo custo ou custo amortizado, conforme aplicável.

Qualquer reclassificação efectuada depois de 1 de Novembro de 2008 terá efeito após a data de reclassificação. A reclassificação não pode ser efectuada antes de 1 de Julho de 2008. As reclassificações efectuadas antes de 1 de Novembro de 2008 podem ser aplicadas retrospectivamente até 1 de Julho de 2008.

2) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, na rubrica "Resultados de reavaliação cambial", com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa

média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3) Operações de locação financeira

O Grupo classifica as operações de locação financeiras ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. As restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

Nas **locações operacionais** os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Nas **locações financeiras**:

- Como locatário

  Os activos em regime de locação financeira são registados em "Outros activos fixos tangíveis", pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

  As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados, como custos financeiros, na rubrica "Juros e encargos similares".

  Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira

- Como locador

  Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados, como proveitos financeiros, na rubrica "Juros e rendimentos similares".

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.
Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se houver suficiente prova de que o Grupo continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Os imóveis recebidos em dação que não cumpram integralmente os critérios acima referidos são registados temporariamente em "Outros Activos". Este tratamento poderá ser revisto no âmbito de reanálise em curso na sequência de solicitação da CMVM.

Os activos registados nesta categoria e os imóveis registados em "Outros Activos" são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda. Nas avaliações os peritos utilizam normalmente pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: comparativo, do rendimento e do custo.

Estes activos não são amortizados.

5) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente valorizadas ao seu custo de aquisição e anualmente reavaliadas ao justo valor apurado em avaliações efectuadas pelos peritos imobiliários da subsidiária Finibanco, S.A. A diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é registada na rubrica da Demonstração de Resultados de Outros Resultados de Exploração.

6) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de "Outros activos tangíveis" inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Em relação aos imóveis de serviço próprio, na data de transição para as IFRS/IAS (1 de Janeiro de 2004) foi utilizada a opção prevista na IFRS 1 de considerar como custo estimado o respectivo justo valor, obtido através de avaliações de peritos, considerando-se a diferença para o anterior valor de balanço em resultados transitados como ajustamentos de transição, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data sujeito a depreciação futura.

Os "Outros activos tangíveis" são registados ao custo, líquido de amortizações e/ou imparidade. Os custos de reparação e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorridos. Os valores residuais e métodos de amortização são revistos em cada fecho de contas e ajustados caso seja apropriado.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

7) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis incluem, ainda, o goodwill gerado na aquisição da VIC, SGPS, S.A. apurado tendo em conta avaliação independente realizada com referência à data de primeira consolidação (1 de Janeiro de 2007). O goodwill não é objecto de amortização, sendo anualmente realizado teste de imparidade.

8) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade em que o Grupo exerça uma influência significativa na gestão mas não seja uma subsidiária ou empreendimento conjunto.

Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o *goodwill* originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer *goodwill* negativo é imediatamente reconhecido em resultados.
À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

9) Benefícios aos empregados

Plano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, as entidades financeiras do Grupo dispõem de Fundos de Pensões autónomos geridos por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Grupo procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACT, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no grupo e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Grupo será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelos Fundos de Pensões do Grupo. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 55) . A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de alterações de pressupostos e diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Grupo, em matéria de Fundo de Pensões, e com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado quer os pressupostos financeiros, quer a tábua de mortalidade, procedeu ao registo contabilístico dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005. Acresce que o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o

saldo ainda por especializar em 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de três anos face à duração inicial prevista.

Deste modo o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido, que serão levados a Resultados Transitados durante um período de 8 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Os valores que ainda não foram relevados como custo, estão registadas em Outros Activos (Nota 19).

Outros benefícios

Para além das pensões, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

No exercício de 2007 as responsabilidades com o SAMS e Subsídio por Morte passaram a ser financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de " Outros passivos" por contrapartida da rubrica de resultados " Custos com o pessoal ".

10) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for imaterial, a quantia de uma provisão é o valor nominal dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

11) Impostos

O Finibanco Holding e as suas filiais estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira do Finibanco SA, ao abrigo do artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por

impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal ou sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

12) Contratos de seguro e contratos de investimento

O Grupo classifica os contratos celebrados pela subsidiária Finibanco Vida como contratos de seguro ou contratos de investimento. Nos contratos de seguro a seguradora recebe do tomador um prémio correspondente ao risco de seguro significativo que é transferido para esta, concordando em compensar o tomador, segurado ou beneficiário através do pagamento de indemnizações e/ou outros tipos de benefícios, caso a ocorrência de um acontecimento seguro (evento incerto) afecte adversamente o segurado ou beneficiário. A existência de risco significativo de seguro é medida tendo em conta as componentes e características económicas dos contratos, comparando os benefícios a pagar ao tomador de seguro na situação de ocorrer ou não o referido evento. Consideram-se contratos de investimento os contratos celebrados pela seguradora em que se verifica a transferência de um risco financeiro significativo sem risco de seguro ou com risco de seguro não significativo. O risco financeiro é o risco de possíveis alterações futuras em taxas de juro, cotações ou outras variáveis.

Os contratos de seguro e de investimento são adicionalmente classificados com ou sem participação discricionária de resultados, ou seja o direito do tomador receber benefícios adicionais aos garantidos que:

- provavelmente correspondem a uma parte significativa do total de benefícios contratados;
- o montante ou momento de pagamento está contratualmente à descrição da seguradora; e
- estão contratualmente baseados na performance de um grupo de activos detidos pela seguradora.

Os prémios de contratos de seguro e contratos de investimento com participação discricionária de resultados são reconhecidos como proveitos quando os respectivos recibos são emitidos para pagamento.

As responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento são reconhecidas quando celebrados os respectivos contratos e debitados os respectivos prémios. As responsabilidades relativas a contratos de seguro e contratos de investimento com participação discricionária de resultados correspondem ao valor actuarial estimado dos compromissos da seguradora.

As provisões matemáticas do ramo vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia, no que respeita a contratos de seguro. São calculadas para cada apólice de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A taxa técnica utilizada nos contratos com capital diferido, com contrasseguro de prémios e com participação nos resultados, assim como os contratos de seguros temporários anuais renováveis foi de 3% e a tábua de mortalidade a GKM80.

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a uma estimativa das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de Balanço (IBNR). Apesar da ausência de dados históricos significativos, em virtude de ser ainda o segundo exercício efectivo da Seguradora, foi já possível estimar o tempo médio que decorre entre a ocorrência do sinistro e a data em o mesmo é comunicado à seguradora, tendo em conta os registos efectivos da Seguradora. A aludida provisão foi constituída segundo métodos estatísticos aplicáveis a este contexto e com base em princípios e regras de prudência.

Para as modalidades que prevêem participação nos resultados, com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos às respectivas provisões técnicas, o valor das provisões matemáticas a 31 de Dezembro já reflecte a mencionada participação que foi distribuída, nessa data, a cada uma das apólices dessas modalidades. A excepção diz respeito aos contratos que foram anulados no decurso do exercício para os quais foi avaliada e constituída a consequente provisão para participação nos resultados.

As Taxas de Revalorização Efectivas (constituídas por taxa de participação + taxa de juro técnica) atribuídas às Apólices das modalidades com Fundos Autónomos de Investimento foram as seguintes:

Produto	Taxa Técnica	Taxa de Revalorização Efectiva
PPR Finibanco	3,00%	3,43%
Capitalização Finibanco	3,00%	3,43%

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

As responsabilidades relativas a contratos de investimento sem participação discricionária de resultados são inicialmente reconhecidos pelo valor dos prémios debitados e depósitos recebidos e subsequentemente valorizadas ao custo amortizado à taxa efectiva dos contratos com base nas seguintes permissas :

Tábuas de Mortalidade e Taxas Técnicas:

PRODUTO	TAXA TÉCNICA	TÁBUA DE MORTALIDADE
- Capital diferido a prémio único, com contrasseguro de prémios, sem participação nos resultados, por 8 anos e 1 dia	4,50%	GKM 80
- Capital diferido a prémio único, com contrasseguro de prémios, sem participação nos resultados, por 5 anos e 1 dia	**4,90%**	**GKM 80**

13) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

14) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

15) Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

16) Garantias financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 49).

As garantias financeiras são reconhecidas como um passivo, pelo justo valor, quando a mesma se encontrar vencida. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito.

As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

17) Fundo de garantia de depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 49).

18) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Caixa	47.120	44.200
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	75.377	35.632
Disponibilidades sobre bancos centrais no estrangeiro	2.208	6.793
	124.705	**86.625**

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	18.574	84
Cheques a cobrar	34.297	42.346
	52.871	42.430
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	11.013	10.663
Cheques a cobrar	3.035	3.246
Juros de Disponibilidades	6	-
	14.054	13.909
	66.925	**56.339**

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2008 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2009.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica de outros "Activos financeiros detidos para negociação" era em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 como a seguir se mostra:

	31-12-2008	31-12-2007
Títulos		
Instrumentos de dívida		
Emitidos por não residentes	3.417	2.150
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	35	11.545
Emitidos por não residentes		
Acções	420	17.357
	455	28.902
Outros		
Emitidos por residentes	1	1
Emitidos por não residentes - Hedge Funds	891	45.317
	892	45.318
	4.764	**76.370**
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
Swaps		
Divisas	1.172	84
Taxa de juro	2.558	3.363
	3.730	3.447
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	969	589
	4.699	**4.036**
	9.463	**80.406**

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Não existem títulos não cotados nesta rubrica.

Os valores nocionais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2008 a m.Euros 29.780 (m.Euros 99.946 em 31 de Dezembro de 2007).

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento (Nota 52).

No âmbito do Regulamento da CE 1004/2008 de 15 de Outubro que introduziu alterações à IAS 39, atentas à particular turbulência dos mercados e às informações recolhidas sobre alguns instrumentos que motivaram o alargamento do prazo inicialmente previsto para a sua detenção foi decidido reclassificar da carteira de negociação para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda três activos.

Os activos reclassificados (três Hedge Funds, sendo um deles um investimento de capital garantido) tinham um justo valor à data da reclassificação de m.Euros 11.627. Estes investimentos provocaram na conta de resultados no exercício de 2008 perdas por ajustamento de justo valor no total m.Euros 382 (ganhos de m.Euros 1.114 no exercício de 2007). Caso não tivesse ocorrido esta reclassificação teriam sido registadas em resultados perdas adicionais de m.Euros 3.042, as quais estão registadas na rubrica reservas de reavaliação em capitais próprios.

6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica inclui a participação da Lestinvest numa entidade no estrangeiro conjuntamente controlada com outros três accionistas e que se encontra a desenvolver um empreendimento imobiliário na Hungria. A percentagem de participação da Lestinvest é de 33,75%, sendo a percentagem final de interesse do Grupo neste empreendimento de 7,16%. Considerando que parte do capital da Lestinvest foi subscrito e realizado por clientes do Grupo foram registados interesses minoritários de 78,79% sobre os capitais e resultado da Lestinvest (Nota 34 – interesses minoritários).

A 31 de Dezembro de 2008 a Lestinvest tinha assumido o compromisso de aquisição adicional de 11,25% do capital da entidade conjuntamente controlada por m.Euros11.025, sobre os quais já adiantou m.Euros 9.000 que se encontram incluídos na rubrica de Outros Activos – Devedores diversos (Nota 19), uma vez que a transferência de propriedade só se concretiza na data do pagamento integral previsto para 2009.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" era, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, como a seguir se mostra:

	31-12-2008	31-12-2007
Títulos		
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	12.756	11.564
De outros residentes	1.498	9.485
	14.254	21.049
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	31.278	16.152
De outros não residentes	12.778	1.173
	44.056	17.325
	58.310	**38.374**
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	85.815	94.840
Imparidade acumulada (Nota 46)	(49.899)	(735)
	35.916	94.105
Emitidos por não residentes		
Acções	8.619	14.060
Imparidade acumulada (Nota 46)	(4.589)	-
	4.030	14.060
	39.946	**108.165**
Outros		
Emitidos por residentes	1.005	5.090
Emitidos por não residentes	2.494	-
	3.499	**5.090**
	101.755	**151.629**

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 16.897 (m.Euros 14.232 em 31 de Dezembro de 2007) que se referem a instrumentos de capital e instrumentos de dívida (m.Euros 3.170, m.Euros 13.727 respectivamente).

Do valor de m.Euros 12.756 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 31.278 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros, conforme segue:

- A favor do Banco de Portugal no âmbito e condições da Instrução 35/2007 Mercado de Crédito Intradiário m.Euros 10.392.
- A favor do Sistema de Indemnização aos Investidores no âmbito e condições da Instrução 2/2000 da CMVM m.Euros 704.
- A favor do Fundo de Garantia de Depósitos no âmbito e condições do Aviso 11/94 do Banco de Portugal m.Euros 2.973.
- A favor da LCH.Clearnet SA no âmbito e condições do "Clearing Rule Book" m.Euros 1.384.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Aplicações em instituições de crédito" era, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, como a seguir se mostra:

	31-12-2008	31-12-2007
Aplicações		
No país		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	59	225
Empréstimos	7.400	6.203
	7.459	6.428
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Aplicações a muito curto prazo	-	31.412
Outras aplicações	18.046	39.293
	18.046	70.705
	25.505	**77.133**
Juros a receber		
De aplicações em instituições de crédito		
Instituições de crédito no país	23	346
Instituições de crédito no estrangeiro	42	136
	65	**482**
	25.570	**77.615**

9. CRÉDITO A CLIENTES

O detalhe da rubrica "Crédito a clientes" era, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, como a seguir se mostra:

	31-12-2008	31-12-2007
Crédito		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.915.990	1.930.958
Interno - titularizado	474.217	250.000
Ao exterior	18.273	15.437
Ao exterior - titularizado	4.566	-
	2.413.046	2.196.395
Crédito e juros vencidos		
Crédito interno e juros vencidos	72.715	54.850
Crédito interno e juros vencidos - titularizado	1.705	-
Crédito externo e juros vencidos	55	139
Crédito externo e juros vencidos - titularizado	30	-
Despesas de crédito vencido	988	615
	75.493	55.604
	2.488.539	2.251.999
Imparidade acumulada (Nota 46)	(78.418)	(71.579)
	2.410.121	**2.180.420**
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	1.247	4.490
Créditos e juros vencidos		
Outros créditos vencidos	110	110
Imparidade acumulada (Nota 46)	(110)	(110)
	1.247	**4.490**
Juros a receber, Receitas com rendimento diferido e Despesas com encargo diferido		
Juros a receber		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	11.207	10.834
Interno - titularizado	2.649	1.695
Externo	197	114
	14.053	12.643
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida	-	18
	14.053	**12.661**
	2.425.421	**2.197.571**

Do total da carteira de crédito 26% foi objecto de análise individual de imparidade e 74% objecto de análise colectiva (em 31 de Dezembro de 2007 23% e 77% respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o detalhe da rubrica "Crédito não representado por valores mobiliários" por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	217.209	257.213
Empréstimos	364.858	289.089
Créditos em conta corrente	660.039	587.916
Descoberto em depósitos à ordem	52.278	21.756
Locação financeira mobiliária	63.108	54.867
Locação financeira imobiliária	94.471	89.133
Outros créditos	17.922	15.233
	1.469.885	1.315.207
Particulares		
Habitação		
Locação financeira	16.594	18.535
Outros créditos	355.084	304.236
	371.678	322.771
Consumo		
Locação financeira	28.666	32.825
Outros créditos	367.437	424.536
	396.103	457.361
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	11.377	14.288
Descoberto em depósitos à ordem	14.964	13.258
Locação financeira	15.124	12.675
Outros créditos	13	13
	175.380	101.056
	2.413.046	**2.196.395**

O total de créditos em Locação financeira apresenta a seguinte desagregação:

Prazo	31-12-2008			31-12-2007		
	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido
Até 1 ano	28.371	39.351	10.980	26.895	36.274	9.379
De 1 ano a 5 anos	96.973	129.322	32.349	92.003	123.778	31.775
Superior a 5 anos	92.620	129.420	36.800	89.137	126.285	37.148
TOTAL	**217.964**	298.093	80.129	**208.035**	286.337	78.302

Os valores residuais, são sempre, contratualmente, com opção de compra realçando-se que nos processos sem incidentes, são sempre repassados aos locatários.

A dedução acumulada para pagamento de incobráveis da locação a receber foi de m.Euros 4.319 (m.Euros 2.599 em 31 de Dezembro de 2007).
As rendas contingentes foram durante o período m.Euros 63.915 (m.Euros 53.905 em 31 de Dezembro de 2007).

Nos contratos de locação financeira em carteira não existem acordos da espécie.

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica "Investimentos detidos até à maturidade" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Títulos detidos até à maturidade		
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	5.059	-
Rendimentos a receber		
Juros de investimentos detidos até à maturidade	99	-
	5.158	-

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008 era como a seguir se mostra:

	31-12-2007		Aqui-sições	Ajusta-mentos a)	Perdas de imparidade	Utili-zações	Saídas	Transf. b)	31-12-2008
	Valor bruto	Imparidade acumulada							Valor de Balanço
Activos tangíveis não correntes detidos para venda									
Imóveis	14.580		6.494	34	-	-	(3.264)	4.228	22.072
Equipamento	545		423	(2)	-	-	(492)	-	474
Outros	-		40	-	-	-	(9)	-	31
Outros activos não correntes detidos para venda									
Filiais	9.508	(7.427)	-	-	919	6.508	(9.508)	-	-
Associadas	28.955		-	3.600	-	-	(26.198)	-	6.357
	53.588	**(7.427)**	**6.957**	**3.632**	**919**	**6.508**	**(39.471)**	**4.228**	**28.934**

a) Ajustamentos referentes a activos adquiridos em anos anteriores

b) Reflecte :

b1) Imóveis recebidos em dação em anos anteriores e enquadrados na IFRS5 neste exercício

b2) Saídas referentes a imóveis recebidos em dação em anos anteriores e que deixaram de estar enquadrados na IFRS5 no exercício

Do saldo inicial de m.Euros 14.580 referente a imóveis permanecem a 31 de Dezembro de 2008 o montante m.Euros 2.819. As vendas não se concretizaram por questões relacionadas com a fragilidade verificada no lado da procura do próprio mercado imobiliário, sem que para isso o Grupo tivesse qualquer influência, uma vez que se manteve comprometido com o cumprimento dos respectivos planos de venda. Como prova do comprometimento registamos o forte empenho no acompanhamento e manutenção dos planos de venda, quer por via do reforço dos meios de promoção da sua exposição ao mercado, quer por diversos ajustes nos valores de promoção.

Os ajustamentos de valor estão divulgados na Nota 43.

O montante de m.Euros 9.508 constante das saídas no período, na rubrica " Outros activos não correntes detidos para venda – filiais" refere-se à venda da sociedade Autoglobalsa. Esta venda motivou a utilização de uma provisão existente para o efeito no valor de m.Euros 6.508.

O montante de m.Euros 26.198 constante das saídas no período, na rubrica de "Outros activos não correntes detidos para venda – Associadas", refere-se à venda da sociedade húngara Obol Invest KFT. A mais valia registada foi efectuada com base numa avaliação externa.

O valor existente em 31 de Dezembro de 2008 na rubrica "Outros activos não correntes detidos para venda – Associadas" no valor de m.Euros 6.357 refere-se a uma participação com venda acordada para 2009.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008 na rubrica "Propriedades de investimento" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Propriedades de investimento		
Outras propriedades de investimento	39.000	37.691
	39.000	**37.691**

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido no ponto 5) da Nota 2.5 os imóveis de serviço próprio do Grupo, existentes na data de transição para IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004), foram reavaliados ao justo valor com base em avaliações de peritos, tendo sido utilizado a opção prevista na IFRS1, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data, sujeito a depreciação futura.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008 na rubrica "Outros activos tangíveis", são apresentados no anexo III.

Em 31 de Dezembro de 2008 o Finibanco tinha compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis num total de m.Euros 997 (m.Euros 790 em 31 de Dezembro de 2007) referentes a contratos promessa de compra e venda de imóveis de serviço próprio, para os quais já havia pago o respectivo sinal m.Euros 288 (m.Euros 174 em 31 de Dezembro de 2007).

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008 na rubrica "Activos intangíveis", são apresentados no anexo III.

Esta rubrica é constituída essencialmente por software, sendo que em 31 de Dezembro de 2008 se encontram totalmente amortizados m.Euros 11.239, e goodwill gerado na aquisição da VIC, SGPS, S.A.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

O detalhe da rubrica "Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação", em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008, era como a seguir de mostra:

	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2007 Re-expresso
Associadas no país			
Saldo inicial	15.698	8.666	10.850
Aquisições	708	-	-
Aumentos de capital	-	125	125
Alienações	-	(12)	(12)
Transferências de prestações suplementares	24.000	1.284	1.284
Apropriação de resultados	(765)	2.371	3.640
Outros ajustamentos em capitais próprios	(11.802)	(189)	(189)
	27.839	12.245	15.698
Imparidade acumulada (Nota 46)	(341)	(341)	(341)
	27.498	**11.904**	**15.357**

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

16. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 na rubrica "Activos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	2.676	52
Outros	89	66
	2.765	**118**

17. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 na rubrica "Activos por impostos diferidos" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008		31-12-2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias				
Provisões não aceites fiscalmente	3.555	-	3.590	-
Activos tangíveis	150	257	155	261
Activos intangíveis	1	-	24	-
Benefícios de empregados	4.369	448	6.807	2.238
Instrumentos financeiros	836	592	1.365	7.530
Activos não correntes disponíveis para venda	91	-	137	-
Reavaliações legais de imobilizado	-	6	-	6
Provisões, activos e passivos contingentes	-	67	-	100
Prejuízos fiscais	2.544	-	133	-
	11.546	1.370	12.211	10.135
Impostos diferidos líquidos	**10.176**		**2.076**	

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

Vencimento dos activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais

	31-12-2008	31-12-2007
Ano de vencimento dos impostos diferidos por prejuízos fiscais:		
2008	-	133
2012	2.544	-
Total	**2.544**	**133**

Apesar de no exercício ter sido gerado prejuízo é convicção da administração que o grupo gerará lucros fiscais suficientes que permitam a utilização integral dos valores de activos por impostos diferidos apresentados, já que, os resultados negativos foram gerados na carteira de títulos e dada a imparidade registada e a composição diminuta da carteira global face ao restante negócio, as previsões apontam para a geração de lucros suficientes no horizonte em causa.

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica "Provisões técnicas de resseguro cedido" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Provisões técnicas - Ramo vida		
De seguro directo		
Provisão para sinistros	99	-
	99	**-**

19. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros activos" em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Devedores por seguro directo e resseguro	232	131
	232	**131**
Outros activos		
Outras disponibilidades	3	3
Devedores e outras aplicações vencidas	896	895
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	792	1.031
Aplicações diversas	29.813	32.076
Sector público administrativo	294	1.079
Devedores diversos	67.073	102.529
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	93	143
Outros activos	1.021	586
Outros juros e rendimentos similares	754	561
Outros rendimentos a receber	4.498	6.567
Outras despesas com encargo diferido	13.511	13.900
Receitas com rendimento diferido de operações activas	(49)	-
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso do fundo	-	7.574
Flutuação de valores	15.254	3.085
Outras contas de regularização	46.173	34.541
	180.126	204.570
Imparidade acumulada (Nota 46)	(900)	(16.609)
	179.226	**187.961**
	179.458	**188.092**

O saldo da rubrica "Devedores por operações sobre futuros e opções" refere-se a margens depositadas em instituições financeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica de "Aplicações Diversas" refere-se ao valor dos imóveis recebidos em dação que não cumprem os requisitos da IFRS5. Contudo, foi mantido o critério de mensuração pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor dos imóveis.

O detalhe da rubrica "Aplicações diversas", em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008, era como a seguir se mostra:

	Valor de balanço 31-12-2007	Aquisições	Ajustamentos a)	Saídas	Transf. b)	Valor de balanço 31-12-2008
Devedores e outras aplicações						
Aplicações diversas						
Outras aplicações						
Imóveis	30.789	3.374	(171)	(1.589)	(4.228)	28.175

a) Ajustamentos referentes a activos adquiridos em anos anteriores

b) Reflecte:

b1) Saída de imóveis recebidos em dação em anos anteriores e enquadrados na IFRS5 neste exercício

b2) Entrada de imóveis recebidos em dação em anos anteriores e que deixaram de estar enquadrados na IFRS5 no exercício

A rubrica de "Devedores diversos" inclui m.Euros 9.000 relativos a adiantamentos para compra de participação adicional numa entidade conjuntamente controlada (Nota 6).

A rubrica " Outras contas de regularização" inclui em 31 de Dezembro de 2008 m.Euros 36.965 de operações cambiais a liquidar (m.Euros 21.668 em 31 de Dezembro 2007).

20. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica "Recursos de bancos centrais" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos	60.000	-
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos de banco de portugal	8	-
	60.008	-

Os Recursos de Bancos Centrais correspondem a operações de financiamento do Banco Central Europeu no âmbito de operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis tal como referido na Nota 54 relativa aos títulos emitidos na operação Aqua Mortgage nº 1.

21. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	-	611
Taxa de juro	29.950	13.489
Cotações (equity swaps)	-	16.774
Eventos de crédito	-	358
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	3	-
Taxa de juro	22	-
	29.975	**31.232**

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nocionais dos instrumentos de derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2008 a m.Euros 246.930 (m.Euros 313.020 em 31 de Dezembro de 2007).

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Dívida emitida não subordinada		
Obrigações	63.024	67.174
Dívida readquirida	(867)	-
Dívida emitida subordinada		
Obrigações	104.916	115.616
Dívida readquirida	(57)	-
Outros recursos	6.300	4.655
	173.316	187.445
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	(8.794)	(9.341)
Obrigações subordinadas	(16.354)	(17.796)
Outros recursos	(203)	(62)
	(25.351)	(27.199)
Juros de dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	161	579
Obrigações subordinadas	2.687	2.697
	2.848	3.276
	150.813	**163.522**

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos (fair value option). A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor *(fair value option)*.

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

No valor das correcções dos passivos do exercício está incluído um efeito positivo em resultados de m.Euros 4.105 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição (m.Euros 4.367 em 31 de Dezembro de 2007)

O detalhe da rubrica " Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2007 é como se segue:

Descrição	Valor nominal	Remu-neração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
Emitidos em anos anteriores			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	15.000	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.337	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	C	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.600	D	20 de Junho de 2011
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.387	E	19 de Dezembro de 2017
Emitidos no exercício			
Obrigações de caixa "FNB Private Commodities 2008/2010"	1.000	F	23 de Janeiro de 2010
	63.024		
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
Emitidos em anos anteriores			
Obrigações de caixa subordinadas "Finicrédito Juro Crescente 05/13"	20.000	G	29 de Novembro de 2013
Emitidos no exercício			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	32.477	H	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	52.439	I	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	104.916		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

Acção	Bloomberg	Bolsa
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:

Taxa		N
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ($PerfAcção_i^j$), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ($PerfInd_i$) para o mesmo período e

$PerfAcção_i^j = (Acção_i^j - Acção_0^j) / Acção_0^j$
$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$
$Acção_i^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)
$Acção_0^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação
Ind_i = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)
Ind_0 = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)
2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior * n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

C - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

3% * valor nominal.

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:

21% * valor nominal, se Euribor 6 meses $_6$ > Euribor 6 meses $_0$ + 0,90%;

3% * valor nominal, no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a 13% * valor nominal.

Entende-se por:
Euribor 6 meses $_0$ a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;
Euribor 6 meses $_6$ a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

D - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0;7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

E - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 * (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;
15 * (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

F - A remuneração que será paga na data de vencimento, poderá variar entre 3,5% e 15%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Mín}\left[\text{Máx}\left[\sum_{i=1}^{3}\frac{Fi-Ii}{Ii}xWi;3{,}5\%\right];15\%\right],$$

onde,

i	Matérias-primas	Wi (Peso no Cabaz)
1	Trigo ("Wheat")	1/3
2	Soja ("Soybean")	1/3
3	Petróleo ("WTI")	1/3

Fi – Valor final da matéria-prima i, tal como definido abaixo.
Ii – Valor inicial da matéria-prima i, tal como definido abaixo.

F1 - cotação oficial de fecho, em USD por "bushel", do primeiro contrato de futuros sobre trigo ("Wheat") cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: W 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre trigo ("Wheat"), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre trigo ("Wheat") (Bloomberg Ticker: W 2 <CMDTY>).
F2 - cotação oficial de fecho, em USD por "bushel", do primeiro contrato de futuros sobre soja ("Soybeans") cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: S 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre soja ("Soybeans"), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre soja ("Soybeans") (Bloomberg Ticker: S 2 <CMDTY>).
F3 - cotação oficial de fecho, por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo ("WTI; Light Sweet Crude") cotado na NYMEX no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: CL1 <CMDTY>).

I1 - cotação de fecho oficial, em USD por "bushel", para o primeiro contrato de futuros sobre trigo ("Wheat") cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.
I2 - cotação de fecho oficial, em USD por "bushel", para o primeiro contrato de futuros sobre soja ("Soybeans") cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.
I3 -cotação final oficial, em USD por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo ("WTI; Light Sweet Crude") cotado na NYMEX na Data de Liquidação.

G - A remuneração será paga semestralmente. Os dois primeiros cupão serão fixos (taxa anual de 4,75%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N*(Euribor 6 meses+2%), onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data de cupão	Taxa fixa	Intervalos
1º semestre	29-Mai-06	4,75%	-
2º semestre	29-Nov-06	4,75%	-
3º semestre	29-Mai-07	-	[0; 4,00%]
4º semestre	29-Nov-07	-	[0; 4,00%]
5º semestre	29-Mai-08	-	[0; 4,40%]
6º semestre	29-Nov-08	-	[0; 4,40%]
7º semestre	29-Mai-09	-	[0; 4,40%]
8º semestre	29-Nov-09	-	[0; 4,40%]
9º semestre	29-Mai-10	-	[0; 4,40%]
10º semestre	29-Nov-10	-	[0; 4,40%]
11º semestre	29-Mai-11	-	[0; 4,65%]
12º semestre	29-Nov-11	-	[0; 4,65%]
13º semestre	29-Mai-12	-	[0; 4,90%]
14º semestre	29-Nov-12	-	[0; 4,90%]
15º semestre	29-Mai-13	-	[0; 5,15%]
16º semestre	29-Nov-13	-	[0; 5,15%]

H - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho , para as 2ª e 3ª séries):

Data Cupão Taxa	Data Cupão Taxa
1º cupão	5,50%
2º cupão	5,50%
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)] , onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

I - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% * valor nominal;
2º ano= 5,50% * valor nominal;
3º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se

Min (SDk/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:
Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%
Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%
Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%
Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%
Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%
Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão
SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)
HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

23. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
No país		
Mercado monetário interbancário	10.000	19.000
Depósitos	87.758	91.267
Empréstimos	48.108	46.708
Outros recursos	20.000	20.000
	165.866	176.975
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	651	21
Outros recursos	1.920	1.239
	2.571	1.260
	168.437	178.235
Despesas com encargo diferido		
Despesas com encargo diferido de operações passivas (associadas ao custo amortizado)		
Recursos de outras instituições de crédito	(110)	(169)
	(110)	(169)
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de instituições de crédito no país	1.218	1.661
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	-	-
	1.218	1.661
	169.545	**179.727**

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo		
À ordem	25.704	28.544
A prazo	138.830	126.638
	164.534	155.182
De emigrantes		
À ordem	1.329	1.773
A prazo	12.327	12.186
De poupança	6.399	4.910
	20.055	18.869
De outros residentes		
À ordem	417.175	468.714
A prazo	1.474.190	1.255.034
De poupança	17.687	22.645
Outros	112	15
	1.909.164	1.746.408
De não residentes		
À ordem	18.122	20.410
A prazo	59.719	61.399
	77.841	81.809
Outros recursos de clientes		
Cheques e ordens a pagar	8.379	11.920
Operações de venda com acordo de recompra	6.724	0
Outros	10.540	0
	25.643	11.920
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo	827	1.296
De emigrantes	314	279
De outros residentes	19.702	14.370
De não residentes	760	611
Outros recursos de clientes	88	0
	21.691	16.556
	2.218.928	**2.030.744**

25. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Dívida emitida		
Obrigações	13.856	10.511
Outras responsonsabilidades representadas por títulos	11.100	
	24.956	10.511
Despesas com encargo diferido		
Despesas com encargo diferido de operações passivas (associadas ao custo amortizado)		
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(15)	(22)
	(15)	(22)
Encargos a pagar		
Juros e encargos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	957	307
	957	307
	25.898	10.796

O detalhe da rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" em 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remu-neração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
Emitidos em anos anteriores			
Obrigações "VIC (SGPS)/2005 - 1ª Emissão"	2.805	A	20 de Janeiro de 2011
Obrigações "VIC (SGPS)/2005 - 2ª Emissão"	1.894	B	15 de Abril de 2012
Obrigações "VIC (SGPS)/2006 - 1ª Emissão"	5.600	C	17 de Janeiro de 2011
Obrigações "Finibanco Holding 05/10 Agosto"	212	D	22 de Agosto de 2010
Emitida no exercício			
Obrigações "Finibanco Holding 08/11 Junho"	3.345	E	19 de Junho de 2011
Papel Comercial Lestinvest SGPS I S. 1ª Em.	9.700	F	29 de Junho de 2009
Papel Comercial Lestinvest SGPS I S. 2ª Em.	850	F	2 de Fevereiro de 2009
Papel Comercial Lestinvest SGPS I S. 3ª Em.	550	F	7 de Abril de 2009
	24.956		

A - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.

B - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 12 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.

C - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.

D - A taxa de juro será a correspondente à "Euribor de 12 meses", reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 0,5%.

E - O 1º cupão tem uma taxa fixa de 6%. Para os restantes cupões, a taxa de juro será a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 0,75%.

F - A taxa de juro a aplicar a cada emissão de papel comercial será determinada com referência à Euribor (Base 360), para o prazo de emissão, em vigor no 2º dia útil anterior à data de cada emissão, acrescida de 1,25%.

26. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	236.800	247.627
	236.800	247.627
Despesas com encargo diferido		
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	-	(520)
	-	(520)
Encargos a pagar		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	936	1.695
	936	1.695
	237.736	**248.802**

27. PROVISÕES

O Saldo da rubrica "Provisões" em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008 é apresentado no quadro seguinte:

	Acções judiciais	Responsabilidades contingentes	Responsabilidades contratuais	Garantias e compromissos	Total
Saldo de abertura 31.12.2007	1.200	769	-	-	1.969
Aumentos	265	10	-	-	275
Utilizações	(33)	(10)	-	-	(43)
Reposições	(721)	-	-	-	(721)
Saldo final 31.12.2008	**711**	**769**	**-**	**-**	**1.480**

Dado que o efeito do valor temporal do dinheiro é imaterial, a quantia da provisão é o valor nominal dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Acções judiciais – Existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com acções judiciais de clientes contra o grupo.

Responsabilidades contingentes - Existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com situações de natureza diversa.

Responsabilidades contratuais - Existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com situações de natureza contratual.

28. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Provisões técnicas", detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Provisões técnicas - Ramo vida		
De seguro directo		
Provisão matemática	25.239	14.524
Provisão para sinistros	302	5
Provisão para participação nos resultados	3	-
	25.544	**14.529**

29. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 da rubrica "Passivos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	260	8.698
	260	**8.698**

30. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 da rubrica "Passivos por impostos diferidos" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2008		31-12-2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias				
Activos tangíveis	153	1.086	156	1.102
Instrumentos financeiros	4	3	1.315	668
Activos não correntes disponíveis para venda	61	2	53	2
Reavaliações legais de imobilizado	-	89	-	91
Provisões, activos e passivos contingentes	-	640	-	742
Propriedades de investimento	-	5.222	-	4.917
	218	7.042	1.524	7.522
Impostos diferidos líquidos		**6.824**		**5.998**

31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros passivos subordinados" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Dívida emitida subordinada		
Obrigações	26.011	653
Juros a pagar de dívida emitida subordinada		
Obrigações	47	1
	26.058	**654**

O detalhe da rubrica " Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remu-neração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
Emitida em anos anteriores			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Garantido 05/13"	410	A	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Seguro 05/15"	238	B	9 de Junho de 2015
Aqua SME1 Class B units	15.000	C	Ver nota 51
Emitida no exercício			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB 08/18"	10.363	D	9 de Dezembro de 2018 p/ 1ª série 16 de Dezembro de 2018 p/ 2ª série
	26.011		

A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% +m/N * 1%, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
m é o nº de dias úteis do periodo respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado
N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% +m/N * 1%, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
m é o nº de dias úteis do periodo respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado
N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

C - Taxa de juro: Euribor 1 mês + 0,1%

D - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2º ao 10º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

Por Euribor 6 meses entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários denominados em Euros, oferecidos na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de 1ª linha, cotados na base actual/360, e divulgada na página EURIBOR01 da Reuters.

Será fixada para efeitos de cálculo a taxa Euribor de 6 meses, fixada 2 dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros.

32. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros passivos subordinados" tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Credores por seguro directo e resseguro	145	121
	145	**121**
Outros credores		
Credores e outros recursos		
Recursos diversos	3.446	5.370
Sector público administrativo	6.687	5.119
Cobranças por conta de terceiros	37	33
Juros, dividendos e outras remunerações de de capital a pagar	9	10.348
Contribuições para outros sistemas de saúde	203	180
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	97	111
Credores por fornecimento de bens	6.200	5.670
Outros credores	5.885	15.187
	22.564	42.018
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 53)	1.915	-
Encargos a pagar		
Outros juros e encargos similares	138	106
Outros encargos a pagar		
Prémio de antiguidade	2.036	2.036
Outros	11.969	12.177
	14.143	14.319
Receitas com rendimento diferido		
Outros receitas com rendimento diferido	6.887	7.030
Outras contas de regularização	1.179	1.803
	46.688	**65.170**
	46.833	**65.291**

33. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital subscrito da APCL Financeira ascende a m.Euros 100.000 e encontra-se integralmente realizado.

A APCL Financeira não detinha em 31 de Dezembro de 2008 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

34. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários desdobram-se como segue:

Descrição	FNB Angola	Lestinvest	Holding Consolidado	VIC SGPS Consolidado	Saf	Total
Capitais próprios	7.074	20.000	186.007	117.144	4.070	334.295
% Interesses minoritários	39,00%	78,79%	32,92%	28,47%	2,25%	
Interesses minoritários sobre os capitais próprios sem resultado do exercício (a)	2.759	15.758	61.234	33.351	92	113.194
Resultado do exercício	(1.352)	(596)	(57.545)	(41.038)	(128)	(100.659)
Interesses minoritários nos resultados do exercício (b)	(527)	(470)	(18.944)	(11.684)	(3)	(31.628)
Total de interesses minoritários (a) + (b)	**2.232**	**15.288**	**42.290**	**21.667**	**89**	**81.566**

35. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades	2.316	1.634
Aplicações em instituições de crédito	16.188	12.901
Crédito a clientes	159.387	137.458
Crédito vencido	6.873	4.702
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	16.701	18.275
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (fair value option)	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	1.476	587
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	19.615	10.722
Derivados de cobertura	0	0
Devedores e outras aplicações	1.885	2.701
Outros juros e rendimentos similares	111	66
Comissões recebidas no crédito a clientes	8.271	7.432
	232.823	196.478
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de bancos centrais	47	0
Recursos de outras instituições de crédito	8.687	7.515
Recursos de clientes	90.433	59.787
Juros de empréstimos	893	939
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	15.343	2.760
Passivos financeiros de negociação	19.721	25.974
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	15	10.722
Passivos subordinados	6.907	4.064
Outros juros e encargos similares	263	45
Comissões pagas no crédito a clientes	6.495	4.742
	148.804	116.548
Rendimentos provenientes de :		
Activos financeiros disponíveis para venda	2.361	2.365
Outros instrumentos de capital	4.089	52
	6.450	2.417
	90.469	**82.347**

36. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Rendimentos de serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	2.159	1.870
Compromissos assumidos perante terceiros	124	374
Operações sobre instrumentos financeiros	792	309
Serviços prestados	14.546	16.640
Operações realizadas por conta de terceiros	650	1.448
Outras comissões recebidas	9.068	7.457
	27.339	**28.098**
Encargos com serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	11	-
Compromissos assumidos perante terceiros	1	28
Serviços bancários prestados por terceiros	2.203	1.869
Operações realizadas por terceitos	461	997
Outras comissões pagas	3.400	4.001
	6.076	**6.895**
	21.263	**21.203**

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	8.199	40.010
Instrumentos derivados	31.649	45.204
Passivos financeiros de negociação	-	312
Activos financeiros designados ao justo valor (fair value option)		
Operações passivas		
Outras	14.026	15.997
	53.874	101.523
Perdas em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	26.924	19.182
Instrumentos derivados	37.947	43.492
Passivos financeiros de negociação	0	573
Activos financeiros designados ao justo valor (fair value option)		
Operações passivas		
Outras	14.847	7.837
	79.718	71.084
	(25.844)	**30.439**

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	22.587	22.363
Perdas em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	13.289	429
	9.298	**21.934**

O valor líquido de ganhos e perdas não realizadas contabilizado no ano em Reservas de justo valor ascendeu a m.Euros (2.800).

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos na alienação de:		
Crédito a clientes	11.000	-
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	3.213	30
Outros activos tangíveis	221	63
	14.434	93
Perdas na alienação de :		
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	3	15
Outros activos tangíveis	70	2
	73	17
	14.361	**76**

40. PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Prémios líquidos de resseguro", detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Prémios de seguro directo vida		
Prémios processados	15.599	16.208
Prémios anulados	(114)	-
Prémios estornados	(419)	(372)
Apólices e actas adicionais	24	14
Prémios de resseguro cedido		
De seguro directo vida		
Prémios	(891)	(348)
	14.199	**15.502**

41. CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Custos com sinistros líquidos de resseguro", detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Custos com sinistros de seguro directo vida		
Montantes pagos	1.710	157
Variação da provisão para sinistros	297	5
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros vida		
De seguro directo vida		
Nos montantes pagos	(200)	(35)
Na variação da provisão para sinistros	(99)	-
	1.708	**127**

42. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro", detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Variação das outras provisões técnicas		
Variação da provisão para sinistros		
De seguro directo vida		
Provisão matemática	10.638	14.523
Participação nos resultados		
Participação nos resultados atribuída	81	-
	10.719	**14.523**

43. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros resultados de exploração" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Ganhos em :		
Outros	3	67
Operações passivas		
Rendas de locação operacional	278	-
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	866	158
Outras propriedades de investimento	1.309	-
Outros activos tangíveis	748	539
Outros activos não financeiros	120	39
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	13.757	10.761
Prestação de serviços diversos	6.830	10.903
Outros	2.535	5.494
	26.446	27.961
Perdas em :		
Outros perdas em operações financeiras		
Operações activas		
Outros	31	2
Outros impostos	1.255	810
Quotizações e donativos	243	261
Contribuições para o FGD e FGCAM	464	341
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	1.188	1.864
Outros activos tangíveis	734	621
Outros activos não financeiros	145	57
Outros encargos e gastos operacionais	2.041	2.418
	6.101	6.374
	20.345	**21.587**

44. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Custos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Remunerações		
Dos orgãos de gestão e fiscalização (Nota 54)	2.583	2.202
De empregados	44.953	40.384
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	7.837	6.874
Fundo de pensões (Nota 54 alínea g)		
Benefícios de reforma	4.431	6.318
SAMS	330	323
Subsídio de morte	177	163
Outros	604	659
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	156	444
Transferências de pessoal	49	21
Outros custos com o pessoal	772	(205)
	61.892	**57.183**

Em 31 de Dezembro de 2008, o número médio de efectivos do Grupo APCL, por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2008	31-12-2007
Administração	9	11
Direcção	89	90
Chefia	283	260
Técnicos	410	367
Administrativos	490	453
Outros	42	57
	1.323	**1.238**

45. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 20087, a rubrica "Gastos gerais administrativos" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
Com fornecimentos :		
Água, energia e combustíveis	2.407	1.527
Material de consumo corrente	1.370	1.460
Publicações	55	57
Material de higiene e limpeza	51	45
Outros fornecimentos de terceiros	190	196
	4.073	3.285
Com serviços :		
Rendas e alugueres	9.092	7.062
Comunicações	3.968	3.005
Deslocações, estadas e representação	1.519	1.254
Publicidade e edição de publicações	2.509	3.099
Conservação e reparação	2.319	2.069
Transportes	388	308
Formação de pessoal	132	247
Seguros	720	532
Serviços especializados	13.567	10.321
Outros serviços de terceiros	5.068	4.265
	39.282	32.162
	43.355	**35.447**

A rubrica " rendas e alugueres" inclui o valor de m.Euros 4.956 (m.Euros 4.338 em 31 de Dezembro de 2007) relativa à locação operacional de imóveis onde o Grupo tem instaladas parte das suas agências e serviços centrais. Inclui o valor de m.Euros.1.559 relativo a contratos de aluguer de equipamento informático e de transmissão (m.Euros 2.168 em 31 de Dezembro de 2007), incluindo ainda o valor de m.Euros 139 de contratos de aluguer de viaturas de serviço próprio (m.Euros 119 em 31 de Dezembro de 2007).

A duração dos contratos de locação operacional de imóveis é de 12 meses, para os restantes casos a duração é de 36 meses.

As rendas da locação operacional de imóveis são actualizadas à taxa legal, as restantes locações têm previstas nos contratos rendas fixas.

Os totais dos futuros pagamentos mínimos associados a contratos de locações operacionais (equipamento informático) não canceláveis são os seguintes:

	31-12-2008	31-12-2007
Pagamentos até 1 ano	33	376
Pagamentos entre 1 e 5 anos	-	257
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	33	**633**

46. IMPARIDADE

O detalhe da rubrica "Imparidade", em 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2008, era como a seguir se mostra.

Imparidade	Saldo 31-12-2007	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Outras	Saldo 31-12-2008
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	**735**	53.753	-	-	-	**54.488**
Crédito de cobrança duvidosa						
Crédito não representado por valores mobiliários	40.547	20.094	(789)	(25.746)	3	34.109
Activos titularizados não desreconhecidos	2.373	1.189	-	(19)	-	3.543
	42.920	21.283	(789)	(25.765)	3	37.652
Crédito e juros vencidos						
Crédito não representado por valores mobiliários	28.659	53.973	(32.130)	(10.159)	-	40.343
Activos titularizados não desreconhecidos	-	425	-	-	-	425
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
	28.769	54.398	(32.130)	(10.159)	-	40.878
(Nota 9)	**71.689**	**75.681**	**(32.919)**	**(35.924)**	**3**	**78.530**
Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	**7.427**	-	(6.508)	(919)	-	-
Devedores e outras aplicações (Nota 19)	**16.609**	4	(15.708)	(5)	-	**900**
Investimentos em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	**341**	-	-	-	-	**341**
	96.801	**129.438**	**(55.135)**	**(36.848)**	**3**	**134.259**

O valor das utilizações corresponde a créditos abatidos ao activo.

A demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações" inclui o saldo da conta "Recuperações de crédito, juros e despesas" no valor de m.Euros 10.003.

47. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2008 e 2007 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2008	31-12-2007
Imposto corrente :		
1. Resultado antes de impostos	(36.981)	53.407
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama) (*)	26,48%	26,40%
3. Carga fiscal normal (1*2)	(9.791)	14.097
4. Variações patrimoniais positivas	-	(639)
5. Variações patrimoniais negativas	(5.943)	(751)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	57	50
6.2. Provisões não dedutíveis	6.727	18.579
6.3. Mais valias fiscais	409	610
6.4. Menos valias contabilísticas	1.394	-
6.5. Imputação de lucros de sociedades não residentes	-	-
6.6. Encargos financeiros com a aquisição de participações	7.180	2.200
6.7. Outros custos não dedutíveis	9.153	3.340
6.8. Imparidade	48.397	-
6.9. Menos valias efectivas TDV detidos à mais de 1 ano	9.271	-
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	(6.081)	(4.828)
7.2. Benefícios fiscais	(2.123)	(1.842)
7.3. Menos valias fiscais	(1.394)	-
7.4. Excesso de estimativa de impostos	(124)	(506)
7.5. Rendimentos nos termos do artigo 46º	(31.223)	(17.987)
7.6. Outros proveitos não tributados	(7.670)	(3.360)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	16	(383)
9. Prejuízos fiscais reportáveis	-	(202)
10. Lucro tributável (1+4+5+6+7-8+9)	(8.967)	48.454
11. Imposto antes da tributação autónoma	2.208	12.763
12. Dupla tributação internacional	-	(11)
13. Tributações autónomas	318	165
14. Imposto total (11+12+13)	**2.526**	**12.917**
15. Taxa efectiva (14/1)	-	24,19%

(*) Taxa média do Grupo

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Quando haja lugar a prejuízos fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), o período a considerar é de seis anos.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

48. RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO LUCRO/(PREJUIZO) CONSOLIDADO

A formação do lucro/(prejuízo) consolidado em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, pode ser resumida como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Subconsolidação do grupo Finibanco Holding		
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método de integração global		
Finibanco Holding SGPS	(53.261)	14.854
Finibanco SA	871	20.855
Finicrédito SA	815	1.398
Finivalor SA	2.977	3.334
Finimóveis SA	(139)	(23)
Fini International Luxemburg	11	610
Finibanco Angola SA	(1.352)	-
Finisegur SA	256	82
Finibanco Vida	(181)	51
Lestinvest SA	(595)	-
Sub total	(50.598)	41.161
Apropriação de resultados pela equivalência patrimonial		
Prio SGPS SA	(207)	(2.000)
Dividendos recebidos de filiais	(7.310)	(16.640)
Interesses minoritários		
Finibanco Angola SA	527	-
Lestinvest SA	470	-
Sub total	997	-
Outros ajustamentos de consolidação	(427)	3.087
Lucro/(Prejuízo) na subconsolidação do Finibanco Holding	**(57.545)**	**25.608**
Subconsolidação do grupo VIC SGPS SA		
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método de integração global		
VIC SGPS SA	11.400	(881)
VIC Beteiligungs (Austria)	(6)	(8)
Lameira	512	(13)
Sogibraga	7	8
Sogiporto	(821)	(860)
Saf	(129)	-
Finibanco Holding Consolidado	(57.545)	25.608
Sub Total	(46.582)	23.854
Apropriação de resultados pela equivalência patrimonial		
Sogileça	(12)	5.640
Estia	(546)	-
Sub total	(558)	5.640
Dividendos recebidos de filiais	(17.668)	(5.023)
Interesses minoritários		
Saf	3	-
Finibanco Holding Consolidado	18.943	(8.430)
Sub total	18.946	(8.430)
Outros ajustamentos de consolidação	4.824	-
Lucro/(Prejuízo) na subconsolidação do Finibanco Holding	**(41.038)**	**16.041**
Consolidação do grupo APCL SGPS SA		
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método de integração global		
APCL	(78)	35.653
VIC SGPS Consolidado	(41.038)	16.041
Sub total	(41.116)	51.694
Dividendos recebidos de filiais	-	(35.658)
Interesses minoritários		
VIC SGPS Consolidado	11.684	(3.606)
Outros ajustamentos de consolidação	236	-
Lucro/(Prejuízo) consolidado	[redacted]	[redacted]

49. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	110.908	107.727
Garantias reais (activos dados em garantia)	214.566	13.375
	325.474	121.102
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	2.046.800	1.579.568
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.465.458	1.317.116
	3.512.258	2.896.684
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas crédito irrevogáveis	170.424	186.879
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para FGD	2.366	2.315
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	563	625
Outros compromissos irrevogáveis	-	7.650
Compromissos revogáveis	234.893	204.981
	408.246	402.450
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	20.465	10.021
Instrumentos de negociação	548.302	877.148
Instrumentos de cobertura	814.210	1.002.993
	1.382.977	1.890.162
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	1.058.041	1.644.636
De cobrança de valores	71.337	80.063
Valores administrados pela instituição	555.723	771.388
	1.685.101	2.496.087
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	709.565	1.340.413
Por cobrança de valores	52.636	53.821
	762.201	1.394.234
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	23	29
Créditos abatidos ao activo	163.607	150.591
Juros vencidos	6.564	7.371
Despesas de crédito vencido	6.297	9.455
Contratos com recurso - facturas não financiadas	3.082	142
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	249.091	235.539
Obrigações de caixa emitidas	164.682	168.451
Crédito renegociado	19.835	14.778
Provisões acumuladas para crédito renegociado	1.405	1.245
Activos obtidos em operações de titularização	1.141	-
Outras	45.861	26.967
	661.588	614.568

50. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante global dos elementos do activo e passivo do Finibanco, S.A. expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.930	Recursos de outras instituições de crédito	2.625
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.656	Recursos de clientes e outros empréstimos	46.545
Activos financeiros detidos para negociação	9	Provisões	24
Activos financeiros disponíveis para venda	14.861	Outros passivos	15.569
Crédito a clientes	40.956	Capital	7.074
Outros activos tangíveis	1.353	Reservas de reavaliação	(264)
Activos intangíveis	460	Outras reservas e resultados transitados	(129)
Activos por impostos diferidos	6	Resultado do exercício	(1.856)
Outros activos	357		
	69.588		**69.588**

51. RELATO POR SEGMENTO

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2008 é apresentada no Anexo IV.

Com o início da actividade do Finibanco Angola no corrente ano o grupo passou a exercer actividade no exterior, pelo que se apresenta no Anexo V a segmentação por mercados geográficos.

52. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No seguinte quadro apresenta-se uma análise dos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007:

31-12-2008	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Cotação em Bolsa	NAV*	Técnica de valorização		
Activos					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	37.048	-	37.048
Activos financeiros detidos para negociação	3.874	891	4.698	-	9.463
Activos financeiros detidos para venda	75.267	9.591	-	16.897	101.755
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	29.975	-	29.975
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	150.813	-	150.813

31-12-2007	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Cotação em Bolsa	NAV*	Técnica de valorização		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	31.052	45.318	4.036	-	80.406
Activos financeiros detidos para venda	132.088	5.090	-	14.451	151.629
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	31.232	-	31.232
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	163.522	-	163.522

* NAV - Net Assets Value

O justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.5. do anexo às demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Para os instrumentos considerados na coluna ao custo de aquisição não foi possível determinar valorizações fiáveis.

Para a determinação do justo valor dos Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados foi obtida uma avaliação de entidade externa certificada para o efeito.

As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros.

O desconto dos cash-flows futuros baseia-se na curva de cupão zero que não é mais que uma estimativa da Estrutura Temporal de Taxas de Juros.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva de taxa de juro designada de cupão zero com referência a 31 de Dezembro de 2008, para o Euro são as seguintes:

Prazo		Taxa	Prazo		Taxa
3m	3 meses	2,940%	6y	6 anos	3,382%
6m	6 meses	3,038%	7y	7 anos	3,498%
9m	9 meses	2,971%	8y	8 anos	3,593%
1y	1 ano	2,891%	9y	9 anos	3,670%
2y	2 anos	2,810%	10y	10 anos	3,730%
3y	3 anos	2,932%	15y	15 anos	3,838%
4y	4 anos	3,092%	20y	20 anos	3,756%
5y	5 anos	3,246%	30y	30 anos	3,416%

A essa curva é adicionado um "spread" considerado adequado às características de cada emissão e os indicadores observáveis no mercado.

Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull & White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

53. GESTÃO DO RISCO

Sendo que a cada Participada cumpre fazer a gestão individualizada dos Riscos que lhe são inerentes, compete ao Finibanco-Holding assegurar a sua gestão integrada, de forma a garantir a completa adequação dos níveis de tolerância ao risco, pré-definidos, ao nível do Grupo.

Nestes termos o Conselho de Administração do Finibanco-Holding, produziu documentação a recomendar aos Conselhos de Administração das Empresas do Grupo a gestão criteriosa dos riscos que lhes incumbe gerir e o cumprimento integral dos limites prudenciais de exposição aos diferentes riscos a nível individual e consolidado estabelecidos pelo Banco de Portugal, bem como os limites definidos internamente.

Os limites internos são definidos por empresa e são estabelecidos em termos nominais, bem como em alocação percentual de fundos próprios.

Em documento intitulado "Gestão de Risco no Grupo", divulgado a todas as participadas, é feita referência à estrutura, objectivos, políticas e estratégias para a gestão dos riscos, bem como as unidades de medida e o reporte a utilizar.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.
O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O Conselho de Administração aprovou, no final do ano de 2008, uma estrutura e estratégia corporativa para as funções de compliance, controlo de riscos e auditoria interna, a qual assentou na identificação de princípios e linhas orientadoras, para dar a resposta às necessidades do Grupo face aos requisitos impostos pelo Aviso n.º 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal.

Os princípios orientadores que serviram de base à estratégia corporativa aprovada foram os seguintes:

• Vantagens ao nível do desenvolvimento de uma cultura de controlo interno e partilha de responsabilidades na sistematização do modelo;

• Apoio de diversas correntes conceptuais do mercado, que apontam os três domínios – Controlo de Riscos, Compliance (e Controlo Interno) e Auditoria Interna – como tendo ligações operacionais e estratégicas suficientemente fortes para aumentar os níveis de eficiência através de uma gestão integrada;

• Questões de proporcionalidade e dimensionamento de aplicação do modelo – estender a visão global de controlo interno e gestão de riscos pelas várias entidades, processos e direcções através de funções corporativas;

A estrutura aprovada foi direccionada especificamente para fins de controlo interno, o que obrigará a ajustamentos de responsabilidades e a uma estrutura formalizada e estável. Trata-se pois de materializar a abordagem integrada da Holding às matérias expostas, dada a premência das imposições, quer em termos de controlo do negócio, quer em termos regulamentares, e acentuando-se a responsabilidade do Órgão de Administração.

Esta estrutura corporativa permitirá que as entidades pertencentes ao mesmo grupo financeiro estabeleçam serviços comuns para o desenvolvimento das tarefas associadas às funções requeridas, numa óptica de prestação interna de serviços, o que permite munir o Órgão de Administração e a alta direcção de informação relevante em termos regulamentares e de gestão.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e, pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciados em documento próprio emanado do Conselho de Administração e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rendibilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o "rating", o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.
O Finibanco desenvolveu um novo modelo de notação de risco empresas que introduz, além das componentes quantitativa e qualitativa, a componente comportamental, já submetida a avaliação e aprovada por entidade independente.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de "Credit Scoring", com módulos específicos para cada tipo de crédito.

Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de "Credit Scoring" é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento "Regulamento Geral de Pricing", estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como base do processo de decisão, é utilizado um sistema de "pricing" e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo. No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende tipificar atempadamente o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, de forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada "portfolio" em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento, verificados os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgão que empreende todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

Exposição em Risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

Mil €

Exposição total a risco de crédito	31-12-2008	31-12-2007
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	77.585	35.632
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.898	56.284
Activos financeiros detidos para negociação	4.698	4.036
Activos financeiros disponíveis para venda	58.310	38.374
Aplicações em instituições de crédito	25.570	94.415
Crédito a clientes	2.449.322	2.197.572
Outros activos	25.211	29.594
Sub-total	**2.707.594**	**2.455.907**
Passivos contingentes	110.908	106.972
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	170.424	184.931
Sub-total	**281.332**	**291.903**
Exposição total a risco de crédito	**2.988.926**	**2.747.810**

Concentração de Risco – Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso ("portfolio" líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

Mil €

Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura				
	31-12-2008		31-12-2007	
	Exposição máxima		Exposição máxima	
Sector de actividade	**Bruta**	**Líquida**	**Bruta**	**Líquida**
Agricultura, Silvicultura e Pescas	24.714	11.244	27.189	15.424
Alimentação, Bebidas e Tabaco	41.218	30.652	28.850	22.828
Comércio, Restaurantes e Hotéis	425.070	270.278	378.314	285.169
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	446.537	178.478	391.014	190.249
Electricidade, Água e Gás	929	663	1.093	1.093
ENIS	40.665	25.709	35.206	23.496
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	29.528	15.536	25.400	17.318
Indústria Química e Actividades Conexas	30.043	23.351	29.117	24.707
Indústrias Extractivas	13.540	6.543	15.340	13.269
Intermediação Financeira, Seguros e Pensões	88.552	76.011	5.397	4.611
Madeira, Cortiça e Papel	44.190	37.297	44.192	38.874
Metalúrgicas de Base	6.086	4.662	7.033	5.464
Outros	43.674	43.021	30.759	29.993
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	12.707	6.879	16.092	14.448
Particulares	897.571	411.175	834.933	456.927
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	74.754	53.057	67.377	54.414
Produtos Minerais não Metálicos	22.839	14.674	26.018	19.209
Serviços	123.407	70.504	144.792	109.801
Têxteis, Vestuário e Calçado	43.744	30.614	51.698	42.187
Transportes e Actividades Conexas	25.015	14.071	27.800	19.378
Sub-total	**2.434.782**	**1.324.417**	**2.187.614**	**1.388.860**
Passivos contigentes	110.908	85.592	106.972	73.959
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	170.424	141.903	184.931	166.533
Sub-total	**281.332**	**227.495**	**291.903**	**240.491**
Exposição total a risco de crédito *	**2.716.114**	**1.551.913**	**2.479.517**	**1.629.352**

* Excluída de proveitos a receber no total de 14,54 milhões de euros em 2008, e 12,66 milhões de euros em 2007.

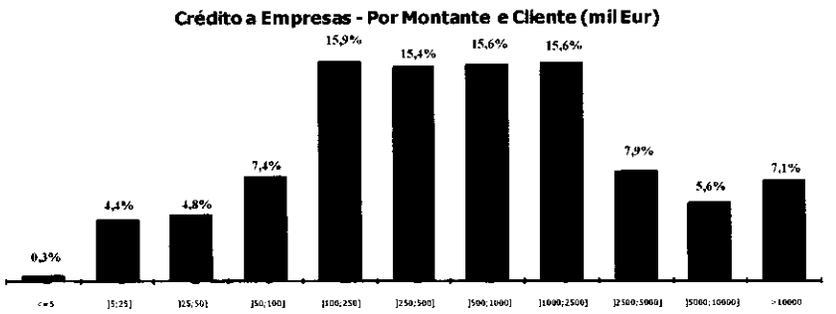
O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

- Hipotecas
- Penhores de instrumentos financeiros
- Penhores de bens físicos

Nas diversas operações de crédito, o grupo também obtém garantias pessoais e avales que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior. A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

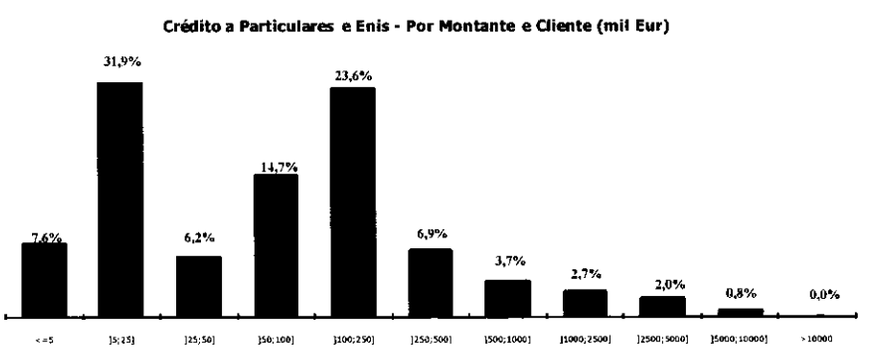
Concentração de Risco – Montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2.500 mil euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no "portfolio" de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 15,9% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes particulares, 31,9% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 5 mil euros e 25 mil euros, reflectindo a relevância do crédito ao consumo.

Em 31 de Dezembro de 2008, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte ascendia a 27,3 milhões de euros antes de colaterais e 4,0 milhões de euros depois de colaterais (21,1 milhões de euros, antes e depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2007).

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco é o que a seguir se indica:

mil Eur

Crédito a clientes bruto por notação de risco *		
	31-12-2008	**31-12-2007**
A	20.441	13.677
B	140.511	135.850
C	435.712	377.147
D	538.085	503.221
E	192.677	168.948
Sem notação	206.402	158.294
Sub-total Empresas	**1.533.829**	**1.357.138**
Particulares	**979.719**	**899.462**
Total	**2.513.548**	**2.256.600**
(dos quais com indícios de imparidade individual)	31.384	11.500

*Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proveitos a receber no total de 14,54 milhões de euros em 2008, e 12,66 milhões de euros em 2007

O montante de créditos renegociados relativos à participada Finibanco, SA desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é como a seguir se indica.

Mil €

Tipo de Cliente	31-12-2008	31-12-2007
Empresas	14.929	11.696
Particulares	4.906	3.059
Total	**19.835**	**14.755**

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

Mil €

Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	5.406	1.967	301	630	8.304
3 - 6 m	5.685	2.210	247	567	8.710
6 - 9 m	5.563	2.014	520	580	8.677
9 - 12 m	5.153	1.837	258	587	7.835
12 - 15 m	3.684	3.041	515	409	7.649
15 - 18 m	1.941	2.836	488	257	5.522
18 - 24 m	4.917	7.845	1.553	944	15.259
24 - 30 m	2.583	4.967	482	310	8.342
30 - 36 m	602	213	891	96	1.802
36 - 48 m	997	173	682	147	1.999
48 - 60 m	292	7	197	68	565
> 60 m	121	18	22	6	166
Juros vencidos a regularizar	483	159	98	36	776
Total	**37.427**	**27.288**	**6.254**	**4.636**	**75.605**

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 18,3 milhões de euros.

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2007 consta do quadro seguinte:

mil Eur

Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	4.491	1.683	148	1.112	7.434
3 - 6 m	5.294	844	295	617	7.050
6 - 9 m	5.166	1.169	449	572	7.355
9 - 12 m	7.770	996	272	876	9.914
12 - 15 m	4.218	898	180	720	6.017
15 - 18 m	1.729	867	375	620	3.591
18 - 24 m	4.406	547	717	798	6.467
24 - 30 m	3.186	120	254	434	3.993
30 - 36 m	658	22	629	148	1.458
36 - 48 m	696	13	448	410	1.567
48 - 60 m	17	18	21	118	173
> 60 m	144	8	0	56	208
Juros vencidos a regularizar	298	34	59	96	487
Total	**38.072**	**7.220**	**3.847**	**6.575**	**55.714**

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascendia a 13,1 milhões de euros.

Imparidade

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;

- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou

- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

O Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade, cujos montantes se encontram apresentados nos quadros seguintes.

A desagregação do crédito vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2008, é como a seguir se indica:

Mi €

Crédito Vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	1.109	0	0	12	1.121
3 - 6 m	1.231	20	17	0	1.268
6 - 9 m	1.443	5	28	0	1.475
9 - 12 m	1.291	0	0	0	1.291
12 - 15 m	372	0	0	0	372
15 - 18 m	0	0	0	0	0
18 - 24 m	1.077	0	0	158	1.235
24 - 30 m	1.281	0	0	0	1.281
30 - 36 m	0	0	0	0	0
36 - 48 m	466	0	317	0	783
48 - 60 m	0	0	0	0	0
> 60 m	0	0	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	39	0	0	0	39
Total	**8.308**	**25**	**361**	**170**	**8.864**

A desagregação do crédito vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

mil Eur

Crédito Vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	829	0	0	0	829
3 - 6 m	2.334	0	0	0	2.334
6 - 9 m	1.607	0	0	0	1.607
9 - 12 m	3.417	0	0	89	3.506
12 - 15 m	955	0	0	0	955
15 - 18 m	322	0	0	0	322
18 - 24 m	1.071	0	0	0	1.071
24 - 30 m	572	0	216	0	788
30 - 36 m	88	0	0	0	88
36 - 48 m	0	0	0	0	0
48 - 60 m	0	0	0	0	0
> 60 m	0	0	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	0	0	0	0	0
Total	**11.196**	**0**	**216**	**89**	**11.500**

Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, a fim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

Neste contexto, para efeitos da análise colectiva, o Banco procedeu à estratificação da sua carteira de crédito em segmentos homogéneos, implementando um modelo de análise de imparidade de crédito baseado na análise das frequências de incumprimento (PD-Probability of default), perdas históricas incorridas (LGD-Loss Given Default) e exposição total ao risco (EAD-Exposure at default). A carteira de crédito foi estratificada em segmentos considerados pela Instituição como homogéneos e representativos da realidade creditícia do Banco. Os mesmos tiveram em conta não só o tipo de crédito como também o sector de actividade dos mutuários.

O Modelo de avaliação e quantificação de risco de crédito em utilização para análise colectiva de imparidade, deriva do modelo desenvolvido com uma empresa de consultoria externa no âmbito do projecto de Basileia II. Trata-se de um modelo estrutural para determinar a probabilidade de incumprimento seguindo uma abordagem de acordo com o modelo desenvolvido por Merton, onde é considerada a existência de uma barreira (retirada da distribuição dos índices económicos) e designada barreira de incumprimento, abaixo da qual o devedor não consegue cumprir as suas obrigações perante a instituição bancária. Esta abordagem reflecte uma adequação à probabilidade de incumprimento e à LGD do devedor bem como a correlação existente entre o risco idiossincrático e sistemático. Associado ao conceito de incumprimento surge a EDF (Expected Default Frequency) que é um dos inputs mais críticos do modelo.

O modelo desenvolvido internamente assenta numa estrutura multidimensional que subdivide o modelo de quantificação do risco da carteira de crédito em vários sub-modelos, os quais procuram explicar as diversas vertentes inerentes ao risco da carteira de crédito. Os referidos sub-modelos apresentam-se abaixo:

• Modelo de Exposições – Este sub-modelo, contém informação relativa a todos os contratos existentes na instituição, caracterizando-os, entre outras, de acordo com várias variáveis;

• Modelo de Incumprimentos – O sub-modelo de Incumprimentos, tem como objectivo determinar a taxa de incumprimento associada a cada segmento homogéneo de crédito (PD). O modelo calcula a frequência de incumprimento baseada no número de contratos existentes face ao número de contratos que entraram em incumprimento num determinado segmento e num dado período temporal, na circunstância um trimestre. Para o efeito foi utilizada a informação histórica disponível em formato electrónico, abrangendo o período desde o início do segundo semestre de 1999 até ao final do 1º semestre de 2008;

• Modelo de Colaterais – Trata-se de um sub-modelo, que procura reunir toda a informação relativa a garantias recebidas, caracterizando-as por tipo, valor e maturidade;

• Modelo de Índices Macro Económicos – O sub-modelo de índices macroeconómicos pretende efectuar a agregação de um conjunto de séries temporais de índices macroeconómicos, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, ou por outras Instituições que publiquem índices de forma regular. Foram definidos à partida oito índices, os quais foram utilizados para efectuar análises de correlação entre os mesmos e a taxa de incumprimento nos contratos constantes de cada grupo homogéneo;

• Modelo de Perdas – O sub-modelo de perdas, pretende quantificar as perdas em que a Instituição incorreu, através da informação proveniente dos sub-modelos acima identificados, concretamente o modelo de exposições e de colaterais e de informação do departamento de contencioso, relativa à percentagem de recuperação efectiva.

Além dos campos de caracterização referenciados nos sub-modelos de exposições e de colaterais, este modelo inclui ainda como campo base a percentagem de recuperação.

As metodologias de cálculo das variáveis de base do modelo tiveram em conta a informação histórica constante dos sistemas operacionais do Banco e também os sistemas auxiliares de controlo da recuperação de crédito geridos pelo serviço de recuperação de crédito e pelo departamento de contencioso. Esta mesma informação histórica foi posteriormente standardizada e extrapolada, tendo por base os índices macroeconómicos correlacionados, que no caso em concreto se resume apenas ao índice representativo da taxa de desemprego. Tal situação ocorre, por não ter sido ainda possível demonstrar uma elevada correlação entre os incumprimentos verificados e os restantes indicadores macroeconómicos. Por este facto apenas foi considerado como único indicador a incluir na extrapolação o indicador de taxa de desemprego, o qual demonstrou ser o mais estável.

Cálculo da Probabilidade de Incumprimento (PD)

O cálculo da probabilidade de incumprimento, foi efectuado tendo por base o número de contratos em incumprimento numa determinada data (normalmente um trimestre), face ao número total de contratos do grupo homogéneo de créditos. Seguidamente, esta mesma relação é anualizada e extrapolada em função do índice macroeconómico seleccionado, obtendo-se desta forma o valor da PD.

Cálculo da Perda em Caso de Incumprimento (LGD)

O cálculo da perda económica máxima esperada assentou na análise do histórico de perdas/recuperações efectivas, calculado pelo departamento de contencioso da Instituição, o qual foi agregado e atribuído a cada segmento com base na sua média histórica e utilizado no cálculo das respectivas provisões económicas.

Encontram-se em fase de implementação mecanismos de controlo ao nível das recuperações de crédito. Estes procedimentos implicaram, no período em análise, uma revisão das percentagens de perdas incorridas (LGD) e no futuro irão permitir ajustá-las de uma forma mais apurada, por via da existência de um histórico mais relevante de perdas incorridas.

Cálculo da exposição de risco (EAD)

Para cada segmento foi determinada a exposição total enquadrável nas suas condições (EAD), compreendendo:

• A responsabilidade patrimonial (crédito por desembolso vincendo e vencido), excluindo os créditos que foram objecto de análise individual, para os quais foram apuradas perdas por imparidade;

• A responsabilidade extrapatrimonial (valor da responsabilidade extrapatrimonial ponderada pelo respectivo credit conversion factor (CCF), utilizando-se para o efeito os indicadores do Banco de Portugal).

As perdas por imparidade atribuíveis a cada segmento foram calculadas como segue:

• Perdas por imparidade em clientes sem crédito vencido = PD * LGD * EAD
• Perdas por imparidade em clientes com crédito vencido = 100%*LGD*EAD

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais, em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e performance do "portfolio". É também efectuado o cálculo do VaR – "Value at Risk" – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado. As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo portanto subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de stress, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

mil Eur

	Ano de 2008				
VaR	Final	Média	Máximo	Mínimo	31-Dez-07
Risco de Cotações e Índices	5.243,6	7.969,8	13.755,4	5.243,6	13.755,4
Risco Cambial	38,3	120,4	193,1	15,4	15,4
Total	**5.281,9**	**8.090,1**	**13.770,8**	**5.281,9**	**13.770,8**

A evolução verificada no risco de cotações explica-se pela redução dos montantes em carteira, resultado do desinvestimento efectuado, bem como da diminuição generalizada dos preços de mercado dos títulos mantidos em carteira.

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e no cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

mil Eur

Análise de sensibildade Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas juro 31 de Dezembro de 2008	
Impacto na Situação Líquida	-26.839
Fundos Próprios	176.479
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	**-15,2%**
Impacto na Margem Financeira, a doze meses	-8.681
Margem Financeira	92.567
Impacto % na Margem Financeira anual	**-9,4%**

Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.

31 de Dezembro de 2007	
Impacto na Situação Líquida	-17.883
Fundos Próprios	257.631
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	**-6,9%**
Impacto na Margem Financeira, a doze meses	-8.515
Margem Financeira	82.494
Impacto % na Margem Financeira anual	**-10,3%**

Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.

mil Eur

Sensibilidade da Situação Líquida				
<=6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total
-8.703	1.420	-5.025	-14.531	-26.839

Procede-se ainda à análise de "gaps" de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento

31 de Dezembro de 2008

mil Eur

(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-524.936	-74.324	-26.569	149.900	161.594	10.312
Gap Acumulado	-524.936	-599.260	-625.829	-475.929	-314.335	-304.023

31 de Dezembro de 2007

(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-565.467	-64.604	38.627	151.118	120.679	1.549
Gap Acumulado	-565.467	-630.071	-591.444	-440.327	-319.647	-318.099

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em 3 órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão e planos de contingência, bem como os princípios orientadores e recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, e que passam fundamentalmente por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras IC's
- Disponibilidade de linhas de crédito
- Carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca do melhor combinação de produtos passivos como também nos produtos activos, de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos. De acordo com a regulamentação do Banco de Portugal, o Finibanco mantém disponibilidades junto daquela instituição que, no mínimo, correspondem a 2% dos passivos elegíveis.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, e no que respeita à cobertura de activos de médio e longo prazo, o Grupo continua a recorrer à emissão de obrigações de caixa e obrigações subordinadas, tendo também em curso uma operação de titularização de activos no montante de 250 milhões de euros.

Em Dezembro de 2008, o Finibanco efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações de mercado aberto do Eurosistema, reforçando assim a capacidade de obtenção de liquidez.

O ano de 2008 e, com especial relevância, o segundo semestre, foi um período anormalmente conturbado no que respeita ao tema da liquidez já que, em consequência da degradação das condições económicas, se assistiu a uma escassez generaliza de fundos e ao consequente aumento do custo associado.

Na estrutura de financiamento do Grupo a rubrica com maior relevância é a dos depósitos de clientes, que representavam 75,8% do total do passivo em 31 de Dezembro de 2007, e 75,6% do total do passivo em 31 de Dezembro de 2008, mantendo assim o seu peso relativo na estrutura de financiamento e significando que a evolução desta rubrica acompanhou a evolução do balanço.

Em relação a 31 de Dezembro de 2007, os depósitos de clientes registaram um crescimento de 9,3%, acompanhando o crescimento do balanço. Focando a análise no segundo semestre do ano, os depósitos cresceram apenas 1,7% em relação a 30 de Junho de 2008, o que se explica por duas razões fundamentais:

- O total do balanço manteve-se nos níveis de 30 de Junho de 2008;

- O recurso a fontes alternativas de financiamento, nomeadamente, a partir do início do mês de Dezembro, as operações de mercado aberto no âmbito do Eurosistema que, em 31 de Dezembro, ascendiam a 60 milhões de euros.

No que respeita a recursos alheios de médio e longo prazo, o Grupo tem vindo a recorrer à emissão de empréstimos obrigacionistas e a operações de titularização de créditos. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante emitido de obrigações ascendia a cerca de 184 milhões de euros, com maturidades entre 2011 e 2018, pelo que não haverá necessidade de renovar estas emissões nos próximos dois anos. Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo mantinha uma operação de titularização de créditos colocada em investidores, no montante de 250 milhões de euros, sendo que a data de início do período de amortização da operação ocorrerá, apenas, em Junho de 2010.

A distribuição dos activos e passivos por prazos de maturidade em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, apresenta-se como segue:

Mil €

31-12-2008	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Subtotal até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	124.701			124.701			0		124.701
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.904			66.904			0		66.904
Activos financeiros detidos para negociação				0			0	9.463	9.463
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				0			0	37.048	37.048
Activos financeiros disponíveis para venda		6.940	10.698	17.638	26.126	14.546	40.672	43.376	101.686
Aplicações em instituições de crédito	59	20.546	0	20.605	4.900		4.900	65	25.570
Crédito a clientes	19.955	556.377	547.770	1.124.102	482.077	831.765	1.313.842	11.378	2.449.322
Investimentos detidos até à maturidade				0	1.961	3.098	5.059	99	5.158
Activos não correntes detidos para venda			28.934	28.934			0		28.934
Outros activos tangíveis				0			0	63.201	63.201
Activos intangíveis				0			0	4.313	4.313
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação				0			0	23.103	23.103
Activos por impostos correntes			2.654	2.654			0		2.654
Activos por impostos diferidos				0			0	10.160	10.160
Provisões técnicas de resseguro cedido				0			0	99	99
Outros activos	3		100.105	100.108	29.813		29.813	320	130.241
Total do Activo	211.622	583.863	690.160	1.485.644	544.878	849.409	1.394.286	202.626	3.082.556
Passivo									
Recursos de bancos centrais		60.000		60.000			0	8	60.008
Passivos financeiros detidos para negociação				0			0	29.975	29.975
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		4.100	2.200	6.300	37.734	130.206	167.940	(23.427)	150.813
Recursos de outras instituições de crédito	7.808	105.163	9.123	122.094			0	537	122.631
Recursos de clientes e outros empréstimos	470.857	1.100.051	541.317	2.112.225	67.784		67.784	38.955	2.218.965
Responsabilidades representadas por títulos				0	15.271		15.271		15.271
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	237.736		237.736		237.736
Provisões				0			0	1.480	1.480
Provisões técnicas				0			0	25.544	25.544
Passivos por impostos correntes			257	257			0		257
Passivos por impostos diferidos			1.602	1.602			0		1.602
Outros passivos subordinados				0	410	25.647	26.057		26.057
Credores por seguro directo e resseguro				0			0		0
Outros passivos			40.775	40.775		5.316	5.316	144	46.235
Total do Passivo	478.665	1.269.314	595.275	2.343.254	358.936	161.169	520.105	73.216	2.936.575
Activo - Passivo	(267.044)	(685.451)	94.885	(857.610)	185.942	688.239	874.181	129.410	145.981

mil Eur

31-12-2007	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1ano	Subtotal até 1ano	De 1ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	86.621			86.621			0		86.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.284			56.284			0		56.284
Activos financeiros detidos para negociação				0			0	80.406	80.406
Activos financeiros disponíveis para venda		585	8.305	8.890	22.068	7.416	29.484	112.999	151.373
Aplicações em instituições de crédito	31.412	63.003		94.415			0	0	94.415
Crédito a clientes	35.014	468.299	523.132	1.026.445	459.522	671.998	1.131.520	39.606	2.197.571
Activos não correntes detidos para venda			46.161	46.161			0		46.161
Outros activos tangíveis				0			0	58.303	58.303
Activos intangíveis				0			0	3.642	3.642
Activos por impostos correntes			3	3			0		3
Activos por impostos diferidos				0			0	2.064	2.064
Devedores por seguro directo e resseguro				0			0	131	131
Outros activos	3		85.445	85.448	32.608	2.447	35.055	137	120.640
Total do Activo	209.334	531.887	663.047	1.404.267	514.198	681.861	1.196.059	297.288	2.897.614
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação				0			0	31.232	31.232
através de resultados		7.314	12.352	19.666	32.246	108.266	140.513	3.343	163.522
Recursos de outras instituições de crédito		90.688	40.896	131.584			0	742	132.326
Recursos de clientes e outros empréstimos	519.561	971.271	454.013	1.944.845	57.528		57.528	28.490	2.030.863
Responsabilidades representadas por títulos				0	212		212	4	216
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	248.802		248.802	0	248.802
Provisões				0			0	1.969	1.969
Provisões técnicas				0			0	14.529	14.529
Passivos por impostos correntes			8.697	8.697			0		8.697
Passivos por impostos diferidos			1.081	1.081			0	0	1.081
Outros passivos subordinados				0		654	654		654
Credores por seguro directo e resseguro				0			0	121	121
Outros passivos			42.953	42.953		2.036	2.036		44.989
Total do Passivo	519.561	1.069.273	559.992	2.148.826	338.788	110.956	449.745	80.430	2.679.001
Activo - Passivo	(310.227)	(537.387)	103.055	(744.559)	175.410	570.904	746.314	216.858	218.613

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

A implementação da plataforma de Gestão de Risco Operacional está a ser ultimada e é composta pelas seguintes funcionalidades, disponível na intranet do Grupo Finibanco:

Recolha e formalização dos pareceres dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no "Relatório de Identificação de Riscos Operacionais", o qual é submetido à apreciação dos Chefes de Risco;

Divulgação dos processos em portal, após aprovados pelos respectivos Chefes de Risco, com detalhe dos procedimentos, tarefas, sistemas e riscos, sediados na cadeia de valor da Instituição;

Registo de eventos pelas estruturas orgânicas da Instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas;

Realização de questionários de auto-avaliação (Self Assessment), sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes;

Realização de relatórios de gestão, de forma a acompanhar os registos de custos operacionais, por tipo de risco e por processo, assim como as respectivas acções de mitigação;

Gestão dos indicadores chave de risco (KRI's) utilizando o modelo de "balance scorecard", parametrizando-o em função dos riscos sediados nos diferentes quadrantes;

Identificação e monitorização dos controlos internos mitigantes dos riscos não financeiros mais relevantes (exposição ao risco) para as áreas funcionais de peso mais elevado.

De forma a assegurar o arranque da referida plataforma está a ser dada prioridade à integração de todos os processos na cadeia de valor do Finibanco, da Finicrédito e da Finivalor.

Riscos Associados à Actividade da Seguradora

No cumprimento da Norma Regulamentar do ISP nº14/2005 – R, de 29 de Novembro, foi efectuada, ao longo do exercício de 2008, complementando o trabalho já efectuado no decurso do exercício de 2007, uma avaliação e um mapeamento, de todos os riscos inerentes à actividade da seguradora, tendo como objectivo a definição de prioridades na política de gestão de riscos.

Este trabalho consistiu no seguinte:

- Quantificação do grau de frequência e severidade dos riscos;

- Quantificação do impacto que possam ter na empresa;

- Atribuição de um scoring de riscos a cada risco identificado;

- Agrupamento dos riscos em "risk drivers" comuns, com a atribuição de um scoring agregado;

- Hierarquização e calendarização da política de gestão de riscos, com a identificação dos factores geradores dos riscos e linhas prioritárias de actuação, tendo em vista a sua mitigação.

A gestão dos riscos ainda não contempla análises quantitativas de sensibilidade ao risco de seguros.

Foi também elaborada uma instrução de serviço interna específica sobre gestão de riscos e controlo interno, abrangendo todos os colaboradores, onde foram definidos os riscos a abrangência da gestão dos mesmos, os níveis de responsabilidade e as competências de cada um desses níveis e os principais objectivos e definições ao nível do controlo dos mesmos.

Em 2009, perspectiva-se dar continuidade a este processo, tendo metas fundamentais:

- Mitigar dos riscos prioritários identificados como tal no trabalho de mapeamento dos mesmos;

- Elaborar um "Balance Scorecard" desses riscos para efeitos da sua mensurarão e possibilidade de desenvolvimento de planos de acção para o seu efectivo controlo.

A seguradora elaborou uma instrução de serviço interna relativa à Política de Subscrição de Riscos que abrange:

- Regras de aceitação de riscos;
- Princípios tarifários;
- Competências de aceitação.

Este modelo, foi elaborada ao detalhe e está enquadrado no sistema de worklow de gestão integrada dos processos de selecção e análise do risco de subscrição, do qual faz parte a própria gestão do resseguro cedido ao nível da acumulação de capitais seguros passando pelos mecanismos de gestão do próprio resseguro facultativo.

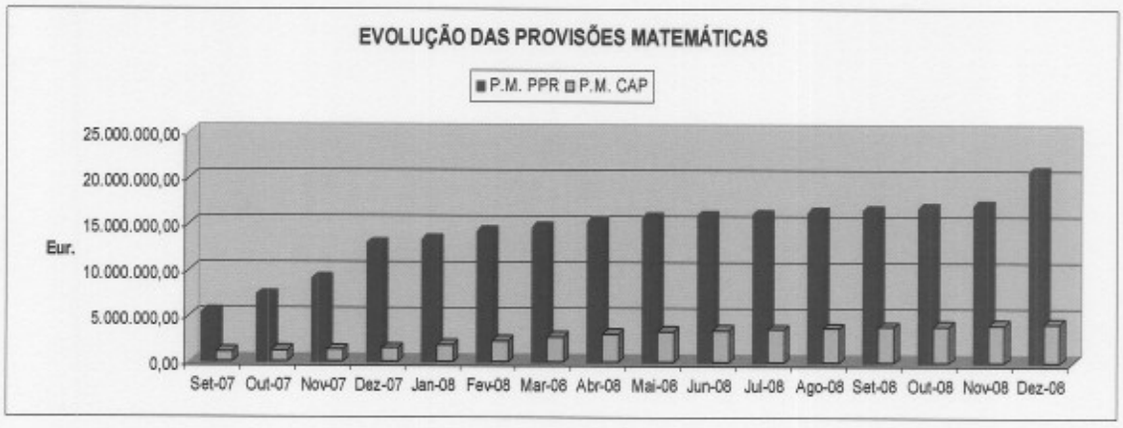
Principais Rácios de Sinistralidade

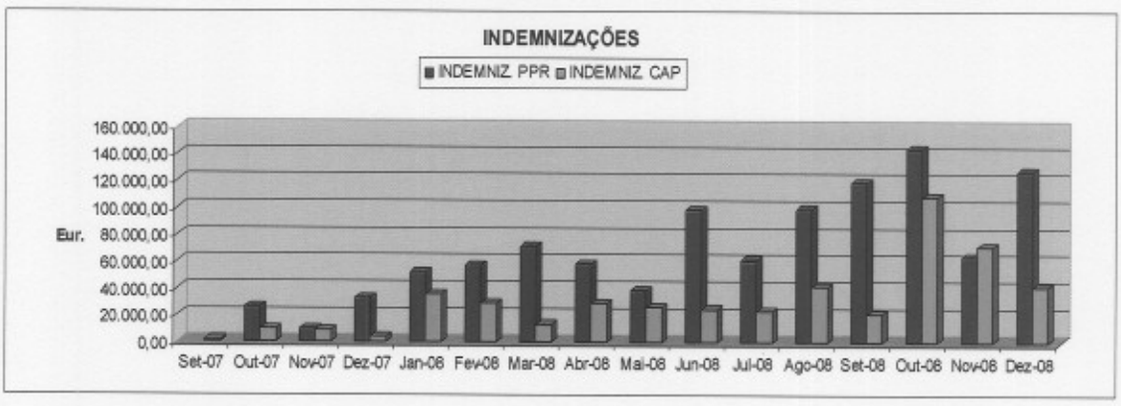
Contratos de Seguro de vida risco:

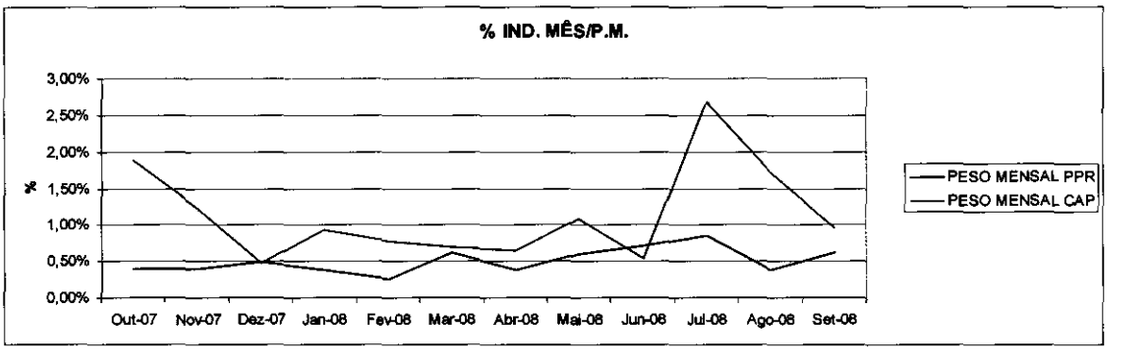
Mil €

RUBRICAS	2008	2007
Prémios brutos emitidos	3.335	1.282
Prémios de resseguro cedido	891	348
Sinistros liquidados	300	65
Variação das provisões p/ sinistros	297	5
Parte dos Ress. Nos Custos com Sinistros	298	35
Encargos Gestão de Sinistros	104	61
Rácio Bruto de Sinistralidade	17,9%	5,5%
Taxa de Cedência	26,7%	27,2%
Rácio Líquido de Sinistralidade	12,2%	3,8%
Rácio de despesas com sinistros	3,0%	4,7%

Relativamente às modalidades com capitais diferidos com contrasseguro de prémios, os principais indicadores ao nível das Provisões Matemáticas e Sinistros podem ser resumidos nos três gráficos abaixo:







A composição da carteira constituída apresenta o seguinte perfil:

Mil €

PRODUTO	TIPO	N.º APÓLICES /CERTIFICADOS	N.º PESSOAS SEGURAS	CAPITAIS EM RISCO	POUPANÇA ACUMULADA
Vida Crédito Pessoal	Risco	7.506	11.247	83.368	N/A
Vida Crédito Habitação	Risco	4.666	7.769	439.571	N/A
Vida Grupo Empresas	Risco	1.347	1.347	32.301	N/A
Protecção Vida Finibanco	Risco	2.209	2.209	56.090	N/A
Capitalização Finibanco	Cap.	1.406	1.406	N/A	4.308
Finigarantia	Cap.	1.450	1.450	N/A	10.540
PPR Finibanco	Cap.	7.606	7.606	N/A	20.931
TOTAIS		26.190	33.034	611.330	35.779

Os prémios processados apresentam a seguinte distribuição por tipo de produto:

Mil €

TIPO DE PRODUTO	RECEITA PROCESSADA	% DA CARTEIRA
. Contratos de Seguro		
Seguros Vida Risco	3.335	12,81%
Seguros de Capitalização	3.215	12,35%
PPR	8.540	32,80%
. Contratos de Investimento		
Produtos de Capitalização	10.945	42,04%
TOTAIS	26.035	100,00%

O volume total de provisões matemáticas de Contratos de Seguro foi de 25.239 mil euros, com a seguinte distribuição por tipo de produtos:

Mil €

TIPO DE PRODUTO	PROVISÕES MATEMÁTICAS	% DA CARTEIRA
PPR	20.931	82,93%
Seguros de Capitalização	4.308.	17,07%
TOTAIS	25.239	100,00%

O volume total de passivos financeiros de contratos classificados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento foi de 10.540 mil euros, com a seguinte distribuição por tipo de produtos:

TIPO DE PRODUTO	PASSIVOS FINANCEIROS	% DA CARTEIRA
Finigarantia (1ª e 2ª Séries)	10.540	100,00%
TOTAIS	10.540	100,00%

54. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

AQUA FINANCE Nº 2 PLC

Em Agosto de 2003 as filiais Finicrédito e Leasecar realizaram uma operação de titularização efectiva e completa no valor global de m.Euros 175.000. Adicionalmente em Julho de 2004 estas duas entidades efectuaram, ao abrigo da mesma operação, uma oferta adicional de m.Euros 50.000. Em Dezembro de 2005 a Leasecar foi incorporada por fusão na Finicrédito.

Seguidamente destacam-se os aspectos mais relevantes desta operação:

Genéricos

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003
Montante cedido : m.Euros 225.000
Duração do programa: 9 anos e 2 meses
Revolving: 3 anos
Identificação do programa: Aqua Finance nº 2 PLC
Natureza dos activos cedidos:
Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
Rating médio da carteira cedida: AAA 90,5%; AA 5%; A 4,5%

Operação inicial

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003
Montante cedido : m.Euros 175.000
Natureza dos activos cedidos:
Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
Duração média ponderada remanescente: 41,5 meses
Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,8%

Oferta adicional

Data da realização da operação: 26 de Julho de 2004
Montante cedido : m.Euros 50.000
Natureza dos activos cedidos:
Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
Duração média ponderada remanescente: 49,8 meses
Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,1%

Características dos instrumentos de dívida emitidos:

Denominação do instrumento	Montante emitido	Taxa de juro
Obrigações classe A1	203.700	Euribor 3M+0,30%
Obrigações classe A2	11.200	Euribor 3M+0,55%
Obrigações classe A3	10.100	Euribor 3M+0,85%
Títulos subordinados – Classe D	11.675	Não definida

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de "revolving" e conforme ritmo de amortização de capital efectuado, conforme prioridade abaixo estabelecida.

Hierarquia em termos de subordinação / reembolso dos vários instrumentos:	Rating atribuído
Obrigações classe A1	AAA
Obrigações classe A2	AA
Obrigações classe A3	A
Títulos subordinados	-

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Foram cedidos M.Euros 184,3 de activos da Finicrédito e M.Euros 40,7 da Leasecar.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo:

Montantes a título de:

Disponibilidades de caixa do emitente:	n.a.
Linhas de Liquidez:	n.a.
Outros financiamentos:	n.a.
Garantias:	n.a.
Proveitos residuais:	n.a.
Swaps de taxa de juro: Foi efectuado um Swap de taxa de juro entre o Finibanco e o Credit Suisse First Boston (CSFB).	
Outros:	n.a.

n.a. – Não aplicável

Entidades que intervêm na operação:

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada
Aqua Finance No. 2 PLC	Irlanda	Entidade de finalidade especial	Emissor
Finicrédito Instituição Financeira de Crédito, SA	Portugal	Instituição Financeira	Originador e Servicer
Finibanco Holding SGPS, SA	Portugal	Sociedade Gestora de Participações Sociais	Backup Servicer
Finibanco SA	Portugal	Instituição financeira	Tomador do swap
CRC GSCF (Lux SARL)	Luxemburgo	Hedge Fund	Comprador das Notes Classe D
Aqua Finance No 2 Fundo	Portugal	Fundo de Titularização de créditos	Fundo
Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, SA	Portugal	Sociedade Gestora	Gestora
Deutsche Bank (Portugal) SA	Portugal	Instituição de Crédito	Banco Depositário
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Note & Security Trustee
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Accounts Bank
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Principal Paying Agent
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Transaction Manager
Credit Suisse First Boston International	Inglaterra	Banco de Investimento	Provedor do Swap
Standard and Poor`s	Ingalterra	Agência de rating	Agência de Rating
Moodys Investor Services	Inglaterra	Agência de rating	Agência de Rating
Ernst & Young	Portugal	Auditoria	Auditores dos Originadores
KPMG Irlanda	Irlanda	Auditoria	Auditores do Emissor
Simmons & Simmons Rebelo de Sousa Rebelo de Sousa & Associados	Portugal	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Portuguesa
Arthur Cox	Irlanda	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Irlandesa
Norton Rose	Inglaterra	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Inglesa
Credit Suisse First Boston (Europe) Limitid	Inglaterra	Banco de Investimento	"Lead Manager" da operação
Investidores institucionais	-	-	Investidores

Durante o exercício de 2006 o certificado representativo do interesse residual no Aqua Finance nº 2 PLC foi alienado pelo que esta sociedade deixou de integrar o perímetro de consolidação.

AQUA SME Nº 1

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007
Montante: m.Euros 250.000
Duração do programa: 10 anos
Revolving: 3 anos
Identificação do programa: Aqua SME 1
Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas
Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos
Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%
Rating médio da carteira cedida: n.a.

Características dos instrumentos emitidos

Denominação do instrumento	Montante emitido	Montante detido	Taxa de juro
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

1º Classe A units
2º Classe B units
3º Classe C units

As classe C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo

Montantes a título de:

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.
Linhas de liquidez: n.a.
Outros financiamentos: n.a.
Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000
Garantias: n.a.
Proveitos residuais: a reverter para o Finibanco S.A. como remuneração das Classe C units.
Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.
Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.
Outros n.a.

n.a. Não aplicável

No exercício de 2008, o Finibanco, S.A. alienou 20,6% dos títulos da Classe C, tranche até então integralmente detida por esta sociedade.

Entidades que intervêm na operação

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada	Relação de participação
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spresd da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

AQUA MORTGAGE Nº1

Em Dezembro de 2008, o Finibanco, S.A. efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações do Eurosistema, da qual se destaca o seguinte:

Identificação da Operação: Aqua Mortgages Nº 1
Tipo de operação: RMBS Tradicional
Montante da operação: 233 Milhões de Euros
Data de realização da operação: 09 de Dezembro de 2008
Prazo de vencimento da operação: Dezembro de 2063
Data prevista para o exercício da clean-up call: a partir do ano de 2033

Caracterização da operação de titularização

Instituição cedente: Finibanco S.A.
Tipos de posições em risco: Crédito à habitação
Descrição dos principais critérios de selecção dos activos para a carteira titularizada: Crédito à habitação, em euros, imóvel localizado em Portugal, com data de maturidade inferior a Dezembro de 2060, com montante máximo de Eur 1.000.000,00, sem pagamentos em atraso há mais de 30 dias e com taxa de juro indexada
Grau de risco médio da carteira cedida: 63,23% (método padrão)
Revolving: por um período de 2 anos após o início da operação

Caracterização das posições em risco titularizadas

Limite máximo de posições em risco titularizadas: Eur 233.000.000,00
Valor das posições em risco titularizadas, na data de início da operação:
-Valor médio dos contratos: Eur 66.059,08
-Posição em risco mais significativa: Eur 620.529,65
-Duração média ponderada remanescente: 25 anos

Desagregação do valor das posições de titularização

Caracterização das tranches euros

Denominação da posição de titularização	Tranche (notação)	Quant	Montante	Taxa de Juro	Data de reembolso
Classe A	AAA		203.176.000,00	Euribor 6M + 15bps	Dez-63
Classe B	-		29.824.000,00	Euribor 6M + 40bps	Dez-63
Classe C	-		3.500.000,00	Excess Spread	Dez-63
TOTAL	-		236.500.000,00		

Detentores das tranches euros

Denominação do Instrumento	Entidade Detentora Dos títulos	Tranche (notação)	Montante Detido
Classe A	Finibanco, S.A	AAA	203.176.000,00
Classe B	Finibanco, S.A	-	29.824.000,00
Classe C	Finibanco, S.A	-	3.500.000,00
		Total	236.500.000,00

Compromissos assumidos e/ou interesses retidos / a reter pela instituição ou por uma instituição do grupo

Reserva de caixa inicial, limite máximo e mínimo: Montante inicial de Eur 3.500.000; máximo de Eur 3.500.000; mínimo de Eur 1.200.000,00.
Linhas de liquidez: não existem linhas de liquidez associadas à operação
Garantias: não existem linhas de garantias adicionais associadas à operação
Proveitos residuais: n.a.
Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: não existem swaps de taxa de juro ou outros instrumentos derivados associados à operação.

Entidades que intervêm na operação:

Designação da entidade	País da Sede	Tipo de entidade/ actividade	Função Desempenhada	Relação de Participação
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Arranger	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Servicer	n.a.
Tagus - Soc.Titularização Créditos S.A.	Portugal	Soc. Tit. Créditos	Emitente	não tem
Deutsche Bank AG, London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financ.	Commom representative	não tem
Standard & Poors	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spresd da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

55. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Conforme referido no nº 8 da Nota 2.4, e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de calculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA , foram:

	31.12.2008	31.12.2007
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5%	5%
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	3%	3%
SAMS	6,5% *	6,5% *

** sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV*

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2008 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de 11,99% (14,23% em 2007) e a taxa anual de crescimento salarial e das pensões de 2,6%.

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Banco, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.

b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 da seguinte forma:

	31.12.2008	31.12.2007
1.Empregados no activo	966	950
2.Pensionistas	13	12
3.Total (1+2)	979	962
4.Ex – participantes com direitos adquiridos	449	419
5.Total (3+4)	1.428	1.381

c) Valores reconhecidos no balanço

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	63.310	3.512	2.011	68.833
2. Pensionistas	2.001	130	86	2.217
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	65.311	3.642	2.097	71.050
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	63.561	3.474	2.101	69.136
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 32) (3-4)	-	-	-	1.914
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (4-3)	-	-	-	-
% de cobertura do financiamento	97,3%	95,4%	100,2%	97,3%
Ganhos/ (Perdas) actuariais não reconhecidos				
7. Dentro do corredor	6.450	299	183	6.932
8. Fora do corredor	7.548	399	375	8.322
9. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (7+8)	13.998	698	558	15.254

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	55.514	3.106	1.697	60.317
2. Pensionistas	1.476	96	7	1.579
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	56.990	3.202	1.704	61.896
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	64.499	3.151	1.819	69.469
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 32) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (4-3)	-	-	-	7.573
% de cobertura do financiamento	113,2%	98,4%	106,8%	112,2%
Ganhos/ (Perdas) actuariais não reconhecidos				
7. Dentro do corredor	2.758	197	100	3.055
8. Fora do corredor	-	6	24	30
9. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (7+8)	2.758	203	124	3.085

d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	56.990	3.202	1.704	61.896
2. Custos do serviço corrente	5.435	337	187	5.959
3. Custo de juros	2.989	168	90	3.247
4.Pensões pagas	118	7	-	125
5.Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	15	(58)	116	73
6.Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	8.321	440	393	9.154
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	65.311	3.642	2.097	71.050

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	55.766	3.098	1.860	60.724
2. Custos do serviço corrente	6.444	428	223	7.095
3. Custo de juros	2.770	157	84	3.011
4.Pensões pagas	77	-	-	77
5.Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	888	(69)	172	991
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	(14.633)	(806)	(635)	(16.074)
Por revisão de estimativa de valor pensionável	5.832	394	-	6.226
6.Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	1.224	104	(156)	1.172
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	56.990	3.202	1.704	61.896

e) Movimento registado nos activos do Fundo

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1.Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	64.499	3.151	1.819	69.469
2.Rendimento líquido do fundo	(7.731)	(378)	(218)	(8.327)
3.Contribuição entregue ao fundo	6.911	708	499	8.118
4.Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	118	7	-	125
5.Outras variações líquidas	-	-	-	-
6.Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	63.561	3.474	2.100	69.135

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1.Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	56.389	-	-	56.389
2.Rendimento líquido do fundo	8.037	339	197	8.573
3.Contribuição entregue ao fundo	-	2.812	1.623	4.435
4.Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	77	-	-	77
5.Outras variações líquidas	150	-	-	150
6.Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	64.499	3.151	1.820	69.470

f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:

	31.12.2008	31.12.2007
Terrenos e edifícios	13,9%	9,6%
Acções e unidades de participação	24,4%	43,1%
Obrigações – Dívida pública	26,1%	29,9%
Obrigações – Outros emissores	17,6%	13,0%
Depósitos em instituições de crédito	17,4%	3,55%
Outros	0,6%	0,9%
	100%	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados a empresas do Grupo.

g) Gastos reconhecidos no exercício

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	5.435	337	187	5.959
2.Custo dos juros	2.989	168	90	3.247
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.494	174	100	3.768
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	499	-	-	499
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	4.431	330	177	4.938

O custo dos serviços correntes relativo a Membros dos Órgãos de Administração do Grupo encontra-se divulgado na Nota 56.

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	6.444	428	223	7.095
2.Custo dos juros	2.770	157	84	3.011
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.140	-	-	3.140
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	394	29	24	447
5. Contribuições dos funcionários	-	291	168	459
6. Outras variações	150	-	-	150
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	6.318	323	163	6.804

A contribuição esperada para o Fundo de 2009 ascende m.Euros 6.071.

h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento de responsabilidades em cerca de 5,4 milhões de euros.

A variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 560 m.Euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário).

i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos quatro anos:

	2008	2007	2006	2005	2004
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	(65.311)	(56.990)	(55.766)	(47.292)	(24.269)
Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	(63.561)	64.499	56.389	29.411	20.543
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	(1.750)	7.509	623	(17.881)	(3.726)
% de cobertura do finamciamento pelo Fundo	97,3%	113%	101%	62%	85%
Ajustamentos de experiência em passivos do plano	(15)	(888)	(154)	(242)	205
Ajustamentos de experiência em activos do palno	(11.225)	4.897	1.273	346	(284)

56. PARTES RELACIONADAS

Accionistas

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE – Accionista com controlo final
MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE - Accionista com controlo final

Membros do Conselho de Administração

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE
MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE

Empresas subsidiárias e associadas do Grupo APCL

VIC (SGPS), SA
FINIBANCO-HOLDING, SGPS SA
FINI INTERNATIONAL LUXEMBOURG SA
FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA,SA
FINICRÉDITO-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
FINIMÓVEIS SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE SERVIÇOS AUXILIARES,SA
FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS,SA
FINIVALOR-SOCIEDADE GESTORA FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA
FINIBANCO SA - ANGOLA
FINIBANCO, SA
PRIO - SGPS, SA
LESTINVEST, SGPS SA
OBOL INVEST KFT
IBERPARTNERS CAFÉS - SGPS, SA
FERREIROS & ALMEIDA - GES COM BEN IM, SA
SAF - IMOBILIÁRIA, S A
SOGIPORTO-GESTÃO IMOBILIÁRIA, S A
SOGILEÇA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
SOGIBRAGA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
LAMEIRA - IMOBILIÁRIA, LDA
ESTIA SGPS
Vic Beteiligungsverwaltungs GmbH
ROSUD SRL
MAMAIA INVESRMENTS, SRL.

Sociedades onde Accionistas e membros da Administração têm influência significativa
EMPICAIMA-CONSTRUÇÕES SA
GLOBAL DIS-DISTRIBUIÇÃO GLOBAL MATERIAIS,SA
IMOBILIÁRIA DA CAVADA, LDA
IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
MARTIFER RETAIL
PEDRAL-PEDREIRAS DO CRASTO DE CAMBRA, SA
PREDICAIMA - COMÉRCIO IMOBILIÁRIO, SA
PROMOQUATRO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
SITAPE - INDÚSTRIA METALÚRGICA, SA
SOGICAIMA-GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
STOCKTRANS - LOGÍSTICA TRANSPORTES, LDA
VICAIMA - Puertas y Derivados, S.L.
VICAIMA - Türenwerk Handels GmBH
Vicaima Beteiligungsverwaltungs GmbH
VICAIMA FINANCE - SGPS, LDA
VICAIMA INVEST - SGPS, LDA
VICAIMA INVESTIMENTS LIMITED
VICAIMA MADEIRAS (SGPS), SA
VICAIMA PARTICIPA - SGPS, LDA
VICAIMA, Limited
VICAIMA/CIFIAL, ACE
VICAIMA-INDÚSTRIA DE MADEIRAS E DERIVADOS, SA

Fundo de Pensões de colaboradores do Grupo Finibanco
FUNDO PENSÕES FNB – GERIDO POR CGD PENSÕES

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Accionistas	Membros do Conselho de Administração	Empresas associadas	Sociedades onde Accionistas e Membros da Administração têm influência significativa	Fundo de pensões de colaboradores do Grupo APCL	**Total**
Activo						
Crédito	1	16	1.813	3	-	1.833
Prestações acessórias/suplementares	-	-	69.547	-	-	69.547
	1	**16**	**71.360**	**3**	**-**	**71.380**
Passivo						
Passivos financeiros	10	210	-	-	-	220
Depósitos	720	1.734	60	284	12.131	14.929
Outros Passivos	383	-	-	150	-	533
	1.113	**1.944**	**60**	**434**	**12.131**	**15.682**
Rendimentos						
Juros e rendimentos similares	-	-	228	-	1	229
Rendimentos com serviços e comissões	3	4	12	5	-	24
	3	**4**	**240**	**5**	**1**	**253**
Encargos						
Juros e encargos similares	36	76	-	-	159	271
	36	**76**	**-**	**-**	**159**	**271**
Extrapatrimoniais						
Garantias e avales	-	-	142	-	-	142
Responsabilidades por prestação de serviços	943	1.993	5.892	81.142	-	89.970
	943	**1.993**	**6.034**	**81.142**	**-**	**90.112**

As prestações acessórias/ suplementares sobre empresas associadas no montante de m.Euros 69.547, líquidas de imparidade, não são remuneradas.

Para os restante Activos mencionados não foram constituídas quaisquer provisões ou imparidade.

As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

Remuneração dos membros dos orgãos sociais	2008	2007
Benefícios de curto prazo (Nota 44)	2.583	2.202
Benefícios pós emprego	79	76
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em acções	-	-
	2.662	**2.278**

57. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

58. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "comprehensive income".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS – 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada. O Grupo não espera qualquer impacto da introdução desta alteração.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda ("puttable instruments") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo não espera quaisquer impactos da introdução da alteração desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível do Grupo.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 14 que clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo. Um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. A IAS 19 limita a mensuração desses activos ao valor presente de benefícios económicos disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo. A data de efectiva aplicação desta interpretação é 1 de Janeiro de 2009 e oGrupo não espera impactos significativos na sua aplicação.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do Annual Improvement Project apresentam-se em seguida:

Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Grupo em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras

Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Grupo.

Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o

mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e ainda não adoptadas pela União Europeia e consequentemente que ainda não entraram em vigor podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o método directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
o reconhecimento de proveitos;
a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

APCL FINANCEIRA SGPS, SA

ANEXO III

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS
Movimento do ano de 2008
Consolidado
(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Variações Cambiais	Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz. (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2008
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas							
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS									
. Sistemas de tratamento automático de dados	14.397	11.954	0	1.283	561	1.258	0	0	3.029
. Activos intangíveis em curso	519	0	-22	1.046	(561)	0	-16	0	966
. Outros activos intangíveis	3.872	3.192	0	1	0	220	-141	0	320
. Diferenças de consolidação positiva (Goodwill)	101.991	0	0	0	0	0	0	26.401	75.590
	120.779	15.146	-22	2.330	0	1.478	-157	26.401	79.905
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis									
. Imóveis de serviço próprio	37.484	6.020	0	227	219	954	0	100	30.856
. Obras em imóveis arrendados	23.017	13.666	0	5.820	717	1.747	0	35	14.106
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	42.421	28.596	-2	5.745	30	5.109	141	197	14.433
Activos em locação operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos em locação financeira	2.772	2.771	0	0	0	1	0	0	0
Activos tangíveis em curso	1.534	0	0	613	-966	0	0	0	1.181
Outros activos tangíveis	3.006	879	0	705	0	206	0	1	2.625
	110.234	51.932	-2	13.110	0	8.017	141	333	63.201
TOTAIS	231.013	67.078	-24	15.440	0	9.495	-16	26.734	143.106

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,

A ADMINISTRAÇÃO,

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA

ANEXO IV

Segmentação por linhas de negócio
31 de Dezembro de 2008
CONSOLIDADO
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Actividade Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	39.544	0	282.202	64.832	0	0	272	4.339	-158.366	232.823
Juros e encargos similares	0	43.281	0	201.397	53.739	0	0	330	9.969	-159.912	148.804
Rendimentos de instrumentos de capital	0	6.450	0	0	0	0	0	0	0	0	6.450
Margem Financeira	**0**	**2.713**	**0**	**80.805**	**11.093**	**0**	**0**	**-58**	**-5.630**	**1.546**	**90.469**
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	1.423	-528	972	7.207	2.581	4.198	465	6.037	-437	-655	21.263
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	-25.844	0	0	0	0	0	0	0	0	-25.844
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	9.298	0	0	0	0	0	0	0	0	9.298
Resultados de reavaliação cambial	0	6.446	0	0	0	0	0	0	0	0	6.446
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	9.331	1.669	0	0	3.608	0	-247	14.361
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	20.879	1.173	438	0	513	1.198	-2.084	22.117
Produto Bancário	**1.423**	**-7.915**	**972**	**118.222**	**16.516**	**4.636**	**465**	**10.100**	**-4.869**	**-1.440**	**138.110**
Custos de estrutura	737	5.364	1.376	93.008	8.413	3.580	376	3.000	726	-1.838	114.742
Pessoal	382	2.451	692	51.750	4.579	460	140	1.265	173	0	61.892
Gastos	310	2.627	605	33.202	3.230	3.098	220	1.611	290	-1.838	43.355
Amortizações	45	286	79	8.056	604	22	16	124	263	0	9.495
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	53.754	0	20.043	7.193	0	0	-2	123	1.030	82.141
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonia	0	0	0	0	0	0	0	0	-766	0	-766
Resultados antes de impostos	**686**	**-67.033**	**-404**	**5.171**	**910**	**1.056**	**89**	**7.102**	**-6.484**	**-832**	**-59.539**
Imposto diferidos											-1.241
Imposto sobre lucros											2.526
Interesses minoritários											-31.628
Resultado consolidado do exercício											**-29.196**
Crédito s/ clientes (Líq.)	0	0	0	2.033.888	1.067.036	0	0	0	0	-675.503	2.425.421
Crédito Bruto	0	0	0	2.096.123	1.083.567	0	0	0	0	-675.739	2.503.951
Provisões	0	0	0	62.235	16.531	0	0	0	0	-236	78.530
Débitos para com clientes	0	191.298	0	1.803.021	254.942	0	0	0	0	-30.333	2.218.928
Activo	96	488.678	280	2.237.028	1.080.074	41	27	67.552	788.577	-1.435.272	3.227.081
Passivo	0	779.918	0	2.640.077	264.991	0	0	37.635	337.451	-1.060.170	2.999.902
Investimento tangível (no período)	8	59	31	11.988	924	4	3	93	0	0	13.110
Investimento intangível (no período)	6	89	43	2.105	74	3	2	8	0	0	2.330

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA

ANEXO V

Segmentos Geográficos
31 de Dezembro de 2008
CONSOLIDADO
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Actividade Nacional	Actividade Internacional	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	231.680	1.151	-8	232.823
Juros e encargos similares	148.495	317	-8	148.804
Rendimentos de instrumentos de capital	6.450	0	0	6.450
Margem Financeira	**89.635**	**834**	**0**	**90.469**
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	20.954	309	0	21.263
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-25.844	0	0	-25.844
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	9.298	0	0	9.298
Resultados de reavaliação cambial	6.085	361	0	6.446
Resultados de alienação de outros activos	14.361	0	0	14.361
Outros resultados de exploração (líquidas)	22.137	-20	0	22.117
Produto Bancário	**136.626**	**1.484**	**0**	**138.110**
Custos de estrutura	111.500	3.242	0	114.742
Pessoal	61.280	612	0	61.892
Gastos	40.833	2.522	0	43.355
Amortizações	9.387	108	0	9.495
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	82.038	103	0	82.141
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimoni	-766	0	0	-766
Resultados antes de impostos	**-57.678**	**-1.861**	**0**	**-59.539**
Imposto diferidos	-1.241	0		-1.241
Imposto sobre lucros	2.521	5		2.526
Interesses minoritários	-30.997	-527		-31.628
Resultado líquido do exercício	**-27.961**	**-1.339**	**0**	**-29.196**
Crédito s/ clientes (Liq.)	2.415.769	9.652	0	2.425.421
Crédito Bruto	2.494.217	9.734	0	2.503.951
Provisões	78.448	82	0	78.530
Débitos para com clientes	2.199.202	19.726	0	2.218.928
Activo	3.197.780	30.064	-763	3.227.081
Passivo	2.975.690	24.975	-763	2.999.902
Investimento tangível (no período)	11.684	1.426	0	13.110
Investimento intangível (no período)	1.272	1.058	0	2.330

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO,

ANEXO II

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA
INVENTARIO DE TITULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
CONSOLIDADO

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço (em moeda)		Valor de Balanço em Euros Bruto	Valor de Balanço em Euros Liquido
CREDITOS TITULADOS										
Emitidos por residentes										
Títulos de dívida										
De outros residentes										
Dívida não subordinada										
INCOMPOL-Industria de Componentes, Lda.	25	EUR	49.879,79	49.879,789600	-	-	EUR	1.246.994,75	1.246.994,75	1.246.994,75
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO										
Títulos										
Emitidos por residentes										
Instrumentos de capital										
MARTIFER SGPS NOM.	8.910	EUR	0,50	9,34	EUR	3,760	EUR	33.501,60	33.501,60	33.501,60
REN - Redes Electricas Nacionais	480	EUR	1,00	2,731	EUR	2,835	EUR	1.344,16	1.344,16	1.344,16
Outros										
FINIRENDIMENTO	206	EUR	5,00	5,1425	EUR	5,073	EUR	1.045,18	1.045,18	1.045,18
Emitidos por não residentes										
Instrumentos de dívida										
Emissores Públicos Estrangeiros										
BTNS 3,5% 01/09	1.350.000	EUR	1,00	0,9972	EUR	1,0004	EUR	1.396.240,82	1.396.240,82	1.396.240,82
De outros não residentes										
Outros										
Dívida não subordinada										
MAG200617	20	EUR	50.000,00	50.000,00	EUR	35225,00	EUR	733.745,50	733.745,50	733.745,50
CCF 5,75% 06/19/13	24	EUR	50.000,00	0,99108	EUR	1,04222	EUR	1.287.527,01	1.287.527,01	1.287.527,01
Instrumentos de capital										
QUEENS - S WALK INVESTMENT	21.220	-	-	8,11	EUR	0,51000	EUR	10.822,20	10.822,20	10.822,20
METSO OYJ	4.700	-	-	44,455020	EUR	8,52000	EUR	40.044,00	40.044,00	40.044,00
SBMO NA	5.500	EUR	0,25	27,739887	EUR	9,34900	EUR	51.419,50	51.419,50	51.419,50
CS FP	4.800	EUR	2,29	30,023363	EUR	15,84500	EUR	76.056,00	76.056,00	76.056,00
CX US	6.218	-	-	22,383921	EUR	6,56751	EUR	40.836,78	40.836,78	40.836,78
KB US	1.500	-	-	59,118980	EUR	18,82590	EUR	28.238,85	28.238,85	28.238,85
TRMK US	4.000	-	-	18,405435	EUR	15,51340	EUR	62.053,60	62.053,60	62.053,60
FDX US	1.300	EUR	0,07	72,644169	EUR	46,09470	EUR	59.923,11	59.923,11	59.923,11
C US	3.800	EUR	0,007	25,630766	EUR	4,82144	EUR	18.321,47	18.321,47	18.321,47
AVZ SM	37.000	EUR	0,50	2,634964	EUR	0,86000	EUR	31.820,00	31.820,00	31.820,00
Outros										
GLG EMERGING MARKETS SPECIAL ASSETS FUND E	7.214,15	-	-	91,66	EUR	76,640	EUR	552.892,46	552.892,46	552.892,46
CHEYCGCN	500.000,00	EUR	1,00	1,00	EUR	0,6769	EUR	338.450,00	338.450,00	338.450,00
OUTROS ACTIVOS FINANC. AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS (FAIR VALUE OPTIONS)										
Títulos										
Emitidos por residentes										
Instrumentos de capital										
OBOL	-	-	-	-	-	-	EUR	37.047.750,93	37.047.750,93	37.047.750,93
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA										
Títulos										
Emitidos por residentes										
Instrumentos de dívida										
Instrumentos de dívida pública										
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,0108	EUR	2.760.324,00	2.760.324,00	2.760.324,00
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,0105	EUR	1.262.856,00	1.262.856,00	1.262.856,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	175.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,0104	EUR	1.815.517,50	1.815.517,50	1.815.517,50
O.T. - JUN 2018 4,45%	50.000.000	EUR	0,01	0,009999	EUR	0,0104	EUR	518.845,00	518.845,00	518.845,00
O.T. - ABR 2011 3,20%	533.000.000	EUR	0,01	0,009606	EUR	0,0101	EUR	5.360.818,00	5.360.818,00	5.360.818,00
O.T. - OUT 2015 3,35%	3.000.000	EUR	0,01	0,009399	EUR	0,009452	EUR	29.550,00	29.550,00	29.550,00
O.T. - JUL 2009 3,95%	100.000.000	EUR	0,01	0,009966	EUR	0,0101	EUR	1.008.100,00	1.008.100,00	1.008.100,00
De outros residentes										
Outros										
Dívida não subordinada										
CXGD 4,625 28/06/12	5	EUR	50.000,00	0,998816	EUR	1,01318	EUR	253.295,00	253.295,00	253.295,00
MONTPI Float/09	250	EUR	1.000,00	0,989500	EUR	0,969765	EUR	242.441,25	242.441,25	242.441,25
CXGD Float 05/21/10	10	EUR	50.000,00	0,999620	EUR	1,000001	EUR	500.000,50	500.000,50	500.000,50
CXGD 3,875% 12/11	500	EUR	1.000,00	0,997420	EUR	1,005570	EUR	502.785,00	502.785,00	502.785,00
Instrumentos de capital										
TEIXEIRA DUARTE-ENG. CONST.	900.469	EUR	0,50	2,684321	EUR	0,5980	EUR	2.417.147,54	2.417.147,54	538.480,46
MARTIFER - SGPS, SA	396.307	EUR	0,50	8,389895	EUR	3,7600	EUR	3.320.374,98	3.322.518,18	1.490.114,32
REN - Redes Electricas Nacionais	1.120	EUR	1,00	2,700045	EUR	2,8350	EUR	479,45	3.201,05	3.175,20
SONAE SGPS	10.290.000	EUR	1,00	1,862136	EUR	0,4370	EUR	19.161.383,17	19.161.383,17	4.496.730,00
COFINA SGPS	103.631	EUR	0,25	1,807001	EUR	0,4500	EUR	187.261,29	187.261,29	46.633,95
GALP ENERGIA Nom.	3.512.500	EUR	1,00	15,432754	EUR	7,1800	EUR	54.207.573,41	54.207.573,41	25.219.750,00
SONAE CAPITAL	1.055.113	EUR	1,00	1,863679	EUR	0,4400	EUR	1.966.392,38	1.966.392,38	464.249,72
EDP - Nom	42.500	EUR	1,00	4,434289	EUR	2,6950	EUR	114.537,50	114.537,50	114.537,50
EDP RENOVAVEIS	26.900	EUR	5,00	8,001541	EUR	5,0000	EUR	125.000,00	134.505,70	134.505,70
CIMPOR - SGPS, SA	24.000	EUR	1,00	6,035530	EUR	3,4800	EUR	83.520,00	83.520,00	83.520,00
J. MARTINS - SGPS, SA	48.000	EUR	1,00	5,112875	EUR	3,9700	EUR	190.560,00	190.560,00	190.560,00
SONAE INDUSTRIA - SGPS, SA	24.000	EUR	5,00	7,727574	EUR	1,5250	EUR	185.461,78	185.461,78	36.600,00
FCP SAD	14.770	EUR	5,00	5,000000	EUR	1,4000	EUR	185.461,78	73.786,45	20.678,00
VICAIMA - PUERTAS Y DERIVADOS, SL	25	EUR	6,01	6,026000	EUR	-	EUR	185.461,78	150,65	150,65
IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIARIA SA	50	EUR	5,00	670,000000	EUR	-	EUR	185.461,78	33.500,00	33.500,00
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,979822	-	-	EUR	690.907,53	690.907,53	0,00
MATUR	50	EUR	4,99	0,498798	-	-	EUR	24,94	24,94	24,94
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	5.882	EUR	4,99	63,60	-	-	EUR	374.098,42	374.098,42	374.098,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,92	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00	20.000,00
PME INVESTS	1.000	EUR	5,00	4,99	-	-	EUR	4.987,98	4.987,98	4.987,98
PME INOV CAPITAL	1.000	EUR	4,99	4,99	-	-	EUR	4.987,98	4.987,98	4.987,98
IBERPARTNERS CAFES SGPS	35.000	EUR	1,00	1,00	-	-	EUR	35.000,00	35.000,00	35.000,00
IBERPARTNERS CAFES SGPS Prestações Suplementares	-	-	-	-	-	-	EUR	965.000,00	965.000,00	965.000,00

ANEXO II

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA
INVENTARIO DE TITULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
CONSOLIDADO

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço (em moeda)		Valor de Balanço em Euros Bruto	Liquído
Outros										
FINIPREDIAL	118.063	-	-	8,514200	EUR	8,5142	EUR	1.005.211,99	1.005.211,99	1.005.211,99
Emitidos por não residentes										
Instrumentos de dívida										
Emissores Publicos Estrangeiros										
BUNDESOBLIGATION 2,5% 08/10/2010	525.000.000	EUR	0,01	0,009534	EUR	0,0101	EUR	5.313.775,00	5.313.775,00	5.313.775,00
TBC 182081008	480.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	480.000.000,00	4.588.383,74	4.588.383,74
TBC 911510008	140.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	140.000.000,00	1.338.278,59	1.338.278,59
TBC 63121108	50.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	50.000.000,00	477.956,64	477.956,64
TBC 91191108	50.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	50.000.000,00	477.956,64	477.956,64
TBC 63281108	75.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	75.000.000,00	716.934,96	716.934,96
TBC 91031208	121.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	121.000.000,00	1.156.655,07	1.156.655,07
TBC 364031208	80.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	80.000.000,00	764.730,62	764.730,62
TBC 91101208	45.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	45.000.000,00	430.160,98	430.160,98
TBC 91171208	130.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	130.000.000,00	1.242.687,26	1.242.687,26
TBC 91241208	115.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	115.000.000,00	1.099.300,27	1.099.300,27
TBC 91311208	150.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	-	-	AKZ	150.000.000,00	1.433.869,92	1.433.869,92
BGB Float 06/11	1.250.000	EUR	1,00	0,999250	EUR	0,995450	EUR	1.244.312,38	1.244.312,38	1.244.312,38
DBR 3,75% 04/07/13	135.000.000	EUR	0,01	0,991530	EUR	1,059100	EUR	1.429.785,00	1.429.785,00	1.429.785,00
OBL 3,5% 08/04/2011	100.000.000	EUR	0,01	0,987970	EUR	1,037900	EUR	1.037.900,00	1.037.900,00	1.037.900,00
Nether 2,75% 04/09	1.650.000	EUR	1,00	0,984818	EUR	1,002600	EUR	1.654.290,00	1.654.290,00	1.654.290,00
BTPS 3,75% 01/08/16	1.000	EUR	1.000,00	0,962510	EUR	0,980450	EUR	980.450,00	980.450,00	980.450,00
FRTR 4% 25/04/2009	1.000.000	EUR	1,00	0,998440	EUR	1,006100	EUR	1.006.100,00	1.006.100,00	1.006.100,00
FRTR 4% 25/04/2013	500.000	EUR	1,00	1,008900	EUR	1,052900	EUR	526.450,00	526.450,00	526.450,00
RAGB 3,8% 20/10/2013	1.000	EUR	1.000,00	0,999330	EUR	1,028700	EUR	1.028.700,00	1.028.700,00	1.028.700,00
RAGB 3,9% 15/07/20	750	EUR	1.000,00	0,938600	EUR	0,996900	EUR	747.675,00	747.675,00	747.675,00
BTPS 4,5% 01/02/18	750	EUR	1.000,00	0,997280	EUR	1,016850	EUR	762.637,50	762.637,50	762.637,50
BTPS 3.75% 01/08/15	1.400	EUR	1.000,00	0,933080	EUR	0,995900	EUR	1.394.260,00	1.394.260,00	1.394.260,00
BTPS 4% 01/02/2037	500	EUR	1.000,00	0,823800	EUR	0,849500	EUR	424.750,00	424.750,00	424.750,00
De Organismos Financeiros Internacionais										
CHEYNE CAPITAL GUARANTEED CREDIT NOTES	9.000.000,00	-	-	1,00	EUR	0,6769	EUR	6.092.100,00	6.092.100,00	6.092.100,00
Outros não residentes										
Outros										
Dívida não subordinada										
NWIDE 4,125% 27/02	5	EUR	50.000,00	0,979900	EUR	0,989820	EUR	247.455,00	247.455,00	247.455,00
Citigroup 3,95% 10/13	1.200	EUR	1.000,00	0,939843	EUR	0,864730	EUR	1.037.676,00	1.037.676,00	1.037.676,00
Citigroup 3,5% 08/15	2.250	EUR	1.000,00	0,873319	EUR	0,791400	EUR	1.780.650,00	1.780.650,00	1.780.650,00
CS 6,125% 05/08/2013	3.500	EUR	1.000,00	0,979800	EUR	1,034210	EUR	3.619.735,00	3.619.735,00	3.619.735,00
Instrumentos de capital										
LA SEDA BARCELONA	2.729.782	EUR	1,00	1,309614	EUR	0,3400	EUR	3.574.959,26	3.574.959,26	928.125,88
VALLOUREC	23.473	EUR	4,00	140,750000	EUR	81,0000	EUR	3.303.824,75	3.303.824,75	1.901.313,00
PETROBRAS SA - ADR	25.000	-	-	50,522019	USD	24,4900	USD	1.263.050,48	907.559,45	439.929,58
TOTAL	2.150	EUR	2,500	54,451553	EUR	38,9100	EUR	83.656,50	83.656,50	83.656,50
DAIMLER CRYSLER	3.100	EUR	1,000	62,884184	EUR	26,7000	EUR	154.896,79	154.896,79	82.770,00
SIEMENS	2.750	EUR	51,130	73,258324	EUR	52,6800	EUR	144.870,00	144.870,00	144.870,00
B.B.V.A.	12.000	EUR	0,490	14,702020	EUR	8,6600	EUR	103.920,00	103.920,00	103.920,00
REPSOL	8.600	EUR	1,000	14,730000	EUR	15,1000	EUR	129.860,00	129.860,00	129.860,00
KPN NV	11.700	EUR	0,240	10,270000	EUR	10,3800	EUR	121.446,00	121.446,00	121.446,00
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Telecommuni	9	EUR	123,95	908,94	-	-	EUR	8.180,49	8.180,49	8.180,49
EMIS	1.400	AKZ	1.000,00	6.434,57	-	-	AKZ	9.008.400,00	86.112,49	86.112,49
Outros										
CHEYNE TOT RET CRED FD 1 CLASS C	25.000,00	-	-	100,00	EUR	82,306	EUR	2.057.650,00	2.057.650,00	2.057.650,00
GLG EMERGING MARKETS SPEC SITS FUND CLASS B	8.770,39	-	-	81,93	USD	69,20	USD	606.911,06	436.093,31	436.093,31
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE										
Títulos										
Emitidos por não residentes										
Instrumentos de dívida										
De outros não residentes										
Dívida não subordinada										
Citigroup 3,5% 08/15	3.500	EUR	1.000,00	0,876500	EUR	0,885022	EUR	3.097.577,56	3.097.577,56	3.097.577,56
CS 6,125% 05/08/2013	2.000	EUR	1.000,00	0,980220	EUR	0,980687	EUR	1.961.374,08	1.961.374,08	1.961.374,08
INVEST.FILIAIS, EXCL. CONSOLD.ASSC. EMPREEND. CONJ.										
Emitidos por Residentes										
- Em Associadas										
NAVISER - Transportes Marítimos Internacionais SA	30.000	EUR	4,99	4,99	-	-	EUR	149.639,37	149.639,37	0,00
Pinto & Bulhosa	64.018	EUR	2,99	2,99	-	-	EUR	191.563,33	191.563,33	0,00
PRIO - SGPS, SA Prestações Suplementares	-	-	-	-	-	-	EUR	23.102.818,00	23.102.818,00	23.102.818,00
SOGILEÇA - GESTÃO IMOBILIARIA, LDA.	1	EUR	800.000,00	-	-	-	EUR	191.563,33	4.232.003,43	4.232.003,43
ESTIA - SGPS, SA	185.000	EUR	1,00	-	-	-	EUR	191.563,33	162.911,26	162.911,26
Activos Não correntes disponíveis para venda e Outros Devedores										
ROD SUD e MAMAIA							EUR		41	41
ROD SUD - Empréstimos							EUR		12.755.185	12.755.185
MAMAIA - Empréstimos							EUR		12.240.462	12.240.462
TOTAL									257.195.849,20	202.366.323,59

Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A.
Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 - 3.º Esq.
4050-626 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 3.227.081 milhares de Euros e um total de capital próprio de 145.613 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 29.196 milhares de Euros), a Demonstração Consolidada de Variações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidado de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

ERNST & YOUNG

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- Conforme referido na Nota 2.3 às demonstrações financeiras consolidadas, no exercício de 2008 a Sociedade passou a utilizar a técnica de consolidação em cascata, apresentando para efeitos comparativos a reexpressão dos saldos do ano anterior;

- Conforme evidenciado na Nota 48 às demonstrações financeiras consolidadas, o subgrupo Finibanco Holding apresentou o resultado consolidado negativo do exercício, no montante de 57.545 milhares de euros, essencialmente proveniente do resultado negativo registado nas demonstrações financeiras separadas do Finibanco – Holding, SGPS S.A., o qual reflecte a significativa desvalorização da sua carteira de acções classificada como activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7). Consequentemente, conforme evidenciado no Relatório de Gestão, o rácio de solvabilidade consolidado em 31 de Dezembro de 2008 era de 7,3%, abaixo do mínimo regulamentar de 8%, representando uma insuficiência de fundos próprios consolidados de 16.460 milhares de euros. No passado dia 12 de Junho concretizou-se a entrada de capital de 75.000 milhares de Euros, suficiente para a regularização da referida insuficiência de fundos próprios, na sequência da proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral no dia 4 de Maio, de aumento de capital até 200 milhões de euros.

Porto, 17 de Julho de 2009

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC Nº 1154)

Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A.
Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 - 3.º Esq.
4050-626 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, compete-nos emitir o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

A partir da data da nossa nomeação, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Acompanhámos o processo de transformação da Empresa em "sociedade anónima". O Conselho de Administração e os serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações que consideramos necessários.

Nesta mesma data, emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, com duas ênfases.

No âmbito das nossas funções verificámos:

a) que o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada de Variações nos Capitais Próprios, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos foram preparados de acordo com as disposições legais;

b) a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, os quais se encontram adequadamente expressos no Anexo I – Notas às demonstrações financeiras consolidadas;

c) que o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Grupo evidenciando os aspectos mais significativos.

ERNST & YOUNG

Face às informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços, somos de parecer que:

a) Aproveis o Relatório Consolidado de Gestão; e

b) Aproveis as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Porto, 17 de Julho de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC Nº 1154)

APCL Financeira - S.G.P.S., S.A.
Armental - Codal
3730-132 VALE DE CAMBRA
NIPC 507541693
Matrícula na C.R.C. de Vale de Cambra - 507541693

Lista dos Senhores Accionistas presentes na Assembleia Geral Anual realizada na sede da sociedade em 19 de Maio de 2009, pelas 09H30.

Accionistas Nome / Morada	Representante Nome / Morada	Número de acções	Tipo das acções	Valor nominal (Euros)	Número de votos	Assinatura
Álvaro Pinho da Costa Leite Rua da Venezuela, 97 - 9º. Esqº. 4150-744 PORTO	Álvaro Pinho da Costa Leite R. Venezuela, 97 - 9º. Esqº. - 4150-744 PORTO	60.000.000	Nominativas	60.000.000	600.000	
Maria Augusta Resende da Costa Leite Rua da Venezuela, 97 - 9º. Esqº. 4150-744 PORTO	Maria Augusta Resende da Costa Leite R. Venezuela, 97 - 9º. Esqº. - 4150-744 PORTO	25.029.700	Nominativas	25.029.700	250.297	
Vicaima Finance - S.G.P.S., Lda. Armental - Codal - 3730-132 VALE DE CAMBRA	Maria Gabriela da Costa Leite R. Venezuela, 97 - 9º. Esqº. - 4150-744 PORTO	4.990.100	Nominativas	4.990.100	49.901	
Vicaima Invest - S.G.P.S., Lda. Armental - Codal - 3730-132 VALE DE CAMBRA	Humberto da Costa Leite (Engº.) R. de Aljubarrota nº. 21 - 4150-053 PORTO	4.990.100	Nominativas	4.990.100	49.901	
Vicaima Participa - S.G.P.S., Lda. Armental - Codal - 3730-132 VALE DE CAMBRA	Arlindo da Costa Leite (Dr.) R. Duarte Barbosa, 407, Hab. 4.2 - 4150-285 PORTO	4.990.100	Nominativas	4.990.100	49.901	
	Totais.....	100.000.000		100.000.000	1.000.000	

A PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

ACTA NÚMERO DOZE

Aos dezanove dias do mês de Maio de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, na sede social, sita em Armental, freguesia de Codal, concelho de Vale de Cambra, reuniram em Assembleia Geral Anual os accionistas da Sociedade APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A., pessoa colectiva número 507541693, matriculada sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra, com o capital social integralmente realizado de cem milhões euros. ----------

Constituída a Mesa pela Presidente, Senhora Dª. Maria Gabriela da Costa Leite e pelo secretário Senhor Manuel Augusto Carvalho Soares Pinto, verificou-se estarem presentes os Accionistas titulares de cem milhões de acções do valor nominal de um euro cada uma, correspondentes à totalidade dos votos, conforme tudo consta da lista de presenças que fica arquivada no dossier de documentos da Assembleia Geral. ----------

Uma vez que se encontrava representada a totalidade do capital social, a Senhora Presidente da Mesa considerou estarem reunidos todos os pressupostos para a regular constituição e funcionamento da Assembleia Geral, muito embora convocada sem observância de formalidades prévias, pelo que, a considerou em condições para deliberar sobre as matérias constantes da ordem de trabalhos que é a seguinte:-------

UM - Apreciação, discussão e deliberação sobre os documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e oito. ----------

DOIS - Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e oito.----------

TRÊS - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício de dois mil e oito. ----------

QUATRO - Apreciação Geral da Administração e Fiscalização da sociedade. ----------

Encontravam-se presentes, os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização da sociedade. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Geral usou da palavra para declarar aberta a sessão e apresentar cumprimentos aos Senhores Accionistas e aos elementos dos Órgãos Sociais presentes. ----------

Entrando-se no ponto um da ordem de trabalhos, foram presentes à Assembleia, o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos ao exercício de dois mil e oito, os quais, após devidamente analisados e submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade. ----------

Quanto ao agendado no segundo ponto da ordem de trabalhos a Senhora Presidente da Mesa lembrou à Assembleia que do Relatório da Gestão constava uma proposta de aplicação de resultados, segundo a qual o prejuízo apurado no exercício, no montante de setenta e oito mil duzentos e cinquenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos, deve ser transferido para a conta de Resultados Transitados. ----------

Como nenhum Senhor Accionista pretendesse apresentar proposta alternativa para aplicação dos resultados do exercício, nem usar da palavra relativamente à mesma, a Senhora Presidente da Mesa pô-la à votação nos termos propostos, a qual foi unanimemente aprovada. ----------

Relativamente ao mencionado no ponto três, foi presente à Assembleia, toda a informação financeira contida no Relatório de Gestão Consolidado e nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de dois mil e oito, no qual foi obtido um prejuízo consolidado de vinte e nove mil cento e noventa e seis milhares de euros, cuja composição compreende o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos e os demais documentos de prestação de contas

Consolidadas previstos na Lei, os quais, após devidamente analisados e submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade. ----------

Por último, entrou-se na apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade, que constituía o ponto quatro da ordem do dia, tendo a Senhora Presidente da Mesa informado a Assembleia Geral que lhe havia sido apresentada uma proposta da accionista Vicaima Finance – S.G.P.S., Lda., nos seguintes termos:

"A Vicaima Finance – S.G.P.S., Lda. propõe que a Assembleia Geral exprima a sua confiança, tanto no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros como no Fiscal Único, pela forma como exerceram, durante o exercício transacto, as funções de gestão e fiscalização dos negócios da Sociedade." ----------

Admitida a proposta nos referidos termos e como mais ninguém pretendesse usar da palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu-a à votação, tendo ela sido aprovada, igualmente, por unanimidade. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.----------